

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE INHUMAS**

REINALDO DA SILVA SOUZA

**A PESQUISA SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA
BÁSICA NO PERÍODO DE (2018-2021): ESTUDO DE TESES E
DISSERTAÇÕES PUBLICADAS NA BDTD**

**INHUMAS
2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE INHUMAS**

REINALDO DA SILVA SOUZA

**A PESQUISA SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA
BÁSICA NO PERÍODO DE (2018-2021): ESTUDO DE TESES E
DISSERTAÇÕES PUBLICADAS NA BDTD**

Dissertação em elaboração para
Qualificação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação, na
Universidade Estadual de Goiás, como
requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr^a. Sylvana de Oliveira
Bernardi Noletto

**INHUMAS
2023**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS,
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE INHUMAS**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA
DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor (a), autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA n.1087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do autor / autora.

Dados do autor (a)

Nome Completo: Reinaldo da Silva Souza

E-mail:reisouzza@gmail.com

Dados do trabalho

Título: **A PESQUISA SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA BÁSICA NO PERÍODO DE (2018-2021): ESTUDO DE TESES E DISSERTAÇÕES PUBLICADAS NA BDTD**

(x) Dissertação

Concorda com a liberação documento?

[x] SIM [] NÃO

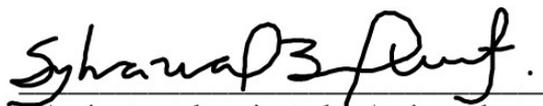
Obs: Período de embargo é de um ano a partir da data de defesa.

Inhumas, 23/04/2023

Local Data



Assinatura do autor / autora



Assinatura do orientador / orientadora

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UEG
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

dR364 da Silva Souza , Reinaldo
p A PESQUISA SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA BÁSICA
NO PERÍODO DE (2018-2021): ESTUDO DE TESES E
DISSERTAÇÕES PUBLICADAS NA BDTD / Reinaldo da Silva
Souza ; orientador Sylvana de Oliveira Bernardi
Noleto. -- Inhumas, 2023.
161 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado Acadêmico em Educação) -- Unidade de Inhumas,
Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Estado e capitalismo ; . . 2. Sociedade e
democracia. 3. Representação política. 4. Gestão
democrática. 5. Escola básica. I. de Oliveira Bernardi
Noleto, Sylvana , orient. II. Título.



ESTADO DE GOIÁS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIDADE UNIVERSITÁRIA
INHUMAS

Ata Nº **12** da sessão de Defesa de Dissertação de **REINALDO DA SILVA SOUZA** que confere o título de **Mestre em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás-PPGE/UEG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e três (24/03/2023)**, a partir das **16:30h**, nas dependências da UnU Inhumas, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**A pesquisa sobre gestão democrática na escola básica no período de 2018 a 2021: estudo de teses e dissertações**". Os trabalhos foram instalados pelo (a) Prof^ª. Dr^ª. Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto PPGE/UEG (Presidente/Orientador), com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof^ª. Dr^ª. Valdirene Alves de Oliveira (Membro Interno), Prof^ª. Dr^ª. Marcilene Pelegrine Gomes (FL/UFG) (Membro Externo). Durante a arguição os integrantes da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho que foi alterada para: "**A pesquisa sobre gestão democrática na escola básica no período de 2018 a 2021: estudo de teses e dissertações publicadas na BDTD**". A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus integrantes condicionado a incorporação das indicações da banca, dentro do prazo estabelecido. Proclamados os resultados pelo (a) Prof^ª. Dr^ª. Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto PPGE/UEG, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelas Integrantes da Banca Examinadora, aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e três.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto
PPGE/UEG (Presidente/Orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Valdirene Alves de Oliveira (Membro Interno)

Prof^ª. Dr^ª Marcilene Pelegrine Gomes (FL/UFG) (Membro Externo)



Documento assinado eletronicamente por **SYLVANA DE OLIVEIRA BERNARDI NOLETO, Docente de Ensino Superior**, em 27/03/2023, às 20:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **VALDIRENE ALVES DE OLIVEIRA, Docente de Ensino Superior**, em 28/03/2023, às 12:04, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcilene Pelegrine Gomes, Usuário Externo**, em 20/04/2023, às 10:51, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000038012978** e o código CRC **5034D529**.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIDADE
UNIVERSITÁRIA INHUMAS
AVENIDA ARAGUAIA 400 Qd.14 Lt., S/C - Bairro VILA LUCIMAR -
INHUMAS - GO - CEP 75400-000 - (62)3514-1345.



Referência: Processo
nº 202300020002448



SEI 000038012978

REINALDO DA SILVA SOUZA

**A PESQUISA SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA
BÁSICA NO PERÍODO DE (2018-2021): ESTUDO DE TESES E
DISSERTAÇÕES PUBLICADAS NA BDTD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Estadual de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação
Linha de pesquisa: Trabalho, Estado e Políticas Educacionais.

Minuta de dissertação em elaboração apresentada no exame de qualificação, em 28 de setembro de 2022, à banca examinadora constituída pelos seguintes membros:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a: Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto
Presidente da banca /Orientadora
Universidade Estadual de Goiás

Profa. Dra. Valdirene Alves de Oliveira
Membro interno
Universidade Estadual de Goiás

Prof. Dra. Marcilene Pelegrine Gomes
Membro externo
Universidade Federal de Goiás

Profa. Dra. Renata Ramos da Silva Carvalho
Membro suplente interno
Universidade Estadual de Goiás

Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Valente Cavalcante
Membro Suplente Externo
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Dedico esse trabalho a todos os colegas de profissão que lutam por um ofício digno e que de fato buscam a auto-realização.

Que esse trabalho possa contribuir para formação e compreensão que a gestão democrática na escola básica é um direito constitucional e precisa ser efetiva na sua totalidade.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente aos meus pais, Abrão Martins de Souza e Judite da Silva e meus cinco irmãos: Joselia da Silva Souza, Washington da Silva Souza, Alexandre da Silva Souza, Leandro da Silva Souza e Lucas da Silva Souza.

Agradecer profundamente pela oportunidade e a intensidade desse encontro com a minha orientadora Dr^a. Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto, por ter certeza de que o aprendizado e confecção desse trabalho não seria possível sem a parceria, a generosidade e o rigor implacável da professora Sylvana.

A todos os professores e professoras do PPGE UEG/INHUMAS pelas aulas inspiradoras e fundamentais para nossa formação.

As escolas por onde trabalhei e trabalho que possibilitaram e possibilitam essa observância e a possibilidade de realizar o trabalho docente, as coordenadoras pela parceria pedagógica.

Aos meus colegas de turma, Higo Gabriel, Priscilla, Janaína e Hortência, pela caminhada acadêmica e emocional, parte muito importante na construção desse trabalho, nesse sentido deixam de ser colegas e passam a ser amigos, uma vez que amizade é uma escolha que fazemos a levar alguém para dentro peito e de lá jamais sairão.

Aos meus amigos Erivaldo Souza e Layanna Sthefanny Freitas pela escuta atenta e as conversas que tanto contribuíram para acalmar o espírito e encorajar a seguir firme na caminhada.

E por fim, quero agradecer e homenagear postumamente ao cantor e compositor Belchior, que com suas canções tanto me inspiraram e me acalmaram em momentos de turbulências nessa caminhada acadêmica e de vida também. Nesse sentido finalizo com um trecho de uma das canções desse compositor, que gosto muito: *Alucinação*: “Amar e mudar as coisas, amar e mudar as coisas me interessa mais”.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se na Linha de Pesquisa Trabalho, Estado e Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Inhumas. Foi desenvolvida sob o tema da gestão democrática na escola básica e teve como objetivo geral realizar um estudo sobre a pesquisa produzida sobre a gestão democrática na escola básica no período compreendido entre 2018 - 2021 no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD é mantida pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil. A definição do período de levantamento dos dados de pesquisa se deu em função do contexto recente na história política brasileira, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) ao cargo de presidente do Brasil, chegando até 2021 em período do mesmo governo. A análise dos dados refere-se ao problema investigado que foi o de procurar evidenciar a produção sobre gestão democrática nesse intervalo, analisar os recortes e discussões presentes nas pesquisas no período de ingresso de um novo governo. No percurso, também se procurou verificar nos achados das pesquisas selecionadas para análise, algumas questões, que são: No âmbito da gestão democrática da educação básica, as pesquisas apontam elementos organizacionais e pedagógicos que podem evidenciar a efetividade da gestão democrática na escola pública básica? A escola, no âmbito de sua organização institucional e pedagógica apresenta limites à gestão democrática? Nesse escopo, a pesquisa é de caráter qualitativo em que nossa lente teórica para análise tomou como referencial o materialismo histórico dialético e trouxe, para a exposição, autores que acerbam o tema sob esse fundamento. Portanto, temos com base uma pesquisa de ordem qualitativa e como metodologia foi realizado no levantamento bibliográfico em referenciais teóricos concernentes a essa temática, dentre eles Marx e Engels (2005; 2015), Weber (2001; 2004), Bourdieu (2014), Osório (2014), Cury (2014), Chauí (2019), Paro (2016); Wood (2011), dentre outros. Para o acercamento do objeto de estudos, foi realizada pesquisa para entendimento sobre Estado, sociedade civil, representação política, democracia, gestão democrática na escola. Os primeiro e segundo capítulos da dissertação percorrem o caminho de apresentação e entendimento desses fundamentos contextualizados à realidade brasileira e o terceiro capítulo concentra-se na exposição e análise dos dados evidenciados nas pesquisas encontradas na BDTD. Fez um levantamento de teses e dissertações na BDTD, atentando-se inicialmente a um descritor definido de forma ampla, qual seja, “gestão democrática na escola básica”. Posteriormente foi realizada busca booleana usando o operador “and” agrupando esse mesmo descritor. A pesquisa na BDTD prosseguiu por títulos e resumos e foi possível distinguir as produções por regiões, estados, instituições. Foi possível, também, evidenciar quantidade de trabalhos por ano de produção, bem como a partir de temáticas mais abordadas, no processo de mineração dos dados. A pesquisa privilegiou teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-graduação em Educação, pois, buscou consonância com o objeto de estudo que é a gestão democrática na escola básica e sua implementação. Foram analisados os resumos das teses e dissertações e, por meio deles, evidenciadas categorias que foram analisadas à luz de nosso referencial teórico. Alguns resultados podem ser destacados em relação à análise das teses e dissertações selecionadas: no período pesquisado, houve um decréscimo acentuado ano a ano na produção de trabalhos sobre gestão democrática na escola básica e as pesquisas são predominantemente realizadas em universidades federais o que expressa a força e vitalidade dessas instituições no campo da pesquisa acadêmica, mesmo sob forte ataque nos anos de governo Bolsonaro (2019-2022). Os trabalhos pesquisados evidenciam fundamentos, práticas e instrumentos para o desenvolvimento de processos democráticos no âmbito da escola básica em consonância com o referencial teórico adotado neste trabalho, portanto ratificam a complexidade de consolidação da gestão democrática na escola. Compreendeu-se, também, ao final da pesquisa realizada, que a democracia em nosso país está em construção e em processo de reafirmação de seus princípios e refere-se frontalmente ao movimento do Estado brasileiro, de sua aderência ao sistema capitalista, de cunho neoliberal. A escola básica institui-se com esses condicionantes, assim como a gestão democrática.

Palavras-chave: Estado, capitalismo e sociedade; democracia e representação política; gestão democrática; escola básica.

ABSTRACT

This research is part of the Line of Research Work, State and Educational Policies of the Graduate Program in Education of the State University of Goiás (UEG), University Unit of Inhumas. It was developed under the theme of democratic management in primary school and had as general objective to conduct a study on the research produced on democratic management in primary school in the period between 2018 and 2021 in the repository of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). BDTD is maintained by the Brazilian Institute of Science and Technology (IBICT), which integrates the information systems of theses and dissertations existing in educational and research institutions in Brazil. The definition of the period of survey data was due to the recent context in Brazilian political history, with the election of Jair Bolsonaro (2019 - 2022) to the position of President of Brazil, reaching until 2021 in the same government period. Data analysis refers to the problem investigated, which was to try to highlight the production on democratic management in this interval, analyze the clippings and discussions present in the researches in the period of entry of a new government. Along the way, we also tried to verify in the findings of the research selected for analysis, some questions, which are: In the context of the democratic management of basic education, the research points to organizational and pedagogical elements that can evidence the effectiveness of democratic management in the basic public school? Does the school, within the scope of its institutional and pedagogical organization, have limits to democratic management? In this scope, the research is qualitative in which our theoretical lens for analysis took dialectical historical materialism as a reference and brought, for the exhibition, authors who approach the theme under this foundation. Therefore, the bibliographic survey was conducted in theoretical references concerning this theme, among them Marx and Engels (2005; 2015), Weber (2001; 2004), Bourdieu (2014), Osório (2014), Cury (2014), Chauí (2019), Paro (2016); Wood (2011), among others. About the object of studies, research was conducted to understand state, civil society, political representation, democracy, democratic management at school. The first and second chapters of the dissertation follow the path of presentation and understanding of these fundamentals contextualized to the Brazilian reality and the third chapter focuses on the exposure and analysis of the data evidenced in the research found in bdttd. A survey was made on theses and dissertations at BDTD, initially being used to a broadly defined descriptor, namely, "democratic management in primary school". A Boolean search was subsequently performed using the "and" operator grouping this same descriptor. The research in BDTD continued by titles and abstracts and it was possible to distinguish the productions by regions, states, institutions. It was also possible to show a number of works per year of production, as well as from more addressed themes, in the data mining process. The research favored theses and dissertations produced in Graduate Programs in Education, because it sought consonance with the object of study that is democratic management in primary school and its implementation. We analyzed the abstracts of theses and dissertations and, through them, evidenced categories that were analyzed in the light of our theoretical framework. Some results can be highlighted in relation to the analysis of the theses and dissertations selected: in the period surveyed, there was a sharp decrease year by year in the production of works on democratic management in primary school and research is predominantly conducted in federal universities which expresses the strength and vitality of these institutions in the field of academic research, even under heavy attack in Bolsonaro's years of government (2019 - 2022). The researched studies show foundations, practices and instruments for the development of democratic processes within the basic school in line with the theoretical framework adopted in this work, therefore ratifying the complexity of consolidating democratic management in the school. It was also understood, at the end of the research conducted, that democracy in our country is under construction and in the process of reaffirmation of its principles and refers frontally to the movement of the Brazilian State, its adherence to the capitalist system, of a neoliberal nature. The basic school is established with these constraints, as well as democratic management.

Keywords: State, capitalism and society; democracy and political representation; democratic management; elementary school.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos ideológicos e algumas ações dos governos que assumiram o Estado brasileiro de 1990 - 2021	p 47-48
Quadro 2 - Teses e dissertações por regiões e instituições de educação superior.....	p 96
Quadro 3 - Categorias temáticas surgidas nas Dissertações e teses.....	p 102
Quadro 4 - Teses e Dissertações selecionadas.....	p 103-105

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Instituições de Educação Superior por organização acadêmica e categoria administrativa.....p 101

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Produção acadêmica por região do Brasil na BDTD. Gestão democrática da educação na escola básica de 2018-2021.....p. 93

GRÁFICO 2 - Produção acadêmica por tipo de trabalho sobre a gestão democrática na escola básica na BDTD de 2018-2021.....p. 95

LISTA DE SIGLAS

BDTD - A BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

IES- INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

PIB- PRODUTO INTERNO BRUTO

IBICT - INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

UFAL- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UFRN - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UFMA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UTP - UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

UFSCAR - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

UFFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

PUCSP - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PUC GOIÁS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	23
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: QUESTÕES FUNDAMENTAIS	23
1.1 O Estado na sociedade capitalista	23
1.2 Sociedade civil, Estado e governos no Brasil de (1990 a 2021)	36
CAPÍTULO II	53
DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, GESTÃO DEMOCRÁTICA NA SOCIEDADE BRASILEIRA E NA ESCOLA	53
2.1 Origem e formação histórica da democracia	53
2.2 A democracia na contemporaneidade	62
2.3 A representação política democrática na sociedade contemporânea	73
2.4 Gestão Democrática na Escola	82
2.4.1 Princípios para a prática da gestão democrática na escola	82
CAPÍTULO III	88
TESES E DISSERTAÇÕES NO PERÍODO DE 2018 A 2021 NA BDTD: UM RECORTE SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA	88
3.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa na BDTD e para análise dos trabalhos selecionados	88
3.2 Elementos quantitativos e qualitativos do conjunto de teses e dissertações encontradas	93
3.3 Elementos significativos encontrados nos Resumos das teses e dissertações	103
3.4 A escola e a gestão democrática: desafios e caminhos possíveis	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICES	160

INTRODUÇÃO

*Por um mundo onde sejamos socialmente
iguais, humanamente diferentes e totalmente
livres.*

Rosa Luxemburgo

Nesta exposição, a introdução é dividida em três partes que se pretendem articuladas. Apresenta-se, portanto, como primeiro item, de forma breve, a motivação para a pesquisa, no sentido de levar ao entendimento sobre como este pesquisador chegou ao seu objeto de estudo e pesquisa.

A segunda parte desta introdução, refere-se ao campo temático da pesquisa e dá-se, já, o delineamento teórico inicial de abordagem do objeto, faz-se a opção de introduzir a discussão dos elementos teóricos balizadores e fundantes que percorrem as análises no corpo da dissertação, pois são aqueles que dão corpo ao objeto de estudo.

A terceira parte desta introdução trata do problema e objetivos da pesquisa de forma mais pontual. A quarta parte dessa Introdução refere-se à metodologia e ao modo de exposição da pesquisa realizada. Expõe-se nesse item em questão, o raciocínio adotado para o planejamento da pesquisa, como foi realizada a investigação, os procedimentos e instrumentos utilizados, bem como o modo de exposição via capítulos da dissertação.

Motivações para a pesquisa

Ao produzir uma pesquisa desta natureza, estamos diante de um tema fundamental que nos instiga a pensar a escola pública básica no Brasil. Nesse sentido, a par dos tempos atuais e da complexidade que se apresenta a produção e efetivação de políticas educacionais, bem como a discussão sobre escola pública, sua manutenção pelos entes federados, as lutas e estratégias políticas em curso que tomam a escola como afirmação de interesses de governos, tal como é apontado por Paro (2016), o tema se faz importante e tem uma certa relevância no cenário atual. A escola para a democracia somente se constitui no ambiente social sob o movimento da dialética, neste caso, Marx e Engels (2005) nos ajudam a pensar sobre essa realidade e sob a produção de concepções e práticas por meio de embates e lutas, porém, podemos compreender que uma sociedade democrática se constrói, em boa medida, com a efetivação de uma escola democrática. Assim, temos como ponto de reflexão para o desvelamento do problema que este tema induz, a escola básica pública. Nesse sentido, ao estruturar este trabalho, buscamos um conjunto de pesquisas no sentido de verificar de que modo a concepção democrática tem

sido compreendida, evidenciada e efetivada em práticas, nas experiências e reflexões apontadas no conjunto de pesquisas sobre a escola básica pública no período de 2018 a 2022.

No que diz respeito às motivações para essa pesquisa, duas experiências como professor na escola básica pública geraram interesse para a definição sobre o tema; a primeira em uma escola militar da rede estadual de Goiás na cidade de Goiânia, em que foi possível observar a organização administrativa e pedagógica da escola, sua dinâmica de atendimento aos alunos, as ações da gestão escolar, de professores e demais integrantes da instituição escolar. Ainda assim, as visões elaboradas sobre a realidade da escola não se aproximaram de uma percepção sistemática de pesquisador. Por outro lado, essa experiência instigou leituras no campo da educação, da gestão escolar, da gestão democrática no sentido de buscar maior clareza sobre aquela realidade.

Gestão democrática e escola: apontamentos iniciais

Compreendemos que a gestão democrática escolar se torna uma questão importante no campo da educação brasileira, em que as escolas, no conjunto de seus professores, servidores, estudantes e comunidade em geral, lutam e almejam autonomia institucional no campo administrativo, financeiro e pedagógico. Trata-se de uma via em construção em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito no Brasil. Podemos entender que a implementação de relações democráticas no conjunto de uma organização escolar ainda é um desafio ao analisarmos que a escola pública brasileira é uma instituição social que integra a sociedade. Quando a democracia não está dada socialmente (OSÓRIO, 2014), observamos descompassos ideológicos e políticos nessa questão, a gestão de uma escola, para se efetivar como democrática, certamente reflete esses descompassos, seja na implementação do que é prescrito legalmente seja na esfera das relações entre os sujeitos individuais e coletivos naquela instituição e rede de ensino.

As escolas públicas são orientadas legalmente a se organizarem e atuarem na perspectiva da gestão democrática, que visa a participação representativa dos segmentos escolares, vislumbrando maior autonomia e participação da comunidade escolar, bem como a integração da comunidade local ao ambiente escolar.

A par de todo o contexto social vigente, a escola deve contribuir para a construção de uma sociedade democrática em que todos os alunos venham a se apropriar dos bens culturais e materiais produzidos ao longo da história e tenham possibilidade de

participar efetivamente de sua transformação. Para tanto, a escolarização deve ter como centro o aluno que está circunscrito a um tempo de vida, que é marcado por uma história.

Paro (2003, p. 07), reforça a importância da escola, bem como a formação humana que deve ser dada aos educandos. O autor enfatiza que,

[...] sobressai a importância das medidas visando a realização eficiente dos objetivos da instituição escolar, em especial da escola pública básica, voltada para o atendimento das camadas trabalhadoras. Tais objetivos têm a ver com a própria construção da 'humanidade' do educando, na medida em que é pela educação que o ser humano 'atualiza-se' enquanto sujeito histórico, em termos do saber produzido pelo homem em sua progressiva diferenciação do restante da natureza. (grifos do autor).

Com Paro (2003) identificamos o educando como sujeito, como partícipe dos processos histórico-culturais, o autor acrescenta que conceber uma escola como democrática significa, também, compreender que a organização do trabalho pedagógico deve ser orientada a partir dele e para ele. É a partir do grupo de educandos que compõe aquele contexto escolar, que as ações pedagógicas do coletivo de profissionais devem ser planejadas, propiciando suas aprendizagens.

É importante compreender que os educandos e professores, bem como todos os profissionais, pais e responsáveis que compõem a comunidade escolar são produtores de história e cultura, têm uma origem social, são sujeitos de um tempo histórico. Não se pode, portanto, desconsiderar a complexidade dos processos que são estabelecidos no ambiente escolar, compreendendo que a escola, na conjunção de todos esses matizes, também elabora cultura. (ARROYO, 2006).

A escola acolhe as interferências do contexto social em que está inserida. As relações do mundo do trabalho, da economia, da política, da cultura, os conflitos, movimentos e lutas advindas da população, dentre outros elementos que estão presentes no universo escolar. A escola, como instituição para onde convergem questões inerentes à sociedade, não está imune, inerte ou alheia a esses processos.

Freitas (2003, p. 16-17) afirma que

a escola não é uma ilha no seio de uma sociedade e não pode fazer tudo, independentemente das condições desta mesma sociedade. Ela tem um papel a jogar na formação do aluno, mas esse papel não pode ser visto de forma ingênua, como se a escola tudo pudesse.

A instituição escolar não se constitui como um espaço que resolve os problemas sociais e “pode tudo”. Porém, quando o trabalho é articulado internamente, com a parceria das famílias e de toda a comunidade escolar, considerando seus limites e possibilidades, segundo Arroyo (2006), ele deve contribuir para a formação de sujeitos atuantes, críticos,

atentos à organização e movimento da sociedade, que incidem sobre os processos sociais e também sujeitos com direito e acesso aos conhecimentos. Conforme o autor, a escola, no conjunto de seus profissionais, tem como função elaborar, reelaborar e ampliar os saberes trazidos pelos educandos, constituir-se como espaço privilegiado para a apropriação do conhecimento já produzido pela humanidade e para a produção de novos conhecimentos.

Toda ação educativa tem uma intencionalidade, seja implícita ou explícita e, portanto, é preciso ter clareza sobre a função da escola e função docente. As ações docentes veiculadas pelos projetos da escola devem estar intrinsecamente relacionadas ao direito dos educandos, ou melhor, ao direito de aprender. Respeitar e conviver com a diversidade presente no universo social, com o contraditório, reconhecer a importância da existência do outro. Em outras palavras, a aprendizagem é concebida como um processo articulado com a estruturação das subjetividades humanas, mobilizando concomitante e integralmente as dimensões cognitivas, sociais, estéticas, físicas, emocionais, dentre outras. (LIBÂNEO, 2004).

Libâneo (2004), acrescenta que os objetivos da escola e dos profissionais da educação devem se reverter em ações efetivas para aprendizagens relevantes ao assumirem o princípio de que todos são capazes de aprender e intervir no mundo ao seu redor. As escolas se constituem, assim, em espaços de formação de sujeitos, em lugares de poder e de decisões, em que se tem a possibilidade de, coletivamente, definir objetivos no campo pedagógico, administrativo e profissional, de modo a afirmar a autonomia dos professores. Essa possibilidade só se concretiza com a descentralização do poder, burocraticamente instituído. A construção desse modelo burocratizado é histórica, revelando os processos que constituíram a organização e as finalidades da escola e, na atualidade, precisa ser desconstruído.

A organização escolar pública, na contemporaneidade, no âmbito da gestão administrativa e pedagógica recebe e acolhe os impactos da indução à gestão gerencial com princípios e práticas referentes à organização de empresas. A racionalidade instrumental, sendo assim, o estudo de Weber (2004) é um ponto de partida, em que a lógica produtivista e desenvolvimentista são marcas importantes do período recente, observáveis nas políticas educacionais em curso, em especial sob a premissa da Nova Gestão Pública e que permanecem e permeiam os princípios da instituição e da gestão escolar (FREITAS, 2018).

Segundo Moraes (2004, p. 19), a retórica neoliberal atribui um papel estratégico à educação e determina-lhe basicamente três objetivos: atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho; tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários; fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática. Moraes (2004) acrescenta que o projeto neoliberal para a educação não é só a privatização. O aspecto central é a adequação da escola e da universidade pública e privada aos mecanismos de mercado, de modo que a escola funcione à semelhança do mercado. Drabach (2010, p. 06), afirma que “o modelo de gestão gerencial ao se apropriar dos mecanismos da gestão democrática” imprime uma forma perversa de gestão no âmbito educacional e “põe em risco a construção democrática”.

A gestão, como instrumento fundamental da dinâmica escolar, pode promover a condução de projetos que vão ao encontro à perspectiva da administração científica propugnada pelos ideais positivistas, mercadológicos, tão apropriados ao capitalismo. A administração de uma escola, em função de sua natureza como instituição social, não pode ser realizada a partir da aplicação de métodos e técnicas de gerenciamentos próprios de uma empresa. Escola e empresa cumprem objetivos distintos na organização, produção e reprodução da sociedade.

Nessa configuração, é possível compreender que a escola expressa as tensões e contradições que estão na base da organização histórica do capitalismo. As formas de gestão da escola estão, nesse sentido, permeadas pelo *modus operandi* do capital que procura confirmar um determinado projeto de sociedade (BOURDIEU, 2001).

É preciso compreender essas mudanças, marcadas historicamente por embates, lutas no campo educacional, relações de forças e poder no sentido de redefinição de posições e lugares de atuação dos integrantes do universo escolar e educacional.

Problema e Objetivos da pesquisa

Neste estudo procurou desenvolver análise dessa temática de forma a apresentar conhecimentos relevantes no que diz respeito a um levantamento sobre a pesquisas sobre gestão democrática na escola básica em trabalhos de dissertações e teses no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD) mantida pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil. A definição

do período de levantamento dos dados de pesquisa, (2018 - 2021), ocorreu em função do contexto recente na história política brasileira, que possibilitada a continuidade ao movimento seguinte ao *golpe político*¹ empreendido em 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e os anos pós-golpe até 2021, sob o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Saviani (2020, p. 01), trata esse movimento de golpe como “golpe jurídico-midiático-parlamentar consumado em 31 de agosto de 2016 com o impedimento da então Presidenta da República Dilma Rousseff”.

Destacamos que no período definido para o levantamento das produções de teses e dissertações (2018-2021) na BDTD, também vivenciamos a pandemia desencadeada pela Covid 19 em nosso país, de forma trágica, e no mundo. Porém, essa pesquisa não se atém a essa questão para análise das produções selecionadas, como recorte deste trabalho.

Por outro lado, o levantamento de dados nesse período atém-se ao objetivo geral, que é de procurar evidenciar o impacto na produção de pesquisas sobre gestão democrática no referido contexto e os embates ideológicos, institucionais e políticos. A partir do recolhimento quantitativo de teses e dissertações, separadas por títulos e resumos, nesse escopo, foi possível distinguir as produções por regiões, estados, instituições e programas de Pós-graduação em Educação. A pesquisa privilegiou teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-graduação em educação, pois buscou consonância com o objeto de estudo que é a gestão democrática na escola básica. Foi possível, também, evidenciar as tendências das produções das pesquisas em quantidade ano a ano, bem como em recortes temáticos mais abordados.

Algumas questões contribuíram para construirmos o objeto de estudo, são elas:

- No âmbito da gestão democrática da educação básica, as pesquisas apontam elementos organizacionais e pedagógicos que podem evidenciar a efetividade da gestão democrática na escola pública básica?
- A escola, no âmbito de sua organização institucional e pedagógica apresenta limites à gestão democrática? O que as pesquisas apontam?

¹ No que se refere ao golpe sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff ver a análise realizada por Demerval Saviani (2020), em que o autor desenvolve reflexões importantes para compreendermos melhor o contexto sobre as ações que derrubam a então presidenta do poder constituído do Estado. O texto no qual estamos fazendo referência é: Políticas educacionais em tempos de golpe: Retrocessos e formas de resistência, disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21512/14281>. Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

Ao realizar esses questionamentos que foram importantes para a construção do nosso objeto de estudo, elencamos alguns objetivos específicos que guiaram nossa investigação ao longo da pesquisa, sendo assim, definimos:

- 1) Compreender o Estado e sua relação com a sociedade civil, bem como os fundamentos e as relações existentes entre Estado Democrático de Direito e gestão democrática da educação.
- 2) Discutir elementos históricos, políticos, econômicos e sociais para a configuração da democracia e da educação básica no Brasil contemporâneo;
- 3) Analisar pesquisas elaboradas no período de 2018 – 2021 em Programas de Pós-graduação em Educação.

Desse modo, esses objetivos orientam a pesquisa no sentido de sua exposição nos três Capítulos que perfazem esse trabalho.

Metodologia e Exposição da Pesquisa

A pesquisa é de caráter qualitativo em que nossa lente teórica para análise tomou como referencial o materialismo histórico dialético e trouxe, para a exposição, autores que acercam o tema sob esse fundamento. Portanto, como metodologia foi realizado o levantamento bibliográfico em referenciais teóricos concernentes a essa temática, dentre eles Marx e Engels (2005; 2015), Weber (2001; 2004), Bourdieu (2014), Osório (2014), Cury (2014), Chauí (2019), Paro (2016); Wood (2011), dentre outros.

No processo de estudo e construção do objeto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema em artigos do Scielo, Google Acadêmico e referenciais em livros que tratam do tema. O processo de construção do objeto envolveu a reformulação do projeto de pesquisa e definições posteriores no caminhar dos estudos a partir do levantamento de referenciais, bem como as discussões e entendimentos promovidos pelas disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE UEG). As leituras e sistematizações das mesmas foram relevantes para constituir um caminho teórico e metodológico de pesquisa.

Para a delimitação do objeto de estudos, foi realizada pesquisa para entendimento sobre Estado, sociedade civil, representação política, democracia, gestão democrática na escola. Os primeiro e segundo capítulos da dissertação percorrem o

caminho de apresentação e entendimento desses fundamentos contextualizados à realidade brasileira e o terceiro capítulo concentra-se na exposição e análise dos dados evidenciados nas pesquisas encontradas na BDTD. Foi realizado um levantamento de teses e dissertações na BDTD, atentando-se inicialmente a um descritor definido de forma ampla, qual seja, “gestão democrática na escola básica”. Posteriormente foi realizada busca booleana usando o operador “and” agrupando esse mesmo descritor. A pesquisa na BDTD prosseguiu por títulos e resumos e foi possível distinguir as produções por regiões, estados, instituições. Foi possível, também, evidenciar quantidade de trabalhos por ano de produção, bem como a partir de temáticas mais abordadas, no processo de mineração dos dados. A pesquisa privilegiou teses e dissertações produzidas em Programas de Pós-graduação em Educação, pois, buscou consonância com o objeto de estudo que é a gestão democrática na escola básica e sua implementação. Foram analisados os resumos das teses e dissertações e, por meio deles, evidenciadas categorias que foram analisadas à luz de nosso referencial teórico.

Para a exposição da pesquisa, esta dissertação está dividida da seguinte forma: no Capítulo I desenvolvemos uma reflexão sobre o Estado como uma instituição social. Compreendemos como fundamental tratar do Estado, pois este é o organizador, financiador e realiza a gestão (administração) da educação do país. Neste sentido, realizamos um estudo conceitual do Estado moderno na sociedade capitalista com a intenção de entender como este se constituiu historicamente, pois trata-se de uma sociedade que se liga diretamente a essa forma de organização do Estado. Outro ponto fundamental é a relação entre o poder constituído do Estado com as demais instituições sociais, como as escolas, bem como a sociedade civil que também se insere nesse conjunto de ações, de lutas e na busca pela escola com gestão democrática.

No Capítulo II, analisamos a questão da democracia e a representação política na sociedade contemporânea, em que no primeiro item desenvolvemos um estudo sobre a origem e a formação histórica da democracia no sentido de perceber como esta foi engendrada ao longo de alguns modelos de sociedades, inicialmente na sociedade ateniense na Grécia Antiga. Posteriormente buscamos entender como esta forma de regime político foi sendo transformada nas sociedades modernas e na contemporaneidade com uma representação política distinta historicamente. Nos segundo e terceiro tópicos do Capítulo II, trabalhamos, respectivamente, a democracia na contemporaneidade e a representação política no modelo de sociedade que o representa, bem como esta se

manifesta como regime político na contemporaneidade. No tópico seguinte, traçamos, de modo conceitual, a relação entre a sociedade civil e o Estado no Brasil. Na sequência dos tópicos, apresentamos um entendimento sobre a gestão democrática no Brasil que é o objeto a ser investigado neste estudo.

No terceiro e último capítulo, de forma mais pormenorizada, realizamos um estudo a partir das pesquisas levantadas sobre a gestão democrática da educação básica na BDTD, em teses e dissertações produzidas no período de 2018 - 2021, diretamente ligadas ao tema desta pesquisa. Sendo assim, na primeira parte do último capítulo evidenciamos algumas questões que se ativeram à metodologia adotada, de forma mais especificada, ou seja, os procedimentos para realizar a interpretação e análise do material pesquisado nas dissertações e teses selecionadas, bem como faremos análises concernentes às concepções presentes na problematização, já evidenciadas anteriormente nesta introdução.

CAPÍTULO I

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL: QUESTÕES FUNDAMENTAIS

A democracia é atividade criadora dos cidadãos e aparece em sua essência quando existe igualdade, liberdade e participação.

Marilena Chauí

O objetivo deste capítulo é desenvolver conceitualmente um entendimento sobre o Estado, que o compreendemos como uma instituição social². O Estado, constituído sob o sistema capitalista no Ocidente, exerce funções de organizador, regulador, financiador de áreas sociais, de infraestrutura, áreas básicas em nosso país e, de modo mais específico para esse estudo, realiza, também, a gestão (administração) da educação. Nesse sentido, realizamos um estudo conceitual do Estado moderno na sociedade capitalista com a intenção de compreender sua constituição histórica no período moderno e elencar elementos para a análise de dados da pesquisa.

1.1 O Estado na sociedade capitalista

Em linhas gerais, afirmamos que com o desenvolvimento da modernidade capitalista, constituem-se novas formas de organização social e as necessidades por serviços serão cada vez mais presentes, pois trata-se de um modo de vida novo e distinto do anterior que era a sociedade medieval, ou seja, em processos de reformulação à acentuação capitalista. O Estado se inscreve com novas formas em consonância com o sistema capitalista em modificação a um novo tempo histórico. Juntamente com essa nova realidade que estava se formando no ocidente, o Estado Moderno em sua fase de expansão, ou seja, os Estados Nacionais Absolutistas, mesmo sendo formas de organização autoritárias, vão requerer quadros administrativos e burocráticos para realizar suas funções e ações definidas. (MORRIS, 2005).

Morris (2005), acrescenta que as demandas por educação, serviços sociais, segurança, moradia, saúde, trabalho e, no caso da educação escolar, as mudanças já eram

² A instituição é uma matriz construída socialmente, inserindo-se em processos de sociabilidade ou apresentando caráter mais expressamente organizacional. Porém, em ambos os casos, pode-se entender “a instituição como um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade”. designa uma organização que abranja pessoas, como por exemplo, um hospital, uma prisão ou, [...] uma universidade. [...]; também é ligado às grandes entidades sociais que o povo enxerga quase como um ente metafísico a pairar sobre a vida do indivíduo, como o “Estado, a economia”, ou “o sistema educacional”. (grifos dos autores) (BERGER e BERGER, 1988, p. 193).

visíveis, ou seja, o modelo escolar baseado em uma cultura religiosa católica e protestante, já não atendia a sociedade em movimento, em especial o campo do trabalho, e novas formas ou concepções teóricas e práticas da educação escolar, bem como sua organização institucional, aparecem no contexto de desenvolvimento do Estado no sistema capitalista. Dentre os embates e afirmações por linhas de pensamento, em especial na perspectiva de construção das ciências humanas, da filosofia, observa-se o debate pela educação humanística que pudesse atender as necessidades dos indivíduos no movimento de reconfiguração da sociedade, com outra dinâmica, distinta da sociedade feudal baseada na fé divina.

Foi no contexto dos séculos XV e XVI que se formou esse novo contexto, uma nova forma de organização da sociedade e do Estado. No contexto da sociedade medieval que vai do século V até o XV, as práticas políticas não estavam voltadas para atender as demandas da sociedade, mas sim, ao poder religioso da igreja, em que a prática democrática se configurava distinta da forma que os gregos praticavam, ou seja, ainda iríamos verificar o movimento histórico e social para vislumbrar novas formas de democracia na sociedade moderna. (MORRIS, 2005).

O Estado que se institui no início da modernidade é um Estado monárquico, baseado na imagem e figura de um rei que neste contexto, governava a partir de sua manutenção e pertença ao lugar de poder ocupado e não mantinha, em seu governo, ressonância com as necessidades da população que estava sob seu controle. No início da modernidade capitalista, com o Estado Absolutista Moderno, não existia um ordenamento jurídico legal e nem uma constituição que pudesse colocar limites às ações políticas e econômicas do governo monárquico. (MORRIS, 2005).

A partir desses breves apontamentos, é importante compreender conceitos que identificam o Estado em termos de sua organização social, política, econômica e sua gestão burocrática, pois historicamente essa instituição foi se burocratizando cada vez mais. Podemos dizer que no início da sociedade moderna, uma nova classe social tem uma forte ascensão, que é a classe burguesa, em que esta se organiza e, de alguma forma, se impõe nesse novo modelo de sociedade e, para tanto seus negócios ganham visibilidade. Sendo assim, o Estado, nessa configuração, se relaciona com as classes sociais, neste caso, inicialmente com a burguesia que estava em ascensão, bem como camponeses, artesãos e no século XVIII com a Revolução Industrial, com a classe proletária³.

³ No contexto da sociedade feudal, existiam outras classes sociais como a nobreza, o clero, o campesinato que continuarão a existir no início da modernidade. Neste sentido, essa concepção pode ser encontrada na

Sobre o Estado, existem diversas concepções, conceitos e definições, bem como escolas de pensamento e percepções do senso comum. Sendo assim, temos como proposta trazer alguns conceitos e apontamentos importantes para compreendermos sua forma de organização⁴, gestão burocrática e, ao mesmo tempo, procurar compreender a relação entre Estado e interesses de classes.

Desse modo, podemos refletir a partir da perspectiva de Marx e Engels (2015), quando estes afirmam que a moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. A sociedade moderna se assenta sobre novas classes, sobre novas condições de opressão e imprime novas formas de lutas. Assim, os autores apontam como essa nova forma de organização da sociedade gera o desenvolvimento da sociedade e suas relações sob uma nova racionalidade, a racionalidade capitalista de produção. Ainda assim, segundo eles, a época burguesa distingue-se por ter complexificado os antagonismos de classes. Para os autores, a sociedade está dividida em dois grandes campos antagônicos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado.

Neste sentido, a sociedade moderna vai se desenvolvendo a partir dos antagonismos de classes, pois a partir da compreensão da realidade, na concepção de Marx e Engels (2005), temos um pensamento que visa, a partir das contradições sociais, entender a realidade e, ao mesmo tempo, sua concepção do materialismo histórico-dialético, encontra elementos para a transformação da realidade, analisando-a em termos de totalidade social, política e econômica. Neste sentido, podemos dizer também que as relações de trabalho têm mudanças significativas, pois grande parte da produção não é mais realizada no campo e de forma manual, mas sim nas cidades e já com um desenvolvimento tecnológico incipiente. No desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista a partir do século XVI, na Europa Ocidental, as relações de trabalho se desenvolvem muito rapidamente, pois com a Revolução Industrial inglesa essas relações são radicalmente transformadas no sentido do trabalho industrial.

Sob o ponto teórico de análise social e econômica, a teoria do materialismo histórico-dialético faz uma contraposição ao positivismo e sua base está no rompimento com a ordem de produção da realidade social, com o método expositivo das pesquisas

obra de Marx e Engels (2005; 2015), onde esses autores realizam um estudo histórico sobre as classes sociais.

⁴ Trata-se de como essa instituição se organiza em termos de sua administração, burocracia, formas de gestão econômica, política, cultural na sua relação com a sociedade civil, principalmente seus grupos e classes sociais.

sob esse escopo, com a lógica de previsão das causalidades e com a apreensão da aparência dessa realidade que se confirma por meio da empiria. O materialismo histórico-dialético faz a crítica a esse modelo de ciência, que na concepção de Marx, “apanha” categorias fechadas, isoladas em si mesmas.

O materialismo histórico-dialético, portanto, tem como princípio a construção de categorias calcadas na história, na historicidade do objeto, bem como nas contradições em que este se constitui na realidade, compreendendo que a realidade é, por si só, contraditória, invertida, do ponto de vista da aparência. O método dialético, como procedimento de razão, nessa lógica, desenvolve-se como objeto, ou seja, é a realidade que produz esse procedimento de razão. (CURY, 1986).

Nessa compreensão, a epistemologia do método é determinada pela síntese histórica, pela práxis histórica que confere a possibilidade de produção de uma consciência determinada da/pela realidade, porém a ordem das determinações que se desenvolvem na história, não está dada *à priori*. É preciso apreender essas determinações nas relações entre estrutura e sujeito; estrutura e objeto; consciência e objeto; consciência e história; consciência e materialidade; compreendendo que essas relações são intrínsecas, não se rompem ou estão separadas. (CURY, 1986).

Nesta reflexão podemos perceber a importância de Marx quando considera que este apresentou uma teoria de consistência revolucionária:

Compreende-se que Marx tenha sublinhado em sua concepção da história o papel dos sujeitos materiais e a importância da iniciativa desses sujeitos na transformação revolucionária da sociedade. Compreende-se que tenha enfatizado o fortalecimento da consciência de classe entre os trabalhadores, esforçando-se para que estes se unissem em uma comunidade (o partido) capaz de lhes trazer o prenúncio da comunidade humana universal (o comunismo) (KONDER, 2010, p. 33).

Sendo assim, a concepção de Estado, sob o materialismo histórico-dialético, vai refletir diretamente em outra perspectiva analítica. Na sociedade moderna as classes sociais estão em luta na defesa dos seus interesses e se manifestam claramente nessa defesa, em que os seus valores apontam para difundir suas ideias, neste caso, os valores da classe dominante.

Por outro lado, é a partir destes antagonismos que iremos perceber a defesa dos interesses de classe, isto ocorre também dentro do próprio Estado como uma organização social da própria sociedade em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, pois o Estado é estruturado a partir dos interesses de classes, em que a classe dominante, no seu interior, vai buscar defender os seus interesses como se fossem coletivos ou universais.

No que diz respeito ao Estado, Marx e Engels (2015) apontam que o poder executivo do Estado Moderno não é mais do que um comitê para gerenciar (administrar) os negócios coletivos de toda a classe burguesa, como classe dominante, dos proprietários dos meios de produção.

Por outro lado, a defesa desses interesses irá gerar mais disputas, pois as classes sociais exploradas/dominadas, dos trabalhadores, irão perceber que o Estado vai defender de forma sistemática os interesses da classe burguesa, deixando de lado o proletariado, os camponeses e demais trabalhadores que se estabelecem como classe. Segundo Marx e Engels (2015), para ter garantidos seus direitos, a classe trabalhadora em geral, vai realizar todo um processo de lutas para reivindicar direitos sociais, civis e políticos, sendo assim, as lutas sociais contra a classe burguesa, que é a classe dominante.

Desta maneira, a classe dominante (burguesia) esteve inicialmente associada ao Estado para a defesa dos seus interesses, bem como ampliá-los para se desenvolver cada vez mais. Segundo Marx e Engels (2015), ser capitalista significa ocupar na produção uma posição não só puramente pessoal, mas também social. O capital, resultado da exploração do trabalho, é um produto coletivo e pode ser posto em movimento por uma atividade comum de muitos membros, em última instância, pela atividade comum de todos os membros da sociedade⁵. Porém, é trabalho dividido, fragmentado, em que o trabalhador não se reconhece e nem ao produto, se torna estranho, aliena o trabalhador do trabalho e, por conseguinte, ele de si e de outros homens. O produto, objeto estranhado, carrega em si o fetiche, resultado da alienação do homem, bem como objeto que contribui com a sua reificação.

Vimos então, sob essa concepção, que sociedade e Estado estão ligados diretamente, principalmente pela questão dos interesses de classes, pois essa forma de organização, se estabelece sob classes sociais distintas. Na sociedade capitalista, os burgueses irão lutar para ocupar espaços nas mais variadas esferas sociais e políticas, desde partidos políticos, associações, organizações e principalmente dentro do Estado constituído. A classe burguesa, historicamente, busca abrir espaços para se estabelecer como dominante, para tanto, faz o discurso do coletivo, do universal para, pelo convencimento, inverter a

⁵ Complementando essa reflexão, segundo Bottomore (1988) no Dicionário do Pensamento Marxista, afirma que a palavra capital é geralmente usada para descrever um bem que um indivíduo possui como riqueza. Capital poderia, então, significar uma soma de dinheiro a ser investida de modo a assegurar uma taxa de retorno, ou poderia indicar o próprio investimento: um instrumento financeiro, ou ações que constituem títulos sobre meios de produção.

interpretação de realidade das outras classes sociais, como as exploradas e subalternizadas.

Por ser uma classe, e não uma ordem social, a burguesia é obrigada a organizar-se nacionalmente, e não apenas num plano local, e a dar uma forma universal aos seus interesses comuns. Pela emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular junto a sociedade civil e fora dela; mas ela nada mais é do que a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e seus interesses, tanto no exterior quanto no interior (MARX e ENGELS, 2005, p. 114).

O Estado se organiza para poder realizar a manutenção dos interesses da classe dominante, ao mesmo tempo em que visa também garantir a propriedade privada, seus meios de produção e a produção de ideologias para garantir uma legitimidade intelectual, pois o saber, nesse modelo de sociedade, torna-se produto e a ideologia dominante está associada diretamente aos interesses burgueses.

A cada momento histórico desse modelo de sociedade, o Estado vai se organizando para atender aos interesses comuns da burguesia associados ao mercado de capitais, para isso, controla as relações mercantis no âmbito da sociedade capitalista. Desta maneira, cria formas e mecanismos para atender a esse fim e as demais classes sociais, em boa medida, podem ser manipuladas pelas formas de ideologia produzidas pelos ideólogos da classe dominante, tal como expressa Marx e Engels (2015). Porém, evidencia-se nessa situação, a premente e incisiva resistência da classe trabalhadora a esse modelo de Estado, em especial em tempos mais recentes na história, com a ampliação de movimentos sociais organizados em favor de um Estado de Bem Estar Social. Ou seja, o Estado capitalista, nesse prisma, não se mantém sem resistência social, de grupos historicamente desassistidos do acesso aos bens econômicos, sociais, culturais e educacionais produzidos.

Sendo assim, o Estado não é uma instituição que domina por completo as relações no âmbito da sociedade civil organizada. Segundo Marx e Engels (2005) a autonomia do Estado ocorre em países em que a estrutura social não se desenvolveu completamente em classes, em que as classes sociais oprimidas, eliminadas nos países mais desenvolvidos, desempenham um papel significativo no anteparo da dominação. Os autores ainda afirmam que o exemplo mais acabado de Estado capitalista é a América do Norte. Escritores franceses, ingleses e americanos modernos afirmam que o Estado existe em função da propriedade privada, ideia que passou também a ser aceita pela consciência comum.

De fato, em termos de sua organização social e política, os Estados capitalistas se desenvolvem de forma contraditória, pois em alguns casos europeus e nos Estados Unidos, esses atingiram um certo nível de organização e autonomia, diferentemente da América Latina, que ainda mantém vários limites na forma de organização dos seus Estados para a maior e melhor inclusão social. Diante desta realidade, podemos inserir mais algumas questões importantes sobre essa forma de organização social e política, a partir de Marx e Engels (2005):

Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns, que são mediadas pelo Estado, adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade e, melhor ainda, na vontade livre, desligada de sua base real. O mesmo acontece com o direito que é, por sua vez, reduzido à lei (MARX e ENGELS, 2005, p. 114).

Instituições sociais associadas ao Estado (polícia, exército), expressam essa forma política tal como é apresentada pelos autores. Como estão ligadas diretamente, suas ações políticas, seu modelo de organização e ação mantêm-se em relação de reciprocidade ao Estado constituído. As ações das instituições, de forma geral, não repousam em neutralidade ou na falta de interesses, estas terão uma base real e que está associada diretamente aos interesses de uma classe social ou grupo no poder constituído dessas instituições sociais.

Carnoy (1984)⁶ afirma que Marx usou o argumento que o Estado não é um aparelho para o exercício do poder não visando ao interesse geral, mas servindo ao interesse de um grupo particular – a classe dominante, por isso, o conceito geral marxiano de Estado compreende uma sociedade historicamente determinada, em que o Estado age como um comitê da classe dominante, um comitê cuja função particular é organizar e concentrar o poder repressivo a fim de manter o controle da classe dominante sobre a produção. Carnoy (1984) acentua o conceito de Estado de Marx, ao afirmar que, por outro lado, as relações de poder e dominação no âmbito desta instituição social, ocorrem a partir da imposição de uma classe sobre as outras, ou seja, da classe dominante contra as demais classes sociais exploradas em condições subalternas no interior da sociedade capitalista e suas relações sociais. Desse modo, na concepção de Carnoy (1984), o Estado capitalista

⁶ Outro autor que vai desenvolver uma concepção sobre o Estado como uma instituição em termos de sua forma de organização, pensando em termos de mundialização e de forma mais ampla é Osório (2014), em que esse autor, de alguma forma, atualiza concepções sobre o Estado na contemporaneidade.

é a resposta à necessidade de mediar o conflito de classe e manter a “ordem”, uma ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia.

De fato, o conceito de Marx é histórico, pois visa compreender a história das sociedades humanas, bem como demonstrar o processo de formação histórica dessas sociedades, como é o caso de sua análise das sociedades antigas, medievais e a moderna, ao mesmo tempo em que possibilita a compreensão do desenvolvimento do modo de produção capitalista a partir da modernidade ocidental. Historicamente, na sociedade moderna a luta de classes ganha novos elementos, principalmente pelo processo de urbanização das cidades, a mercantilização da vida, das mercadorias, mas principalmente pelo desenvolvimento capitalista na Europa ocidental a partir da Revolução Industrial na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, em que uma nova classe social entra em cena, que é a classe do proletariado urbano que defende seus interesses sociais, políticos e econômicos.

Retomando apontamentos sobre a luta de classes que envolvem o Estado na sua relação com a sociedade, podemos citar alguns argumentos de Wood (2011) ao afirmar que durante a maior parte da história do capitalismo no Ocidente, as questões centrais relativas à luta de classes giraram em torno da extração e da apropriação de excedentes, e não da produção. O capitalismo é notável por concentrar a luta de classes “no ponto de produção”, porque é somente no capitalismo que a organização da produção e da apropriação coincidem tão completamente. É também notável por transformar as lutas em torno da apropriação em disputas aparentemente não políticas.

No que diz respeito ao Estado a partir da ótica do capitalismo recente, podemos citar a obra de Florestan Fernandes, que é uma das referências que analisam essa instituição a partir da lógica de um modelo de organização capitalista em termos contemporâneos. Sendo assim, Fernandes (2019) aponta que o Estado Democrático de Direito tanto foi visto como a forma política mais completa da realização da liberdade do indivíduo, de autonomia dos grupos e instituições sociais, de não regulamentação da economia, da religião e da vida social, de separação, independência e equilíbrio dos poderes. O Estado moderno se transforma de uma monarquia absolutista para um Estado representativo a partir de suas práticas democráticas e sua forma de organização liberal, em que a sociedade e as instituições devem ter modelos de organização próximos para defender a liberdade tanto política como econômica.

Desse modo, podemos perceber que essas questões não são estáticas, pois estas se se transformaram de acordo com o contexto histórico em que a luta de classes se

manifesta em territórios e instituições sociais diferentes no âmbito da sociedade capitalista. A luta de classes se manifesta em outras relações sociais, como é o caso das relações políticas, no interior do Estado como uma forma de organização que visa de fato, amortecer a luta de classes e ao mesmo tempo diminuir os antagonismos em relação às classes sociais em luta. Sendo assim, estamos diante de uma realidade complexa e que vai se modificando historicamente a partir dos interesses.

Neste ponto de reflexão, podemos trabalhar com as ideias de Saviani (2007), quando este afirma que considerando que a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da sociedade, da escola e demais instituições, ela está empenhada na preservação do seu domínio, portanto, apenas acionará mecanismos de adaptação que evitem a transformação, segue-se que uma teoria crítica, só poderá ser formulada do ponto de vista dos interesses dos dominados. Esta crítica ou contestação das ideias da classe dominante, de fato, só poderá ser realizado por aqueles que ocupam um espaço social de subalternidade, ou seja, as classes sociais exploradas, pois, a sociedade capitalista tem na luta de classes um dos seus pontos fundamentais. Neste sentido, em alguns momentos esta pode ser controlada de forma mais ampla pela classe dominante, mas em outros períodos históricos, pode ocorrer certo acirramento destas.

Outro autor com reflexões interessantes no que diz respeito ao Estado e que visa compreender essa forma de organização é Pierre Bourdieu, sendo assim, analisa o Estado como:

Se eu tivesse de dar uma definição provisória do que se chama “Estado”, diria que o setor do campo do poder, que se pode chamar de “campo administrativo” ou “campo da função pública”, esse setor em que se pensa particularmente quando se fala de Estado sem outra precisão, define-se pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima. Já alguns anos, fiz um acréscimo à definição famosa de Max Weber, que diz ser o Estado o “monopólio da violência legítima, e que eu corrijo acrescentando: “monopólio da violência física e simbólica legítima, na medida em que o monopólio da violência simbólica é a condição da posse do exercício do monopólio da própria violência física (BOURDIEU, 2014, p. 30).

Temos então, uma concepção de Estado em Bourdieu que vai retomar aspectos do conceito de Max Weber em sua obra *Ciência e Política - Duas Vocações* (2001) ao tratar da questão central da concepção deste autor que é o uso legítimo da violência física por parte desta instituição. Bourdieu amplia pontos importantes dessa referência, ao trazer a questão da violência simbólica. Sendo assim, seguindo a perspectiva de análise do autor, uma forma de violência está associada a outra, ou seja, o próprio Estado vai ampliando suas formas de atuação ou de imposição da força, do poder, do controle em relação às classes sociais.

Noieto (2016), ao partir do ponto de vista de Bourdieu, nos mostra alguns apontamentos sobre o poder e a violência simbólica que o Estado produz em relação as classes sociais. Por isso, a referida autora afirma que o Estado, então, promove a produção de princípios de classificação capazes de serem aplicadas a todas as coisas do mundo, como formas simbólicas, que se inscrevem como princípios de construção da realidade por agentes sociais conhecedores, que portam estruturas cognitivas. Neste caso, estão inseridos tanto o poder como as formas de violência simbólica que o Estado institui no âmbito da sociedade, pois o poder simbólico é aquele que age de forma sutil e muitas vezes as pessoas não percebem que estão sofrendo algum tipo de violência, mas na prática ela existe nas mais variadas formas de sociedades, principalmente na forma de organização do Estado na contemporaneidade.

Por outro lado, essa forma administrativa, precisa legitimar seu poder e dominação, para isso, cria condições legítimas para atingir esse fim, como é o caso das mudanças que ocorrem com as leis, ou até mesmo a criação de novas, no sentido de buscar na relação com a sociedade civil, uma legitimidade legal, pois assim, acaba cumprindo seu papel ou função social. O Estado não faz o uso da violência física ou simbólica meramente pela vontade daqueles que detém o poder, para isso, precisam criar condições favoráveis para poder atingir esse objetivo. (BOURDIEU, 2014).

Nesse sentido, Bourdieu (2014) afirma que o Estado é o princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, a princípios fundamentais da ordem social, e que ele é o fundamento, não necessariamente de um consenso, mas da própria existência das trocas que levam a um discurso. De fato, essa forma de organização, tem seus fundamentos, sua lógica de gestão, organização social, política e econômica, e cria formas de legitimar seu poder e organização, como é o caso das leis e do discurso disseminado e ancorado em relações de quem ocupa funções de poder no Estado.

Bourdieu (2014), afirma que esse entendimento é subjacente à tradição da teoria clássica e funda a sociologia espontânea do Estado que, por vezes, chamamos de ciência administrativa, isto é, o discurso que os agentes do Estado produzem a respeito do Estado, verdadeira ideologia do serviço público e do bem público. Desse modo, o Estado tem na sua lógica de organização, mecanismos para legitimar suas práticas, sejam elas, violentas ou não, legítimas ou não, mas este deve existir para cumprir determinadas funções sociais na sua existência e na relação com a sociedade civil organizada, mas também na defesa dos interesses de classes. Neste caso, a posição do Estado é bem clara, pois o Estado capitalista acolhe os interesses da classe dominante e daqueles que estão em posição de

poder no âmbito das instituições sociais que visam a manutenção de seus privilégios e interesses. Bourdieu (2014) compreende que:

O Estado não é um aparelho orientado para o bem comum, é um aparelho de coerção, de manutenção da ordem pública, mas em proveito dos dominantes. Em outras palavras, a tradição marxista não levanta o problema da existência do Estado, e o resolve pela definição das funções que ele preenche; de Marx a Gramsci e a Althusser, e mesmo além, todos sempre insistem em caracterizar o Estado pelo que ele faz e pelas pessoas para as quais ele faz o que faz, mas sem se interrogar sobre a própria estrutura dos mecanismos que supostamente produzem aquilo que o fundamenta. Evidentemente, é possível insistir mais sobre as funções econômicas do Estado, ou sobre as funções ideológicas; fala-se de “hegemonia” (Gramsci) ou de aparelho ideológico de Estado (Althusser) mas a ênfase é sempre posta nas funções, e escamoteia-se a questão do ser ou do fazer dessa coisa que designa como Estado (BOURDIEU, 2014, p. 32).

Na forma de organização e de gestão do Estado, temos interesses particulares em jogo, em luta e a defesa destes é fundamental para a manutenção de grupos no interior do Estado. Determinado grupo para se estabelecer ou realizar a manutenção dos seus interesses dentro dessa instituição irá fazer uso da coerção para poder permanecer agindo e usando seu poder. De fato, como é apontado acima, o Estado não é o universal ou coisa parecida, mas sim, vai agir sempre em nome dos dominantes. Por outro lado, o Estado tem uma organização e estrutura que visa realizar a manutenção das demais instituições públicas com a sociedade civil e suas demandas, de onde chegam demandas por parte dos grupos sociais ou classes sociais, para tanto, coloca-se como função invisível do Estado, buscar soluções para evitar o acirramento das lutas sociais contra sua hegemonia social e política. Neste sentido, está presente o Estado como é trabalhado por Wood (2011) em sua lógica neoliberal, que visa a abertura e a auto regulação do mercado na sua relação com a sociedade.

Desse modo, o Estado tem de cumprir certas funções sociais, mas não é só isso, ele vai muito além, pois os interesses da classe dominante não estão somente em questões formais ou legítimas para suas ações. Essa classe social tem também interesses econômicos no mercado, interesses culturais, na produção de ideologia no sentido de ampliar seu poder e domínio, sendo assim, vai buscar formas para não somente legitimar seu poder, mas criar formas simbólicas, como aponta Bourdieu (2014), para continuar seu controle por meio da coerção sobre a sociedade civil. Então, trata-se de uma forma de organização complexa com lógica de organização, função e estruturas de poder, de legitimidade, de ações e realiza todo o jogo de interesses que envolve essa instituição social e as outras que são suas auxiliares nesse conjunto social e político no sentido de empreender relações com a sociedade civil organizada que luta pelas suas demandas e direitos sociais e civis.

Por fim, seguindo a lógica de análise de Bourdieu (2014), este afirma que o Estado é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis – para designar uma espécie de *Deus absconditus* – da ordem social, e ao mesmo tempo da dominação tanto física como simbólica, assim como da violência física e simbólica e aqui podemos perceber como o autor sintetiza sua concepção de Estado.

Segundo Viana (2003), o Estado busca institucionalizar a luta de classes e assim amortecê-la. A democracia liberal representativa é o principal instrumento utilizado para isto nos regimes democráticos e a repressão assume o principal meio de amortecimento da luta de classes nos regimes ditatoriais. Como entendimento de Estado na contemporaneidade, adotamos a seguinte compreensão:

Dentre as inúmeras particularidades do Estado, há pelo menos quatro que sintetizam sua importância na moderna sociedade capitalista: a) O Estado é a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais restritos possam aparecer como interesses de toda a sociedade. Esta tarefa não pode ser realizada por instituições tão importantes na organização societária moderna como as igrejas, os meios de comunicação, as corporações empresariais, os partidos políticos, os sindicatos ou outra qualquer, que não o Estado. b) O Estado sintetiza costumes e valores compartilhados e projeta rumos e metas comuns para os membros da sociedade. O Estado se apresenta como comunidade. c) O poder se reproduz em e a partir de todos os rincões e vasos capilares da sociedade, sendo o Estado o centro do poder político, a condensação em que todas as redes e relações de poder encontram seu núcleo de articulação. d) As sociedades não apenas produzem, mas também se reproduzem, nos campos material, social, político e ideológico, e é o Estado a entidade que cumpre o papel essencial nesse processo. Os tecidos fundamentais que geram a reprodução societária estão atravessados pelas funções estatais (OSORIO, 2014, p. 18-19).

De fato, o Estado se apresenta como coletividade na sociedade capitalista, constitui-se como o centro do poder político, em que condensa as redes e relações de poder, nesse sentido, apresenta legitimidade em suas ações. Sendo assim, o Estado como uma estrutura burocrática que organiza a vida em sociedade, vai estabelecer formas de controle que outras instituições não conseguem realizar. Estão presentes no âmbito dessa forma de organização as relações de poder na qual as classes sociais se estabelecem.

Um ponto retomado inicialmente por Viana (2013) é que o Estado é um produto social e histórico, cuja razão de ser é reproduzir a dominação de classe, a exploração e a opressão. Assim, um uso não muito convencional da linguagem é aqui utilizado, visando romper com os fetichismos, eufemismos, cristalizações, tecnicismos, formalismos, que andam de mãos dadas com a dominação, a exploração, a opressão. Essas são práticas existentes no interior do Estado capitalista, que historicamente vai se organizar no sentido de impor o domínio de uma classe social contra as demais classes sociais exploradas ou subalternizadas.

No que se refere a uma concepção de Estado, podemos dizer que suas ações são políticas e que atuam no sentido da manutenção do poder. Segundo Viana (2013) a política é o conjunto de relações sociais que manifestam as lutas de classes. Qualquer conflito social ou relação que é derivada da situação e antagonismo de classe é um conflito político ou relação política. Neste sentido, podemos afirmar que esses conflitos políticos são parte integrante da vida e da organização do Estado, pois os interesses internos existem entre as mais variadas frações de classes que ocupam espaço e poder no âmbito dessa instituição social. Por outro lado, os agentes estatais têm que atuar no sentido de resolver problemas de ordem tanto social e política, pois estes são cotidianos tanto nas relações políticas internas como na sociedade civil em geral.

Na forma como analisa Viana (2013), o poder político é uma relação social de dominação de classe com a mediação da burocracia (organização e classe social). Por isso, o poder político se integra às sociedades de classes. O Estado, que detém o poder político, não é um fim em si mesmo (embora procure ser), mas sim um meio para atingir determinado fim: manter e reproduzir as relações de produção dominantes. Outro ponto fundamental aqui e que é destacado pelo autor é a burocracia enquanto uma forma de organização e gestão, pois está associada diretamente ao modelo de organização do Estado, em que uma existe a partir dos interesses da outra. Para atingir seus objetivos nos mais variados aspectos, o Estado vai fazer uso da administração burocrática para atingir seus fins. O autor ainda nos mostra que todo Estado é, portanto, um Estado de classe. O Estado assume as mais variadas formas na história expressando sua inseparabilidade dos modos de produção. Na Europa Ocidental, as formas sucessivas do Estado foram o escravista, o feudal e o capitalista (moderno). De forma geral, podemos afirmar que existiram outras formas de Estado, mas essas são as principais.

Essas formas de organização do Estado se desenvolvem, na transição da sociedade feudal para a capitalista e temos mudanças significativa no conjunto das relações sociais existentes, uma delas é política. Sendo assim, nas palavras de Viana (2013), o Estado capitalista não pode ser separado do modo de produção capitalista. O Estado não está fora da sociedade, pois ele é parte integrante dela.

Desse modo, a cada nova relação social ou realidade social ou política, vai envolver as ações tanto de grupos pertencentes à sociedade, como as instituições sociais vinculadas diretamente ao Estado. Sendo assim, Viana (2013), expressa que o Estado se torna o elemento do processo de reprodução do capital. O capitalista coletivo ideal, conforme Viana (2013), impulsiona as forças produtivas em países dependentes, cria

ambiência de desenvolvimento do capital nos locais nos quais os “capitais individuais” não podem fazer isto, ou seja, criam infraestrutura, integram a força de trabalho ao mercado de trabalho, promovem contra tendências à queda da taxa de lucro médio etc. Ou seja, os “donos do capital” exercem seu poder em territórios menos favorecidos no sentido de ampliar sua dominação.

A cada período histórico, o Estado se desenvolve e amplia sua forma de organização, gestão e estrutura, pois este reflete, se institui e expressa o desenvolvimento das relações sociais no âmbito da sociedade civil. Sendo assim, trata-se de um modelo de organização e estrutura cada vez mais complexo, pois se desenvolve junto a sociedades que se complexificam, que requer um corpo de funcionários com formação técnica que incorpora e é incorporado para sua gestão e administração burocrática. (WEBER, 2001).

Portanto, ao realizar um estudo em relação a essa instituição que está associada a outras no amplo conjunto de organização que é o Estado capitalista, estamos diante de uma realidade complexa e que os autores aqui analisados a partir de suas ideias, concepções e conceitos, nos ajudam a pensar o Estado que historicamente existiu e existe em distintas sociedades ao longo da história. Por outro lado, sua história nos mostra as ações dos indivíduos, grupos e classes sociais envolvidas na sua forma de gestão e organização, ou até mesmo grupos e classes sociais diferentes e com interesses também distintos, que realizam uma contestação do seu poder e dominação. As lutas de trabalhadores do campo e das cidades são um exemplo dessas lutas, assim como embates e lutas de movimentos sociais camponeses e urbanos também são outro exemplo.

1.2 Sociedade civil, Estado e governos no Brasil de (1990 a 2021)

Neste item, nossa proposta é realizar um estudo sobre a sociedade civil e o Estado no Brasil. Para desenvolver essa reflexão, procuramos nos apropriar do entendimento de autores que fazem estudos para compreender as relações fundamentais entre a sociedade e o Estado. Neste sentido, é importante perceber a origem e a formação dessas relações em termos históricos e sociais.

Segundo Marx e Engels (2005) a sociedade civil compreende todo o conjunto das relações materiais dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. O termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já se tinham desembaraçado da comunidade antiga e medieval. Desta maneira, percebemos que a sociedade civil vai sendo gestada ao mesmo tempo ou

paralelamente ao Estado, apesar de existir anteriormente tanto sociedades como Estados, mas agora ganham, na modernidade, outras formas de organização. Por outro lado, a partir do seu surgimento passam a ter uma forte tendência de universalização, pois passam a existir em vários lugares do mundo, apesar de suas especificidades sociais, políticas e culturais.

Para Marx e Engels (2005), a sociedade civil tal como conhecemos, só se desenvolve com a burguesia: a organização social que se desenvolve a partir diretamente da produção e da troca, e que em todos os tempos forma a base do Estado e da superestrutura idealista restante, continuou sempre, no entanto, a ser designada com o mesmo nome. No Brasil e na América Latina, ocorre um processo distinto da Europa, mas de alguma forma está ligado, pois são os europeus, a partir do seu modelo social, que irão impor na colonização, um modo de vida social, político, econômico e cultural em terras brasileiras.

Neste sentido, podemos apontar mais alguns elementos da sociedade civil e sua forma de relação com o Estado e outras instituições, assim, percebemos que:

A sociedade civil deu à propriedade privada e a seus donos o poder de comando sobre as pessoas e sua vida diária, um poder reforçado pelo Estado, mas isento de responsabilidades, que teria feito a inveja de muitos Estados tirânicos do passado. Mesmo as atividades e experiências que estejam fora da estrutura imediata de comando da empresa capitalista, ou fora do alcance do grande poder político do capital, são reguladas pelos ditames do mercado, pela necessidade de competição e de lucro. Mesmo quando o mercado não é, como em geral acontece nas sociedades capitalistas avançadas, um mero instrumento de poder para conglomerados gigantescos e empresas multinacionais, ele ainda assim é uma força coercitiva capaz de submeter todos os valores, atividades e relações humanas aos seus imperativos (WOOD, 2011, p. 218).

De fato, como está expresso, existe uma distinção daqueles que detém o poder e a propriedade privada, daqueles que não têm fontes de riqueza, poder ou propriedades, mas tão somente sua força de trabalho para ser oferecida no mercado de trabalho. Na verdade, a relação existente está entre o mercado capitalista e suas ações, na sua ligação direta com o Estado que, de alguma forma, vai regular o referido mercado, mas muitas vezes com o discurso de que o mercado se auto regula, mas em vários momentos de crise, a mão do Estado aparece para conter crises no âmbito do mercado capitalista e também nas empresas privadas detentoras de grande quantidade de capitais.

A sociedade civil se encontra nesse complexo conjunto, pois é composta por grupos e classes sociais que são consumidores e fazem o mercado funcionar. Desde a origem da formação da sociedade civil, que esta expressa suas demandas de serviços públicos, direitos sociais, civis, políticos e interesses na relação com o Estado e demais instituições sociais existentes. Em sociedades como o Brasil, desde sua origem, temos

demandas, mas as classes dirigentes e as imposições do governo imperial desde muito cedo traçaram limites para o desenvolvimento social, econômico e político, neste caso, o político e o econômico aqui sofriam um forte controle, pois os dominantes não abriam mão das riquezas conquistadas.

Por outro lado, ainda seguindo a perspectiva de análise de Wood (2011), a realidade histórica tende a solapar as distinções nítidas exigidas pelas teorias correntes que nos pedem para tratar a sociedade civil como, pelo menos em princípio, a esfera da liberdade e da ação voluntária, a antítese do princípio irredutivelmente coercitivo que pertence intrinsecamente ao Estado. É verdade que na sociedade capitalista, com a separação entre as esferas políticas e econômicas, ou seja, o Estado e a sociedade civil, o poder coercitivo público está mais centralizado e concentrado do que nunca, mas isso apenas quer dizer que uma das principais funções de coerção pública por parte do Estado é apoiar o poder privado na sociedade civil.

De forma geral, podemos dizer que no Brasil, em sua origem e formação da sociedade na sua relação com o Estado ainda incipiente, essas relações não estavam muito claras, pois o tipo de capitalismo que foi estabelecido aqui inicialmente, era radicalmente distinto daquele que foi adotado nos países da Europa Ocidental no início da modernidade capitalista. Aqui no Brasil a sociedade civil se construiu muito tardiamente e sem autonomia por parte dos seus integrantes, apesar das demandas existentes no interior desta recente sociedade civil brasileira. Para tanto, esta foi sendo gestada a partir dos interesses das classes dominantes portuguesas que agiam em favor do Estado português que também tinha interesses nas terras brasileiras, pois grande parte da riqueza extraída e produzida no Brasil, serviam diretamente para atender as demandas da sociedade mercantil portuguesa no contexto do século XVI e XVII inicialmente, mas que perdurou até o século XIX.

Ainda assim, para tratar da dicotomia e que aponta limites, Wood (2011) nos mostra mais alguns elementos importantes desta relação, pois um dos exemplos mais óbvios da visão distorcida produzida pela mera dicotomia entre o Estado como a sede da coação e a sociedade civil como o espaço livre é o grau em que as liberdades civis, como a liberdade de expressão ou de imprensa nas sociedades capitalistas são medidas, não pela variedade de opiniões e debates oferecidos pela mídia, mas pelo grau em que as empresas de comunicação são propriedade privada do capital e o capital é livre para lucrar com elas. De fato, no Brasil essa dicotomia existe desde o início da sociedade brasileira, pois as ações do Estado, além de fortes, também são centralizadoras, tanto em termos políticos

como econômicos. Porém, no período monárquico brasileiro, a sociedade civil pouco tinha voz ativa no sentido de exigir direitos sociais ou civis, pois grande parte de sua população era de trabalhadores escravizados, diferentemente da Europa que no início da modernidade capitalista, já começava a formar um mercado para um capitalismo comercial com a mercantilização de produtos, o trabalho de artesãos e posteriormente o trabalho de indivíduos livres e assalariados e não uma produção de mercadoria oriundas exclusivamente do trabalho de pessoas escravizadas.

Nessa relação (Estado e sociedade), a sociedade civil se desenvolve a partir da Europa e ganha espaço em outros lugares como nos países da América Latina como o Brasil, apesar das especificidades de cada uma dessas nações e formas de organizações do Estado. Desta maneira, seguindo as ideias de Avritzer (2012), o conceito surgiu ou ressurgiu na cena política e social no final do século XX com duas grandes diferenças do seu significado em relação ao século XIX: primeiro, envolvendo um significado tripartite, em que a sociedade civil se diferencia tanto do mercado como do Estado. Assim, diferentemente do início do século XIX, o mercado entendido como a esfera das atividades econômicas privadas também se diferencia da sociedade civil. Em segundo lugar, o conceito de sociedade civil reaparece para explicar os processos sociais que estavam ocorrendo nos países da Europa do Leste e nas sociedades latino-americanas.

Então, podemos perceber historicamente como esse conceito foi sendo trabalhado pelos diversos autores dos campos variados das Ciências Sociais, desde a História, a Sociologia e a Ciência Política, por exemplo, que visam sistematizar vários tipos de saberes sobre esse fenômeno. Não se tratam de relações estáticas, pois estas se modificam a cada instante, em que na luta de classes e na defesa de cada um dos interesses das classes em luta, a estrutura de poder do Estado nessas relações conflituosas com a sociedade civil, tanto esta como as instituições irão se desenvolver e modificar sua lógica de atuação.

Teorias da sociedade civil durante o final dos anos 1980 e início de 1990 trataram as práticas de atores da sociedade civil em termos de autonomia, que, nesse caso, foi entendida em um sentido muito amplo; como autonomia organizacional do Estado, bem como uma esfera independente para a ação do Estado. Na medida em que postulou essa ideia de autonomia social, o conceito de sociedade civil incorporou uma dimensão do debate internacional, mas também envolveu fortes elementos locais. Ele incorporou todos os tipos de movimentos sociais na dimensão autônoma da sociedade civil e, até mesmo, uma ideia geral de autonomia que vinha do próprio sindicalismo. Esta dimensão de autonomia mostrou-se muito forte durante o autoritarismo e influenciou um conjunto de movimentos, entre os quais cabe destacar o associativismo comunitário, o movimento de saúde, o movimento da reforma urbana e quase todos os movimentos com a presença de ativistas da igreja católica. Mas a verdade é que este movimento pela autonomia social não

sobreviveu à democracia com a mesma concepção com que surgiu (AVRITZER, 2021, p. 385-386).

Nesse sentido, a sociedade civil organizada em movimentos sociais é a forma possível de alargamento de autonomia na relação com o Estado, ou seja, procuram autonomia, mas um existe na dependência do outro e não de forma radicalmente autônoma. Obviamente em um debate de âmbito mais amplo, neste caso, global, grande parte das sociedades de todo o mundo irão se encorajar em lutas sociais nos mais variados aspectos de suas necessidades, mas sem deixar de levar em conta os aspectos locais de cada uma delas. De fato, vários grupos sociais no Brasil historicamente se organizaram mesmo ao longo do século XX para exigir seus direitos básicos, mesmo em contextos de imposição autoritária por parte do Estado brasileiro, como no contexto da ditadura civil-militar mais recente no Brasil, nos anos de (1964-1985). Os grupos que formavam movimentos sociais tanto do campo como da cidade passaram a reivindicar direitos sociais, inclusive no âmbito da educação nacional, pois a classe burguesa brasileira já tinha fortes vínculos com o capital transnacional.

Avritzer (2012) analisa a autonomia organizacional em relação ao Estado com a sociedade. No período de (1977-1985) no Brasil, de forma mais pontual, a discussão promovida por movimentos sociais, compreende autonomia como sendo agir sem pedir autorização do Estado e, ao mesmo tempo, ignorar os limites colocados pelo Estado à organização interna e externa das associações voluntárias dos trabalhadores. Isso significou que novas associações voluntárias emergiriam e novas formas de pressão ao Estado tornar-se-iam práticas comuns. Foi neste período que práticas comuns, que podemos chamar de um repertório democrático de ação coletiva pelas associações voluntárias brasileiras, surgiram. Práticas tais como organização de abaixo-assinados, convocação de autoridades estatais, demonstrações em frente a edifícios públicos e organização de assembleias de base surgiram neste período.

Sob um outro aspecto, segundo Toledo (2004), deve haver planejamento estatal, pois essa deveria ser uma tarefa indispensável para a eficiência do seu desenvolvimento em um país periférico como o Brasil, em função principalmente dos seus problemas gerados por sua heterogeneidade estrutural e pela rígida e reduzida diversificação de seu aparelho produtivo. De fato, esse planejamento para uma organização mais racionalizada do Estado é fundamental para que este possa funcionar e atender as demandas internas e ao mesmo tempo externas, principalmente na sua relação com a sociedade que realiza formas de pressão para que possam ser garantidas suas reivindicações de base.

No contexto dos anos 1960 a meados de 1980, a sociedade brasileira ainda vivia sob um Estado autoritário, repressor e violento por parte das autoridades políticas, pois toda e qualquer reivindicação por parte de trabalhadores, grupos da sociedade ou movimentos sociais organizados eram fortemente reprimidos pelas autoridades estatais.

Desse modo, segundo Boschi e Cerqueira (1976), no estudo das relações entre sociedade e Estado, o papel da burguesia industrial é importante, dado que o formato político que se instaura nos países de desenvolvimento tardio é colocado em relação direta com a ausência de hegemonia burguesa. De fato, essas relações estão ligadas diretamente a sociedade civil brasileira, principalmente no que diz respeito às exigências pelas fortes demandas desta sociedade, que historicamente sofreu com formas autoritárias, escravistas de exploração, opressão e dominação por parte da classe dirigente ao longo de séculos e depois pela crescente burguesia brasileira e mais recentemente a partir dos anos de 1960 pelo capital internacional que se incorpora com maior amplitude no Brasil.

Sob um outro aspecto, podemos citar a concepção de Toledo (2004), que afirma que o Estado, enquanto promotor de desenvolvimento (industrialização), teria funções insubstituíveis: de um lado, a responsabilidade por planejamento e programação econômica com o objetivo de evitar desequilíbrios externos e de outro, estabelecer um equilíbrio razoável na expansão das atividades básicas da economia em vias de desenvolvimento. Sendo dessa forma, podemos dizer que o Estado cumpre funções sociais primordiais para o desenvolvimento social e contribui para a ampliação de práticas democráticas.

Na perspectiva analítica de Avritzer (2012), um outro momento tanto da prática democrática quanto da teoria da sociedade civil surgiu em meados dos anos 1990 do século XX e colocou a questão da interdependência entre a sociedade civil e o Estado. No caso brasileiro, a interdependência foi motivada pela sua associação com o aprofundamento democrático. Pelos movimentos sociais organizados em meados dos anos 1980, atores e agentes políticos do campo democrático imprimiram a demarcação pelo Estado Democrático de Direito no Brasil e contribuíram com a instituição de conselhos de políticas, bem como em projetos específicos que envolvem a implementação de políticas públicas.

Essa nova realidade da relação entre a sociedade civil e o Estado, demarca um ponto fundamental, pois trata-se do momento em que observam-se formas de pressão no que diz respeito a estrutura burocrática de poder do Estado, no sentido de se cobrar legislação concernente aos direitos sociais, civis e políticos em um contexto local que as

necessidades da sociedade civil só se ampliavam, então, era preciso investimentos para que políticas de assistência social e políticas públicas pudessem ser implementadas, inclusive no campo da educação, pois as demandas educacionais só aumentavam nesse contexto da década de 1990. Porém, Noletto (2018, p. 57) citando Habermas (1987, p. 108) analisa que é no interior do Estados que é expressivo o limite de seu poder e sua capacidade de intervenção, pois o Estado é modelado ao mesmo tempo que é suscetível aos movimentos do capital. Ou seja, continua a autora,

[...] o Estado que evidencia e desenvolve políticas sociais expressivas, esbarra na resistência dos setores privados quando ocorre a diminuição da rentabilidade das empresas, queda da taxa de juros, o que naturalmente gera a diminuição da disposição em investir, em especial pela percepção subjetiva das empresas, à medida que há implementação exitosa dos programas sociais empreendidos pelo Estado. Para tanto, o Estado, para sua progressão e continuidade, tem que deixar intacto o modo de funcionamento do sistema econômico, o que só é possível se exercer influência sobre a atividade privada de investimentos, ajustando-a ao sistema. (NOLETO, 2018, p. 57 apud HABERMAS, 1987, p. 108).

Como contexto político e econômico, Noletto (2018, p. 59) acrescenta que:

Foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990 que, conforme Antunes (2008), constituiu-se como a “década da nossa desertificação neoliberal”, criando-se na mesma via, o *locus* de precarização do trabalho. Com Fernando Collor de Melo na Presidência da República (1990-1992), aprofunda-se a inserção do país na economia mundial alicerçada nas forças do mercado, calcada na liberalização, na flexibilização, na desregulação, na reestruturação produtiva, com um caráter fortemente conservador e que se espalha sobre toda a sociedade, inclusive sobre a educação. Nesse período intensificou-se o processo de liberalização da economia, liberalização forçada pelo grande capital internacional que, encontrando-se em crise, avalizado pelos governos e elites nacionais, penetrou despidoradamente no mercado interno. Com isso, ampliaram-se as privatizações, promoveram-se reformas nas áreas sociais, administrativas, educacionais, previdenciária e trabalhista.

Desta maneira, Estado e sociedade civil no Brasil, estabelecem, de fato uma luta política mais próximas, pois interesses entram em jogo, em que cada grupo, a partir da classe social que representam, lutam na defesa dos seus interesses e se manifestam. No caso do Estado, os interesses são referentes à manutenção de sua burocracia, forma de organização e gestão a partir dos grupos ou frações da classe dominante que atuam no interior das instituições, mas também seus intelectuais que atuam para reproduzir o interesse da burocracia estatal.

Por outro lado, a sociedade civil visa ampliar seus direitos sociais, civis e políticos, ainda mais em uma sociedade como a brasileira que estava bem recentemente promulgando sua nova Constituição no ano de 1988, então muitas lutas estavam somente começando. Neste sentido, era difícil realizar um diagnóstico das lutas sociais, das

reivindicações que nunca cessaram, porém foram violentamente abafadas e já estavam em curso desde o período de redemocratização da sociedade brasileira em meados dos anos 1980, mas essas lutas irão continuar até o estabelecimento de determinadas políticas públicas no âmbito da sociedade civil organizada nas décadas seguintes.

É possível compreender que, no que se refere à educação, as reformas educacionais implementadas nos anos de 1990 e no início da atual década, no Brasil, produziram-se sob a lógica do capital, respondendo às exigências de organismos internacionais, como o Banco Mundial. A crise mundial do Estado capitalista, mais fortemente identificada a partir dos anos de 1970, acentuou a necessidade de se buscar a retomada dos objetivos de crescimento econômico, propiciando o surgimento de um novo modelo de acumulação, denominada “acumulação flexível, conforme Harvey (1998).

A partir da década de 1980 as administrações públicas de países capitalistas realizaram profundas mudanças nas políticas de gestão pública e no desenho de organizações de suas instituições. As reformas administrativas empreendidas consolidaram discursos e práticas do setor privado em todas as esferas do governo. “Observa-se que aquilo que vem como novo, como reforma, na verdade se institui com uma matriz do setor privado e é, estrategicamente, anunciado como reforma”. (NOLETO, 2018, p. 61).

No sentido de ajuste para a reestruturação do capital, países capitalistas, inclusive periféricos, empreenderam reformas na estrutura do Estado.

Noletto (2018, p. 61) ao referir-se a Bresser Pereira (2010, p.114), esclarece que

Os anos 1990 configuraram-se, então, como o tempo-espço da história recente do Brasil em que se constatou o triunfo das propostas de reforma do Estado centradas nas ideias de uma Nova Gestão Pública (NGP), iniciadas há, pelo menos, duas décadas anteriores, seguindo a tendência internacional. A ideia de Estado Gerencial surgiu em meio à tônica neoliberal, na Grã-Bretanha, na segunda metade dos anos 1980, denominando-se Reforma Gerencial do Estado, incluindo-se como a segunda grande reforma do Aparelho do Estado moderno, também chamada de Reforma da Gestão Pública. A inspiração decorreu das estratégias de gestão das empresas privadas, e sua teoria foi chamada de Nova Gestão Pública.

Conforme Yanaguita (2011, p. 2 -3) ao tratar das reformas em países em desenvolvimento na América Latina e referindo-se ao Brasil, esclarece que

[...] as reformas nas estruturas e no aparato de funcionamento do Estado nesses países consolidaram-se nos anos 1990, por meio de um processo de desregulamentação na economia, da privatização das empresas produtivas estatais, da abertura de mercados, das reformas de sistemas de previdência social, saúde e educação, descentralizando-se seus serviços, sob a justificativa de otimizar seus recursos (SOUZA; FARIA, 2004). No campo educacional, as reformas efetivadas tiveram por paradigma os diagnósticos, relatórios e receituários de órgãos multilaterais de financiamento e de órgãos voltados para a cooperação técnica [...].

Segundo Bresser Pereira (1997), a reforma do Estado, na década de 1990, envolvia quatro problemas que, embora interdependentes, puderam ser distinguidos: (a) um problema econômico-político - a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial - a redefinição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político - o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar.

Ao desenvolver sua análise sobre o Estado Brasileiro, Bresser Pereira (1997), argumenta que a reforma do Estado é vista frequentemente como um processo de redução do tamanho do Estado, envolvendo a delimitação de sua abrangência institucional e a redefinição de seu papel. Nesta perspectiva de analisar o Estado brasileiro, Bresser Pereira (1997), ainda aponta mais algumas questões que são fundamentais para entendermos melhor estas no sentido da administração e da gestão burocrática. Por isso, há uma justificativa sobre o problema da capacidade gerencial do Estado, e, portanto, da necessidade da reforma administrativa. A reforma administrativa é um problema recorrente. Quase todos os governos, em todos os tempos, falam na necessidade de tornar a administração pública mais moderna, mais eficiente.

A partir destas reformas de cunho administrativas e políticas, bem como econômicas, atingiram outros setores da educação, principalmente a educação pública no país que deixou de receber os devidos investimentos, sendo que neste caso, as práticas de mercantilização estão cada vez mais presentes no atual modelo de gestão da educação.

Na concepção de Leher (2021), no caso brasileiro, a mercantilização da educação não está restrita às práticas gerenciais e ao *ethos* formativo, pois inserida nas entranhas dos circuitos do capital e, especialmente, de produção de mais-valia. Neste prisma, tem de ser compreendida com base no que Marx conceitua como “forma-mercadoria”: a educação, outrora fora dos circuitos da extração direta da mais-valia, torna-se, crescentemente, uma atividade subsumida pela forma-mercadoria. Sendo assim, é possível perceber que o discurso de modernização do Estado pelos seus governantes possibilitou um amplo processo de mercantilização da educação, como estamos percebendo nas palavras do autor e assim, retirar obrigações essenciais básicas do Estado

em relação a sua população de trabalhadores que têm o direito à escola pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Para pensarmos mais algumas dessas questões que envolvem a mercantilização da educação, Leher (2021), afirma que de fato, os exemplos de como o Estado contribui para a existência de um vasto “mercado educacional” são numerosos. O imenso espaço para negócios educacionais não é um fenômeno demográfico, mas político, pois decorre do reduzido alcance numérico das matrículas das instituições públicas de ensino superior, inferior a 25%. Por fim, podemos afirmar que as reformas administrativas, políticas e econômicas que se iniciaram nos anos de 1990 acentuaram alguns dos problemas da educação brasileira em todos os níveis, principalmente na questão dos investimentos e financiamento desta, apesar que na forma da lei os governos deveriam garantir um percentual seguro para esse fim, mas na prática não é isso que acontece.

Compreende-se, pois, que a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações, em que a administração pública gerencial se propaga com a ideia de um certo rompimento com a burocracia, porém não significa a negação de todos os seus princípios. Os argumentos desenvolvidos enfatizavam tornar os administradores públicos mais autônomos e responsáveis, as agências executoras dos serviços sociais mais descentralizadas, eficientes e menos onerosas em face ao tamanho do Estado, buscando-se a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário.

A par desse contexto de reformas no período da década de 1990 no Brasil, é importante ressaltar que a relação entre sociedade e Estado no Brasil tem historicamente apontamentos em contextos diferentes, os dois mais recentes dos anos de 1960 -2000, tem um caráter de governos ditatoriais até meados dos anos de 1980 e logo depois o período de redemocratização com eleições diretas e os representantes políticos sendo eleitos diretamente pelo povo.

Desta maneira, temos então, grupos, associações e movimentos sociais que se manifestam em várias cidades e Estados da sociedade brasileira, marcando assim um novo momento das lutas sociais, apesar das poucas que existiram ao longo do século XX, apesar que durante o Estado Novo (1937-1945) algumas lutas de trabalhadores do campo e da cidade vieram à tona, colocando pressão no governo de Getúlio Vargas, mas historicamente foi um momento importante para as lutas dos trabalhadores.

Em termos de análise sobre essa realidade no Brasil, Avritzer (2012) ainda aponta que a sociedade civil brasileira também é formada por um grupo de associações fortemente ligadas ao Estado na implementação de políticas públicas. Este grupo tem ligações profundas com uma nova tradição de esquerda que surgiu durante a redemocratização. Seus laços mais fortes são com o Partido dos Trabalhadores (PT) e com as políticas participativas por ele implementadas. Essa nova realidade é fruto das ações de movimentos sociais distintos no contexto da redemocratização brasileira, pois já haviam lutas sociais acumuladas desde o final dos anos de 1970 e que começam de forma mais evidente serem colocadas em prática. Um dos resultados foi a criação e inserção de novos partidos políticos, em que novos atores entram em cena gerando novos modos de relações e pressões frente a estrutura de poder do Estado.

Segundo Noleto (2018) é interessante observar reformulações constantes na ação do Estado brasileiro mediante as articulações dos grupos econômicos, dos interesses da elite brasileira em detrimento das camadas populares, de grupos que ocupam funções na gestão do Estado. Desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, observam-se retrocessos e desmontes de políticas públicas que estavam em andamento, bem como a inflexão destas. Avalia-se que as reformas impostas desde então alteram o papel do Estado no capitalismo brasileiro, que se reposiciona frente ao centro dinâmico capitalista mundial, em que se constata que se estrutura no interior do Congresso Nacional e em postos de poder uma maioria política favorável aos interesses dominantes.

De fato, no governo de Michel Temer (2016-2019) já temos uma série de limitações no que diz respeito às políticas de assistência social e públicas, pois grande parte destas já foram extintas, bem como investimentos públicos na educação de base, nas universidades públicas, então, após o *impeachment* de Dilma Rousseff as ações por parte do novo governo, são de retrocessos no que diz respeito as formas de manutenção das políticas públicas nos mais variados segmentos da sociedade civil, de seus grupos e suas demandas, desde a educação, passando pela cultura e os segmentos sociais em geral. Posteriormente ao governo de Michel Temer, temos a chegada ao poder de Jair Bolsonaro (2019-2022), governo de cunho conservador e de extremismo em termos liberais. Esse governo visa o desmonte por completo das instituições públicas, como é o caso dos investimentos de base em educação e demais políticas públicas vinculadas a base social da sociedade civil brasileira. Sendo assim, esse governo tem enfrentado resistências do professorado e outros movimentos sociais que defendem garantias sociais importantes e estabelecidas constitucionalmente.

Em artigo publicado, Oliveira e Amaral (2020), apresentam uma análise das posições do governo federal, a partir de seus presidentes, frente ao neoliberalismo e posições ideológicas que marcaram as políticas públicas implementadas no período. O Quadro 1, a seguir, apresenta uma síntese da discussão dos autores:

Quadro 1 – Elementos ideológicos e algumas ações dos governos que assumiram o Estado brasileiro – 1990 – 2021

Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994).	<ul style="list-style-type: none"> • Assumiram o ideário do neoliberalismo e da globalização econômica num contexto de pacto liberal-dependente; • Expansão do ensino superior privado em todas as modalidades de organização acadêmica e, conseqüentemente, no aumento de matrículas; • Constata-se um baixo crescimento na oferta de vagas para as universidades públicas, se comparadas às privadas; • Criação de seis universidades federais.
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	<ul style="list-style-type: none"> • Retomou algumas políticas e ações de cunho menos liberais.
Luís Inácio Lula da Silva em seus dois governos (2003 até 2006 e de 2007 até 2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Tentativa de retomar a construção de um projeto de nação em bases mais desenvolvimentistas ou keynesianas, a partir de um pacto nacional-popular; • Manutenção de compromissos que garantiam a reprodução do capital financeiro-rentista; • Favoreceu o processo de industrialização, o aumento do gasto público, a distribuição de renda e, conseqüentemente, a redução da desigualdade social; • Políticas adotadas, numa espécie de “novo Estado desenvolvimentista”; • Promoveu o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).
Dilma Rousseff (2011- 2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Crise financeira internacional; • Crise econômica; • Piora dos indicadores econômicos no Brasil, com a diminuição do PIB; • Aumento da taxa de desemprego; • Hegemonia do capital financeiro-rentista, • Movimentos da sociedade política e da sociedade civil, de matriz conservadora, iniciados ainda em 2013, realizaram mobilizações e manifestações da direita neoliberal e conservadora nas ruas, secundado pela grande mídia, intensificando a polarização social, o que levaria Dilma Rousseff a ser afastada e sofrer impeachment.
Michel Temer (2016 – 2018)	<ul style="list-style-type: none"> • Reformas e propostas de emendas à Constituição Federal de 1988;

	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensão ultra neoliberal do grupo que assumiu o governo em âmbito federal, em especial, a partir de 2019.
Jair Bolsonaro (2019 – 2022)	<ul style="list-style-type: none"> • Agenda ultra neoliberal articulada com a extrema direita; • Defesa da liberdade econômica baseada no fundamentalismo de mercado e no capitalismo financeiro-rentista; • Perspectiva antidemocrática, autoritária e conservadora; • Emprega a própria lei contra a democracia-participativa, a atuação do Estado, a proteção, os direitos sociais; • Contra os direitos dos trabalhadores num espírito de guerra implacável para minar as resistências coletivas às substâncias democráticas do Estado de direito, e da democratização do fundo público (Dardot; Laval, 2019); • Darwinismo social entendida como lógica natural em defesa do livre mercado concorrencial.

Fonte: Trechos sintetizados e transcritos de Oliveira e Amaral (2020).

Temos então, uma síntese dos principais governos no Brasil desde a retomada do que chamamos de a Nova República que teve seu início com o governo de transição de Tancredo Neves, mas este não assumiu por ter falecido antes de chegar ao poder, sendo substituído pelo seu vice José Sarney (1985-1990). Este era o primeiro governo após a crise e fim do Estado Militar ditatorial no Brasil, logo, a sociedade civil brasileira tinha uma grande esperança na mudança social e política, mas o referido governo não conseguiu avançar em sua política econômica.

No que diz respeito aos governos de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), o discurso era de modernização e de inserção do Brasil em um cenário globalizado e com ligações como capital transnacional, fato interessante para uma economia dependente como a brasileira, mas o referido governo não conseguiu avançar em relação as suas práticas políticas e econômicas, sendo mais conhecido pelas suas práticas de corrupção e sucateamento da máquina pública do que com realizações, mesmo de cunho neoliberal. O governo Itamar Franco (1992-1994)⁷ dá continuidade ao processo de privatização em curso.

⁷ Para alcançar seu objetivo de atrair mais os capitais privados, o governo Itamar, por meio da Medida Provisória n. 362, de 25 de outubro de 1992, permitiu a elevação da participação do capital estrangeiro no processo de privatização, que até então era de 40%, para 100% do total das ações disponíveis em leilões. No governo Itamar foram privatizadas 15 empresas, tendo arrecadado com as vendas US\$ 3,2 bilhões. (RODRIGUES e JURGENFELD, 2019, p. 403).

O governo que de fato vai levar a frente grande parte das práticas neoliberais que foram anunciadas pelo governo anterior é o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pois este vai criar uma série de instituições econômicas e financeiras no sentido de dar estabilidade econômica e racionalizar o uso da máquina estatal pública, mas na sua relação com o mercado e as empresas privadas.

No governo FHC, houve o acirramento da abertura econômica, uma perda ainda maior de autonomia por parte do Estado com os desdobramentos do Plano Brady, a estabilização de preços com a implementação do Plano Real, que havia sido elaborado ainda no governo de Itamar, e o avanço das privatizações [...]. [...] o Plano Real criou uma armadilha ao crescimento econômico, visto que quando a economia crescia, elevavam-se ainda mais os déficits comercial e de transações correntes. Isso ocorria porque a moeda sobrevalorizada e a abertura comercial rebatiam negativamente em uma das principais contas até então superavitárias – a balança comercial –, que passaria a apresentar vultosos déficits a partir de 1995. (RODRIGUES e JURGENFELD, 2019, p. 394)

O governo FHC também é marcado pelo baixo investimento na educação pública, (escola de base e educação superior), realizou todo um processo de privatização de empresas públicas estatais, principalmente vinculadas ao setor de telecomunicações, energia, mineração. “Com o aumento da dependência e da vulnerabilidade externas do país, escancaradas pelo Plano Real, o governo brasileiro acirrou o processo de privatização, tido também como funcional para o equilíbrio fiscal.” (RODRIGUES e JURGENFELD, 2019, p. 394). Por outro lado, não criou universidades públicas, mas realizou um amplo investimento nas IES privadas, inclusive com financiamentos públicos para essas instituições.

No momento seguinte, temos o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011), com expressivo apoio da população mais pobre, da classe trabalhadora e ao mesmo tempo buscou implementar políticas de assistência social e políticas públicas voltadas para a inclusão social de grande parte da população brasileira que não tinha acesso a educação, saúde e demais serviços públicos. Neste governo, foi ampliado grande parte dos serviços públicos, maior acesso à educação básica e superior, criação de novas universidades públicas, escolas e institutos federais em todo o país, sendo assim, possibilitando a ampliação e acesso do ensino público na sociedade brasileira. Desse modo, o governo realizou investimentos em ciência, educação e tecnologia, além de um processo de distribuição de renda em que buscava diminuir as desigualdades sociais em todo o país. Sendo assim, trata-se de um governo que realizou a inserção de parte da população pobre em serviços sociais e públicos com certa qualidade e que essa mesma população passou a ter acesso a serviços como educação técnica, tecnológica e superior.

O governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016) foi, de alguma forma, herdeira do governo anterior, pois os mesmos pertenciam ao mesmo partido político e teve o apoio do presidente anterior, mas o contexto era outro, principalmente por conta da fuga de capitais do país por conta de uma grave crise financeira internacional, pois em uma economia de mercado dependente, quando a economia de países como os Estados Unidos e os países centrais da Europa entram em crise, obviamente que os países de economia dependente como o Brasil, irão sofrer as consequências. Nesse contexto de crise, caem os índices sociais e econômicos e aqueles ganhos por parte da população pobre e trabalhadora, infelizmente voltam a níveis preocupantes, principalmente pela questão do desemprego.

Fonseca, Arend e Guerrero (2020, p. 779), analisam os governos de Lula e Dilma Rousseff, observando a relação entre a política macroeconômica e seus condicionantes políticos, econômicos e sociais. Os autores avaliam que “tais governos executaram com relativo êxito um projeto de redistribuição de renda”, porém defendem “[...] que os mesmos não podem ser caracterizados, a rigor, nem como neoliberais ou, tampouco, como desenvolvimentistas”, pois, segundo suas interpretações, o governo Dilma, a partir de uma “nova matriz macroeconômica” desenvolveu

uma “mera alteração na política econômica: constituiu-se em ponto de inflexão nos governos petistas, pois significou o desfazimento de um pacto de coalizão de classes firmado por Lula com segmentos empresariais, o qual os respaldava desde a “Carta ao Povo Brasileiro” (2002). A partir de 2008, a crise econômica internacional, o processo de desindustrialização em marcha e um conjunto de condições permissivas evidenciaram os limites da coalizão em vigor, dificultando a continuidade do projeto redistributivo. (FONSECA, AREND e GUERRERO, 2020, P. 779)

Posteriormente a esse governo a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff assume seu vice Michel Temer (2016 – 2018) que realiza um governo de dois anos para propor reformas sociais e trabalhistas retirando direitos históricos dos trabalhadores brasileiros, ao mesmo tempo que promove medidas para diminuição dos investimentos públicos em educação, saúde e demais serviços públicos, ou seja, o acirramento da agenda neoliberal.

Por fim, o governo Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022)⁸, chegou ao poder em 2019 a partir de uma campanha política tendo por base um discurso conservador, de ataque às instituições públicas, com pautas autoritárias e de práticas de violência para

⁸ Sobre a educação no primeiro ano de governo Jair Bolsonaro, ver OLIVEIRA, Valdirene A. **A Educação no Governo Bolsonaro: o dito e o feito no primeiro ano de mandato.** *Confluenze. Rivista Di Studi Iberoamericani*, 13(1), 195–225, 2021.

combater a própria violência, mas que não surtiu tanto efeito, pois esse governo envidou discursos vazios e uma prática política e econômica desastrosa. Esse governo foi pautado pelo uso de um discurso de ódio contra as minorias (negros, mulheres, indígenas, movimentos sociais em geral), bem como a defesa de uma agente ultra neoliberal e que atendesse diretamente aos interesses do capital contra os direitos das classes trabalhadoras. Conforme Oliveira e Amaral (2020), o governo Bolsonaro promoveu o denominado darwinismo social, ou seja, um movimento econômico entendido como lógica natural em defesa do livre mercado concorrencial.

No presente contexto, a relação entre sociedade e Estado é bem mais complexa que nas décadas anteriores, pois as relações sociais se alteram a cada momento histórico, sendo assim existem além das questões internas de organização, de ações e gestão, bem como da intervenção do capital transnacional, de seus interesses e novas relações com o Estado que necessita também se relacionar de forma ampla para atender os seus interesses tanto internos como externos.

Fontes (2006) afirma que não há isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção. Este constitui o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos, se forjam as agregações de interesses e vontades, se produz a subordinação fundamental. Como novas relações de sociabilidade, tomemos como exemplo a expansão da direita populista conservadora no mundo com a ascensão recente de governantes na Hungria, Polônia, Itália, Suécia, além do avanço de grupos de extrema direita com assentos em parlamentos europeus; dentre tantos ainda podemos incluir o Brasil no período extensivo ao mandato de Jair Bolsonaro aqui referido (2019-2022), com situação semelhante. São governos que se fazem com estratégias políticas autoritárias, antidemocráticas e que atribuem aos indivíduos isolados a responsabilidade de uma outra sociabilidade.

O ideário conservador se instala porque ganha espaço e se expande como nova narrativa para a reversão das questões relacionadas às desigualdades sociais. Constitui-se o que podemos inferir como “nova direita, mas com velhas ideias” em que se defende que cada um é responsável por si, ou seja, se retira de cena a sociedade do bem estar e se coloca a sociedade do indivíduo. Uma vertente propõe o Estado Mínimo e outra propõe a extinção do Estado. As duas correntes ideológicas se converteram naquilo que podemos avaliar como “populismo nacionalista”, conforme Freitas (2018), ou seja, em que “há o aprofundamento da tese meritocrática como resultado das duas teses”.

Concebe-se, nessa racionalidade, que não se tem desigualdade social, se tem desigualdade de mérito. Na verdade, essa “nova direita” faz uma junção do populismo com o neoliberalismo em que há o não reconhecimento do papel coletivo e social na proteção da vida, do reconhecimento da educação como processo formativo coletivo e democrático. Daí encontramos movimentos como a Escola sem Partido⁹ e, na base dessa racionalidade, o interesse de gradativa extinção da escola pública, da universidade pública, dos sindicatos, associações, conselhos, ou seja, uma asfixia do setor público, uma asfixia do que se organiza de forma política e pedagógica coletiva.

O que se pode compreender é que governos ratificam e expressam, de formas múltiplas, uma concepção de Estado que se mantém capitalista. Mais social, menos social, mais neoliberal, menos neoliberal, o limite de atuação dos governos não desmonta estruturalmente o Estado capitalista.

⁹ Para saber mais sobre o movimento Escola sem Partido, consultar: LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira.** *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, e190901, 2019. <https://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e190901.pdf>

CAPÍTULO II

DEMOCRACIA, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA, GESTÃO DEMOCRÁTICA NA SOCIEDADE BRASILEIRA E NA ESCOLA

O ideal, a aspiração da democracia pressupõe um postulado fundamental ou básico, que liga indissoluvelmente educação e democracia. Esse postulado é o de que todos os homens são suficientemente educáveis, para conduzir a vida em sociedade, de forma a cada um e todos dela partilharem como iguais, a despeito das diferenças propriamente individuais.
(Anísio Teixeira, *Educação e o Mundo Moderno*, 1977)

Neste capítulo realizamos uma análise conceitual sobre a democracia e a representação política na sociedade brasileira e na escola, no campo conceitual, pois trata-se de uma temática significativa para que possamos pensar elementos que fundamentam tanto a sociedade, a educação na sua relação com a democracia representativa. Neste sentido, buscamos trabalhar a democracia como uma forma de organização política que se manifesta no âmbito da sociedade, mas também na sua relação com as instituições sociais como o Estado e a escola. Para atingirmos nosso objetivo nesse capítulo, procuramos sistematizar o conceito de democracia desde sua origem e formação histórica com o intuito de perceber mudanças que ocorreram historicamente até a sociedade contemporânea. Trabalhamos o conceito de democracia na contemporaneidade no sentido de perceber como esta ocorre em determinadas sociedades a partir dos interesses em jogo, pois, para sua efetivação no tecido social pressupõe-se um conjunto de ações que esbarram nos interesses de classes que visam a conquista do poder constituído no Estado, neste caso, a classe dominante (burguesia). Analisaremos a representação política na sociedade contemporânea, pois é basicamente onde essa forma de organização do Estado na sua relação com a sociedade civil se manifesta. Trabalhamos, também, com o nosso objeto mais específico, a gestão democrática da escola básica, princípios e possibilidades condicionadas à gradativa efetivação da democracia em nossa sociedade.

2.1 Origem e formação histórica da democracia

Quando nos referimos a democracia estamos tratando de um princípio e uma prática política que surgiu na antiguidade clássica com os gregos e os seus principais

pensadores nesse contexto foram Sócrates, Platão e Aristóteles¹⁰. Inicialmente, podemos afirmar que a democracia para os gregos atenienses era radicalmente distinta da democracia representativa existente nas sociedades contemporâneas, para tanto é preciso entender como ocorreu e ocorrem essas alterações na construção do movimento das sociedades. Tratam-se de mudanças no âmbito da organização da sociedade, do Estado e demais instituições sociais que se produziram na história.

Ainda assim, temos que pensar a democracia como uma forma de participação popular na Grécia Antiga¹¹, mesmo com as limitações da época, pois mulheres e pessoas escravizadas estavam excluídas, então o significado desse modelo de organização não chegava a atender aos interesses de todos, pois uma democracia seria o governo do povo, para o povo, em que o mesmo deve participar, mas de fato não é o que acontecia no modelo dos gregos.

Essa forma de participação democrática está associada à participação popular, mas historicamente, nem todos conseguiam se inserir nesse modelo de organização da sociedade e instituições políticas. As mudanças sociais, políticas, econômicas não acontecem de forma natural, são fruto da ação humana em termos de interesses e na defesa de direitos sociais, políticos, civis. Ocorre neste caso, a luta pela participação, através do voto diretamente ou até mesmo a luta por direitos sociais mais amplos. Então, é preciso pensar a democracia no âmbito da liberdade individual para poder se inserir e ao mesmo tempo participar das decisões da sociedade implementadas pelo Estado que por sua natureza como uma instituição social reguladora vai gerir, em variados aspectos, a vida em sociedade, como é o caso da participação política pelo voto direto, da economia, da educação, da cultura e demais segmentos de interesses públicos.

Entretanto, para podermos refletir sobre o fenômeno da democracia tanto na Grécia Antiga, como suas transformações históricas nos mais variados modelos de sociedade, é preciso encontrar características e formas práticas que foram sendo estabelecidas a partir dos modelos de sociedade que conhecemos. Assim, o modelo de democracia que estamos analisando é o ocidental, basicamente aqueles que existiram e

10 Não iremos retomar todas as discussões propostas por esses autores, mas tão somente pontuar questões importantes sobre a origem e a formação da democracia na sociedade grega antiga.

11 Podemos citar as obras de Platão e Aristóteles como referências para pensarmos a democracia grega e as formas de governo que existiram nas sociedades gregas. Desta maneira, os autores defendem e demonstram de forma distinta três tipos de governos, que são: a monarquia, a aristocracia e a democracia. Essas concepções sobre essas formas de governo, podem ser encontradas nas obras de Platão, *A República* (1996) e *A Política de Aristóteles* (1998).

existem na Europa Ocidental e que foram sendo referências e instituídos em países da América Latina, como é o caso do Brasil, apesar que no caso brasileiro, o modelo no qual o Estado e a sociedade brasileira têm fonte de inspiração é o modelo Norte-americano, mas também com influência do Estado Representativo Moderno que passou a existir logo após a Revolução Francesa de 1789. (WOOD, 2011).

Para entender a origem e a formação histórica da democracia grega, analisamos o elemento histórico-político no sentido de evidenciar suas nuances e perspectivas, do mesmo modo, compreender os seus limites, mas sabemos também que mesmo na modernidade ou nas sociedades contemporâneas algumas das características da democracia grega marcaram outros modelos de sociedade e de Estados. Por isso, estamos diante de um fenômeno importante para a história do ocidente e que estamos analisando brevemente nessa parte do nosso trabalho.

Wood (2011) destaca que essa formação única dos atenienses está no centro de grande parte do que caracteriza a *pólis* grega e especialmente a democracia ateniense. Raros desenvolvimentos políticos ou culturais em Atenas não foram afetados por ela, desde os conflitos entre as democracias e oligarquias nas transições da política democrática para a clássica da filosofia grega. Desse modo, a autora nos mostra, ainda, que as tradições políticas e culturais da antiguidade clássica que chegaram até nós estão imbuídas do espírito do cidadão trabalhador e da vontade antidemocrática que ele inspirou e que informou os textos de grandes filósofos.

A democracia ateniense era praticada nas cidades, onde seus cidadãos (proprietários) poderiam participar das reuniões em praças públicas para poder decidir questões importantes sobre a *pólis*. Os grupos humanos escravizados não estavam inseridos nessa lógica de participação e coexistiam uma grande quantidade pessoas escravizadas na sociedade ateniense. Wood (2011), afirma que os historiadores geralmente concordam que a maioria dos cidadãos atenienses trabalhavam para viver. Ainda assim, depois de colocar o cidadão trabalhador ao lado dos escravizados na vida produtiva da democracia, os denominados cidadãos atenienses que detinham poder político, econômico e social, não se ativeram às consequências dessa formação única, desse trabalhador livre e desse *status* político sem precedentes, na perspectiva de se manterem em um lugar social de poder e dominância. De fato, existiram tentativas para a inserção dos grupos sociais escravizados, mas estes não detinham condições objetivas de inserção social, organização e poder para participar da vida ativa da sociedade em termos de relações políticas.

No que se refere a essa forma de organização na sua origem, podemos afirmar segundo Ferreira (1990) que ao tratar de democracia grega nos referimos ao modelo ateniense, em outros Estados gregos o povo atingiu o poder, em alguns possivelmente até primeiro que em Atenas. Para nós no ocidente, temos como fonte de informações algumas obras¹² que remontam todo o período da constituição da sociedade e das cidades estados gregas, tanto em Esparta como em Atenas e suas formas de democracia, em que existiram Estados democráticos antes mesmo da sociedade ateniense. Neste sentido, ainda segundo o mesmo autor, Atenas é a mais conhecida, a que nos fornece mais fontes e dados para o estudo, a que levou o regime à maior perfeição, a que nos legou princípios ainda hoje fundamentais. Atenas, além disso, inspirou muitos outros Estados gregos a seguir seu exemplo.

Assim, a partir da seguinte questão podemos realizar algumas reflexões: o que é a democracia, qual sua importância historicamente para as sociedades gregas? Com Ferreira (1990), inicialmente podemos dizer que a democracia foi fundamental para a construção de liberdades individuais e coletivas para os gregos. Teria surgido numa data imprecisa do segundo quartel do século VI (a.C) e, além do prefixo *demo*, entra na sua formação como segundo elemento de composição, *krat* (de *kratos* que significa força ou soberania). O termo apresenta o significado e o sentido do que vem a ser democracia enquanto uma forma de organização da sociedade e das cidades estados na Grécia Antiga, por isso ser importante a retomada do seu significado historicamente e ao mesmo tempo perceber mudanças significativas nas formas de sociedades e Estados modernos e contemporâneos. (FERREIRA, 1990). Desta forma, expressamos:

Democracia é assim o "governo pelo dêmos", o povo, mas o que era o dêmos no apogeu da democracia ateniense, no século V? Trata-se de um termo proteico - que tanto pode significar "os cidadãos no seu conjunto" como o "povo" em sentido restrito - no de classes inferiores. Dessa ambiguidade lançam mão frequentes vezes, na Grécia, os debates teóricos e as discussões (FERREIRA, 1990, p. 14).

Em termos gerais, podemos perceber que a democracia, nesse entendimento, pode significar ou representar, de forma contraditória, os grupos sociais envolvidos, mas na prática "o povo" deve ser um de seus atores principais. No que se refere à origem da democracia, um fato interessante e que podemos destacar é a necessidade da construção de debates em torno da democracia. Sabemos que em uma sociedade democrática os

¹² Neste caso a fonte de referência já foi apontado no início do capítulo nas obras dos filósofos gregos Sócrates, Platão e Aristóteles.

indivíduos que a integram devem ter liberdade e autonomia para construir seus valores, ideias, pensamentos e interpretar a realidade, para tanto um cidadão deve respeitar o direito do outro, caso contrário, há a produção de uma sociedade autoritária e individualista.

Ferreira (1999), nos mostra que, evidentemente em Atenas, como em qualquer outra democracia ou sociedade, se colocava o problema da liberdade individual e do equilíbrio entre essa liberdade e a segurança do Estado. Não são apenas nas democracias que esse dilema se impõe. Existe em qualquer Estado em que a sanção última das decisões e ações políticas reside na própria comunidade. Era o que se passava na *polis* grega, onde, muito antes da introdução da democracia, a soberania residia na lei - no seu sentido amplo que inclui também as normas tradicionais e a Constituição - que é fruto ou tem a aceitação e validação da comunidade.

Osório (2014), afirma que as sociedades capitalistas constituem espaços de força, territórios nos quais se criam e se movimentam forças sociais, resultado da presença e da articulação de classes sociais confrontadas. Na sociedade capitalista as classes sociais estão em luta na defesa dos seus interesses diretos, neste caso, quem é trabalhador vai defender os interesses de sua classe em oposição a classe burguesa, por exemplo, que é a classe detentora das riquezas, dos meios de produção, equipamentos, ferramentas e máquinas.

Para Adorno (2008), a sociedade constitui-se a partir da relação de troca, e em certo sentido, dito com certa cautela, representa inclusive o pressuposto das sociedades pós-capitalistas, em que seguramente a troca não poderá ser negada. O conceito de sociedade proposto por Adorno (2008) parte de um conjunto de informações sociais, pois sua concepção é histórica, sociológica e antropológica, ou seja, um conceito sistemático e amplo no sentido de compreender as questões que envolvem a sociedades e a forma que os indivíduos estabelecem as relações sociais.

Desse modo, Adorno (2008) afirma que existem entre os homens que se relacionam socialmente, um nexos funcional, que naturalmente varia bastante conforme os diferentes níveis históricos, que de certo modo não deixa ninguém de fora, em que todos os integrantes da sociedade se encontram enredados e que assumem em relação a eles um certo tipo de independência. Para viver em sociedade é preciso esse nexos, pois são as relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si nos mais variados espaços da sociedade ou seus segmentos sociais, como local de trabalho, escolas, igrejas e demais instituições, que integram a vida em sociedade.

Sob o modelo de sociedade e de Estado democrático, o poder das autoridades constituídas deve garantir os direitos sociais dos cidadãos, caso contrário, esse poder vai perder em equilíbrio. Isto quer dizer que a comunidade (ou a sociedade) deve sempre ser consultada no sentido de ter suas ideias respeitadas e inseridas no interior da ordem estatal. Essa mentalidade foi sendo construída no contexto da sociedade ateniense, mas em alguns casos, existiam antes mesmo da democracia grega¹³, pois um Estado se faz com soberania, suas leis e uma forma de organização suficiente para atender tanto as necessidades das instituições e ao mesmo tempo da sociedade e de seus cidadãos. Trata-se de um contrato realizado pelas instituições, neste caso o Estado constituído com a sua população que também almeja a defesa dos seus direitos de liberdade, autonomia, soberania popular e o modelo de organização democrática.

Ferreira (1990), acentua a questão da liberdade, mais proeminente que a *isegoria* e a *isocracia*, que no conceito dos gregos era a isonomia que englobava as duas anteriores. A isonomia era considerada um traço significativo da democracia que, a cada passo as duas noções aparecem equiparadas, embora sem existir uma identidade total entre uma e outra. A experiência da democracia na Grécia Antiga, foi fundamental para que as sociedades modernas pudessem dar continuidade em alguns aspectos da democracia ateniense.

Sendo assim, começamos a perceber como essas práticas de soberania, autonomia e liberdade começaram a serem construídas a partir das formas democráticas da sociedade ateniense, pois estes cidadãos atenienses faziam questão ou não abriam mão da prática da liberdade, onde tinham o direito de se expressar publicamente em uma discussão teórica em praça pública. Quando falamos desse modelo de organização, estamos nos referindo aos interesses de cidadãos da *polis* grega que, mesmo com contradições e conflitos existentes, a defesa da soberania e da liberdade individual e coletiva eram pontos centrais nas discussões dos gregos antigos.

Desta maneira, foi sendo constituído e construído o sentido da democracia dos cidadãos atenienses, bem como uma defesa e construção coletiva dos seus interesses, pois pensar uma forma de organização social democrática é pensar ações coletivas, em que o Estado não é o soberano, mas sim, o povo. Partindo dessa lógica, Rochamonte (2015) nos

10-Desta maneira, eram formas democráticas que existiram de forma bem embrionária e não tiveram o desenvolvimento que teve a sociedade ateniense.

aponta alguns elementos importantes para que possamos analisar esse contexto da sociedade grega antiga de forma sistemática, para tanto esta autora afirma que

O horizonte ateniense favoreceu a construção do ideal democrático grego, ideal esse que se manteve em vínculo constante com os desdobramentos históricos da nossa civilização. Onde se deu o início dessa forma política, concebeu-se primeiramente uma postura menos aberta, mais restrita e, no entanto, tanto mais poderosa devido ao círculo no qual se desenvolveu. A democracia desenvolveu-se entre pessoas imbuídas de um projeto sóbrio de edificação moral e ética e, sobretudo, de aprimoramento individual a partir da construção de si, do auto aperfeiçoamento (ROCHAMONTE, 2015, p. 209).

Temos então, uma ligação do conceito de democracia dos gregos, com outros modelos e formas de organização da sociedade e do Estado em regiões distintas do Ocidente, apesar de inicialmente, a democracia grega ter certas restrições, mas esta foi se desenvolvendo para um campo de maior liberdade. Ao se referir a sociedade grega, a autora mostra como esse modelo de organização foi sendo implementado a partir das ações dos indivíduos que estavam inseridos no âmbito desta sociedade. Podemos dizer que a ética e a moral para os atenienses era um ponto fundamental para fazer funcionar a democracia da forma que eles acreditavam e a partir daí foi sendo aperfeiçoada. Por outro lado, nas democracias modernas é preciso inserir os indivíduos como cidadãos e com garantias de direitos sociais, civis e políticos.

Neste sentido, segundo Rochamonte (2015):

Construiu-se assim uma nova época da civilização, que tratou de aprimorar as leis de acordo com os seus costumes, mesclando-as com as mais diversas facetas culturais, mantendo, no entanto, a ideia de que o homem guiado por leis é o homem ideal para uma sociedade equilibrada e propícia ao desenvolvimento. Fomos então levados a uma nova era em que o depósito clássico que estava em vias de construção pôde simultaneamente ser absorvido pela História e alimentá-la em seu progresso. (ROCHAMONTE, 2015, p. 211).

De forma geral, podemos afirmar que a legislação de cunho democrática é fundamental para a implementação de uma sociedade democrática, bem como suas instituições devem ter um modelo de organização que possa atender as demandas da sociedade. Assim, os atenienses foram gestando um modelo de sociedade e de democracia capaz de dar conta de atender suas necessidades.

De fato, a junção desses vários elementos que são apontados, foram fundamentais não somente para se construir um modelo de democracia em Atenas, mas também o seu desenvolvimento histórico e principalmente seu aperfeiçoamento. Neste sentido, era preciso construir uma sociedade coletiva para que seus cidadãos pudessem ter garantias de uma vida com autonomia e liberdades individuais, pois foi isso que a

democracia ateniense foi difundindo e ao mesmo tempo sendo uma fonte de inspiração para outras sociedades e organizações estatais em todo o mundo.

Podemos perceber que historicamente, esse modelo ateniense, não abria mão das ações diretas dos indivíduos pertencentes a sociedade. Assim, segundo Cereijido (2002), não obstante tenha sido implantado um sistema em que os cidadãos participam efetivamente e diretamente da vida do Estado, tomando por si próprios, e no bem de toda a coletividade, as decisões necessárias à sobrevivência e à manutenção deste mesmo Estado. Aqui, o autor aponta alguns dos limites do modelo ateniense, pois esse não conseguia inserir todos os seus cidadãos, apesar de demonstrar que era baseado em uma coletividade, mas este não dava conta de inserir todos. Estas são algumas das contradições da democracia ateniense, pois não se trata de um modelo perfeito, mas que vai ser fonte de inspiração para outras sociedades. Ainda assim, para a ampliação das formas participativas da coletividade de classes sociais ou demais integrantes da sociedade, tivemos que esperar o desenvolvimento histórico da democracia como uma forma de organização até a sociedade moderna, onde temos uma outra lógica de gestão e de organização da democracia moderna e representativa.

Seguindo as ideias de Cereijido (2002), entendemos que os gregos tiveram o mérito, indiscutível, de fazer nascer um modelo, com as devidas adaptações, tido atualmente como desejável em qualquer sistema que tenha como base o respeito ao cidadão e o combate à opressão, cumpre aqui trazer em relevo uma observação que entendemos de capital importância para uma maior compreensão da democracia ali praticada: o sacrifício do individualismo face à vontade soberana do Estado. Na verdade, desde o princípio da formação de um Estado, este na sua forma de organização, a partir da sua legislação, ou seja, de suas leis, tem por base a organização coletiva do Estado na sua relação com a sociedade, esse era um ponto fundamental para os atenienses que vai ser um dos fundamentos do Estado na modernidade capitalista. A defesa dos cidadãos pertencentes àquele Estado deve existir, caso contrário se torna uma ditadura, em que a repressão e opressão serão a sua base, elemento político oposto a uma democracia nas sociedades modernas e contemporâneas. Só pode existir um Estado democrático se existir de fato a participação política, a liberdade individual e coletiva dos indivíduos.

Os gregos tinham uma consciência em relação a essa questão, pois esses legitimavam as ações por parte do Estado. Desta maneira, temos então, mais alguns apontamentos de Cereijido (2002), que refletem diretamente sobre o referido tema, pois segundo ele, para os gregos, a vontade do Estado deveria sempre prevalecer sobre a

vontade individual. Não se cogitava na civilização grega falar em direitos e garantias individuais, enquanto a vontade soberana do Estado indicasse, grosseira e genericamente o que é melhor para todos.

Ao estudar a origem e a formação histórica da democracia nas sociedades antigas, principalmente na Grécia, vimos que o modelo a ser seguido e que foi sendo aperfeiçoado tanto pelos gregos como sociedades posteriores, foi o modelo de democracia dos atenienses, apesar dos seus limites, pois trata-se de uma forma de organização que não inseriu todos, mas que buscou legitimar um tipo de governo e estado baseado de alguma forma nas liberdades individuais, mesmo com o controle estatal. A sociedade grega na antiguidade experimentou outras formas de governo, como foi o caso da monarquia e da aristocracia, que tem por base o autoritarismo e as imposições do governante em relação ao restante da população.

Assim, podemos dizer que dessas três formas de governo, a democracia, a aristocracia e a monarquia, podemos aqui perceber como era a democracia para os gregos, principalmente para os atenienses que conseguiram em um contexto tão remoto pensar de forma prática uma organização social e política que viesse a possibilitar, mesmo que de forma ainda muito incipiente e limitada, uma prática política democrática em um momento onde pequenas cidades eram governadas e muitas vezes comandadas por uma única família.

Então, ao perceber historicamente esses modelos de governos, estamos diante de uma realidade que foi sendo modificada ao longo da história da humanidade, pois em cada período e momento histórico, tivemos um modelo de governo distinto, em que são alternados momentos de democracia, de monarquia ou até mesmo, um governo aristocrático. Portanto, é preciso entender essas nuances históricas no sentido de perceber as mudanças que aconteceram nas sociedades humanas nos mais variados períodos da história das civilizações ocidentais, em que a História não é linear, pois esta é carregada de contradições e conflitos tanto na antiguidade, como na sociedade medieval e nas sociedades modernas e contemporâneas. Para tanto, é preciso refletir e perceber as mudanças históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais e de valores nas sociedades modernas e contemporâneas.

2.2 A democracia na contemporaneidade

Após ter realizado um breve estudo sobre a democracia grega, principalmente a ateniense, suas características e seus principais elementos históricos, compreendemos ser importante discutir a democracia na contemporaneidade com o intuito de relacionar a história à constituição das sociedades atuais no Ocidente, seus modelos de organização e como foram ocorrendo as transformações no Estado capitalista na contemporaneidade.

Desta maneira, estudar a sociedade contemporânea no Ocidente é buscar compreender um conjunto de ações sociais e políticas dos atores envolvidos, pois a partir do desenvolvimento social, político e econômico, as realidades vão se tornando mais complexas, inclusive a democracia, pois na contemporaneidade, as ações dos indivíduos, ou classes sociais são bem complexas que na sociedade ateniense e que requer um estudo reflexivo.

Por isso, temos então a definição de Costa (2001) que entende por democracia uma reunião em que grupos e classes sociais se contrapõem com diferentes objetivos, para viabilizar seus projetos antagônicos de ação política, contraposição da qual sairá vencedor o grupo ou a classe que puder transformar seus trunfos e suas posições em regras do jogo, abrindo caminho para a legitimação dos seus objetivos. Esses grupos e classes em termos democráticos na forma que estamos desenvolvendo nossa análise, se integram e realizam suas discussões no interior do Estado e das demais instituições sociais que integram essa forma de organização da sociedade civil organizada.

Wood (2011) nos afirma que na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômica coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas. Os produtores primários não são juridicamente dependentes nem destituídos de direitos políticos (os trabalhadores em geral). Na sociedade capitalista contemporânea, os produtores primários são sujeitos a pressões econômicas independentes de sua condição política. São formas em que o trabalhador tem que conviver, pois esse antes de ser cidadão no interior da sociedade precisa trabalhar para realizar a manutenção de sua família, logo, mesmo sendo um cidadão com direitos legalmente garantidos, em boa medida é explorado no local de trabalho e greves e movimentos sindicais acontecem para reivindicar melhores condições de trabalho.

Chauí (2019), afirma que foi preciso esperar, de um lado a Revolução Francesa, no final do século XVIII, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, para que ressurgisse a instituição republicana e os fundamentos da democracia, isto é, a

igualdade e a liberdade. Seria preciso, entretanto, aguardar o desenvolvimento do capitalismo industrial e a Revolução Industrial inglesa no século XIX, para que a ideologia burguesa¹⁴ que considera o ser humano como indivíduo dotado de direitos civis, dessa origem à democracia moderna como democracia liberal.

Antes desse período, a Europa Ocidental viveu experiências de governos monárquicos e que estiveram com o poder centralizado nas mãos do rei e este definia a partir dos seus próprios interesses e vontades o que iria acontecer no âmbito dos territórios do seu Estado. Neste sentido, o rei era a autoridade máxima e muitas vezes governou sem leis, sendo que, a partir do século XVII, muitos Estados europeus se tornaram monarquias constitucionalistas no sentido de colocar limites aos poderes do rei. Esses Estados foram sendo constituídos na Europa a partir do século XVI, como é o caso de Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Holanda, Bélgica, cada um com suas especificidades.

Por outro lado, podemos dizer que as mudanças que aconteceram nas sociedades europeias ocidentais a partir do século XVIII na Inglaterra e França foram seguidas por outros Estados, pois republicanismo, a democracia representativa, passa a ser a base de organização desses países, apesar da Inglaterra ter um modelo um pouco diferente do francês. Neste processo de mudanças sociais e políticas, existiram lutas das classes sociais¹⁵ em jogo, pois a França passou por um momento de conflitos (lutas) durante o contexto da Revolução Francesa (1789) e a Inglaterra na sua Revolução Burguesa. Esses dois países tiveram disputas sociais intensas nesse contexto do século XVIII e que se prolongou ao longo do século XIX por um Estado Republicano e uma democracia representativa que viesse atender os interesses das classes sociais em luta, principalmente das classes trabalhadoras nesses dois países.

A partir de embates e confrontos, essas sociedades saíram de um modelo de organização política autoritária, ou seja, um Estado baseado na monarquia absolutista para uma democracia representativa.

Chauí (2019) acrescenta que:

¹⁴ Sobre uma concepção de Ideologia, pesquisar a obra de Karl Marx e Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã* (2005), onde os autores definem ideologia e ao mesmo tempo realizam uma ampla crítica ao termo a partir da realidade da Alemanha.

¹⁵ Para uma melhor compreensão da luta de classes e algumas definições de classes sociais em luta, ver a obra de Marx e Engels (1998) *O Manifesto Comunista de 1948*.

A democracia é uma forma sociopolítica definida pelo princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da isegoria (direito de todos de expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas), tendo como base a afirmação de que todos são iguais porque livres, isto é, ninguém está sob o poder de um outro porque todos obedecem as mesmas leis das quais todos são autores (autores diretamente, numa democracia participativa; indiretamente, numa democracia representativa). Donde o maior problema da democracia numa sociedade de classes ser o da manutenção de seus princípios – igualdade e liberdade – sob os efeitos da desigualdade real (CHAUÍ, 2019, p. 11).

Para que a democracia possa se desenvolver, esses princípios devem ser a sua base, em que todos possam ter condições de expor suas opiniões publicamente e praticar, dentro dos limites do Estado Democrático de Direito, sua liberdade individual. No âmbito dessa democracia, todos os indivíduos, independentemente de sua origem de classe, devem conhecer e cumprir as leis estabelecidas pelas diversas instituições que existem no âmbito do Estado. Por outro lado, podemos dizer que as instituições na democracia representativa moderna e contemporânea se ampliaram em relação ao que era a democracia nas sociedades gregas antigas, pois a sociedade em geral, ao se desenvolver, altera suas relações sociais e políticas. A cada momento histórico e período de cada governo na democracia representativa, temos ações distintas do grupo que o apoia no poder e em menor grau o seu partido político¹⁶, a depender dos interesses em jogo. O Estado se organiza a partir das ações dessas frações da classe dominante, no Brasil essas relações políticas estão bem evidentes na disputa pelo poder constituído do Estado.

Chauí (2019), nos chama a atenção para a democracia real, em que são observadas no seu interior, conflitos e contradições, pois vivemos em uma sociedade de classes. Assim, deve acontecer a manutenção das liberdades e da própria igualdade, onde em um Estado Democrático de Direito a igualdade está prevista na Constituição de cada país, sendo assim, o Estado deve ser o grande regulador dessas relações. Entretanto, essas são algumas das contradições existentes no interior de uma sociedade e Estado que tem por base uma democracia representativa.

Segundo Chauí (2019), a democracia é uma forma política na qual, ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas

¹⁶ Não vamos realizar um estudo sobre os partidos políticos, mas como estamos trabalhando uma temática próxima a suas ações e que integram o partido político, podemos citar a obra de Nildo Viana, *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia, Edições Germinal, 2003. Outra obra que é uma referência sobre essa temática é: *A Sociologia dos Partidos Políticos* de Robert Michels (1982) da Editora da Universidade de Brasília.

do trabalho dos e sobre os conflitos. Nas sociedades de classes, como operar com os conflitos quando estes possuem a forma de contradição e não da mera posição? Irão existir contradições das mais variadas ordens, só que o Estado como uma instituição que visa regular a vida em sociedade, vai agir no sentido de intermediar os conflitos, as contradições e os antagonismos de classes existente na sociedade democrática.

As classes sociais visam, nesse modelo de organização da sociedade e do Estado, defender interesses que não são de todos os integrantes da sociedade, mas de estratos de classe, como é o caso da classe burguesa mais capitalizada. O Estado capitalista faz o jogo político, social e econômico em prol das camadas dominantes na sociedade, conforme Osório (2014)

Ainda assim, seguindo as ideias de Chauí (2019), uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da República, respeita e garante as vontades e necessidades da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos e que essa efetivação é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como um contra poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. Desse modo, podemos dizer que não se trata de uma simples forma de organização, estamos diante de uma realidade que se mostra complexa a partir das ações que envolvem os atores sociais, principalmente quando estão em luta por direitos sociais, civis ou políticos diante da instituição Estado. O Estado é pressionado a atender demandas da sociedade civil que luta para garantir direitos sociais básicos como a educação, transporte público, segurança pública e moradia, dentre outros direitos.

Entretanto, existe toda uma lógica de organização das ações por parte dos integrantes das instituições, podemos citar os partidos políticos que lutam para chegar ao poder e gestão do Estado. Podemos dizer que o que vai transformar as relações de poder em uma sociedade democrática, são as ações por parte dos atores sociais envolvidos, como os movimentos sociais, como é o caso dos movimentos de luta dos trabalhadores em educação, que historicamente exerceram e exercem pressão a governos.

De forma conclusiva na concepção de Chauí (2019), a autora aponta que dada a relação entre os direitos e defesa dos cidadãos como seres racionais, livres e responsáveis, na democracia, a ética e política são inseparáveis. De fato, só podemos construir uma sociedade verdadeiramente democrática, quando existe na realidade concreta a defesa dos direitos cidadãos de forma consciente, em que todos possam viver sob garantias sociais e

políticas. Quando a autora se refere às questões éticas, podemos inserir um conjunto amplo de análises sobre essa questão, principalmente quando nos referimos às sociedades latino-americanas e suas democracias¹⁷. Estas são carregadas de contradições e conflitos, pois a análise de Marilena Chauí nos apontou esses elementos. Por outro lado, quando falamos de ética, inicialmente essa deve estar presente diretamente ao parlamento brasileiro, pois é a partir dele que podemos pensar socialmente esses valores associados às ações dos partidos políticos e seus integrantes (basta observarmos as práticas dos parlamentares brasileiros em termos de ação política). De alguma forma, o parlamento deveria dar bons exemplos de ética na política em que a sociedade pudesse se inspirar, mas não é isso que vemos na sociedade brasileira, especialmente na atualidade.

Sobre a democracia brasileira, Miguel (2019), analisa que no Brasil, sofremos uma versão particularmente virulenta desse processo democrático¹⁸. Nunca tivemos completamente implementadas a democracia liberal, regime de direitos, Estado de Bem-Estar Social, ou seja, se encontram em meio a um esforço de construção difícil e ambíguo. Podemos dizer que a democracia brasileira e suas instituições ainda estão em formação e não estão consolidadas, bem como não temos uma sociedade civil organizada que possa cumprir seu papel social na sua relação com as instituições que integram o conjunto da sociedade brasileira, como bem aponta Miguel (2019). De outro modo, temos instabilidades a partir dos ataques antidemocráticos de grupos que não concebem o jogo democrático de forma ética e querem tomar o poder a partir da força, de forma autoritária e conservadora.

Por outro lado, a partir das ideias de Dourado (2019), o caso brasileiro é emblemático e só é compreensível uma análise a partir de uma retomada histórica contextualizada, pois não se apresenta como mera expressão dos embates nacionais, a despeito das peculiaridades locais e das forças sociais que tencionam o debate, as proposições e as resistências em curso no Estado brasileiro. Dourado (2019, p. 03) afirma que o caso brasileiro é peculiar e para entendê-lo é “[...] preciso compreender o caso brasileiro com base na dialética entre o local, o nacional e o mundial”.

Dourado (2019, p. 02), em uma análise ampliada, afirma que:

¹⁷ Em relação a um estudo sobre a democracia latino-americana, indicamos o texto de Antônio Carlos Mazzeo (2019) *Características sócio históricas da democracia na América Latina*.

¹⁸ Outro autor que trata da democracia no Brasil, bem como o se processo de constituição da sociedade e do Estado é o pesquisador Luiz Fernandes Dourado (2010), onde o autor trata dessas questões relacionadas a democracia em seus retrocessos e resistências.

[...] a presença de uma agenda global transnacional, cuja proposição é cada vez mais homogeneizadora e, paradoxalmente, plural e combinada. Essa agenda é demarcada pelo ethos capitalista por meio de dinâmicas da sociedade que se inter cruzam, envolvendo políticas de ajuste fiscal, privatização, minimização do papel do Estado no tocante às políticas públicas, novas formas de governança e gestão, tendo por eixo o estado avaliador, o quase mercado e, de maneira mais complexa, permeado por um intenso e desigual processo de financeirização em todas as arenas, inclusive na educação.

Dourado (2019) acentua no processo histórico brasileiro a base conservadora e colonial que marcou a constituição de um Estado brasileiro avesso aos processos democráticos, bem como a inserção do liberalismo no Brasil sob os moldes autoritários. Elementos como o escravismo, coronelismo e clientelismo são também questões de relevância no percurso histórico de constituição do estado no Brasil. Citando Ianni (2004, p. 61), em que este afirma que o nosso desenvolvimento sociopolítico se deu de forma “desigual e combinada”, Dourado (2019, p. 5), discute a “os limites da modernização conservadora, expressa no embate entre classes sociais no país e nas lutas pela democratização do Estado”, bem como o posicionamento da burguesia corporativa (associada à indústria, ao comércio, agricultura, ao capital financeiro) nesse contexto, sem compromisso com o Estado Democrático de Direito. Portanto, somos herdeiros de um processo de “modernização conservadora” (DOURADO, 2019, p. 06), que, nesse entendimento, nos dá condições de compreender os tempos atuais, bem como os movimentos de idas e vindas, de avanços e retrocessos políticos, econômicos e sociais.

Ainda assim, na análise de Fontes (2019), a conquista de direitos, fruto de lutas sociais e políticas no capitalismo é restrita ao âmbito jurídico-político, coagulada pela disparidade do poder econômico, político, social e cultural que emana da grande propriedade. As lutas pela democracia, se não enfrentam o conjunto das determinações da vida social, podem alcançar relevantes vitórias parciais, mas também se converter em formas de acomodação de alguns setores populares.

Na verdade, o que temos de democracia representativa e suas garantias institucionais, são fruto de lutas sociais construídas historicamente pelas mais variadas sociedades, pois é preciso luta para aquelas classes sociais que estão em condições inferiores. Para que estes estratos sociais mais desprovidos de garantia de direitos básicos possam ser inseridos de forma mais igualitária no conjunto social, devem lutar no sentido dos seus interesses e direitos sociais, civis e políticos. Por outro lado, para que possa haver igualdade social, econômica e política dos excluídos, é preciso equalizar a quantidade de propriedades privadas, melhor distribuição de renda e trabalho, acesso garantido à saúde

e moradia, pois tratam-se de garantias que possibilitam condições de vida que possam ser dignas em consonância com a ideia de justiça social. De fato, esses direitos são garantidos com luta, mas como bem aponta Chauí (2019), não podemos pensar em acomodação política pela luta dos direitos.

Retomando em termos conceituais sobre a democracia representativa contemporânea, podemos evidenciar mais algumas reflexões importantes no que diz respeito diretamente a uma definição. Neste sentido, Viana (2003) ao interpretar esse conceito a partir da obra de Décio Saes, acentua que a democracia é um conceito expressivo, assim a democracia é, simultaneamente, uma forma de Estado e um regime político, em que a forma de Estado é o padrão de organização interna do corpo de funcionários e o regime político é a relação entre o corpo de funcionários e os membros da classe exploradora no âmbito específico do processo de definição/execução da política de Estado. Segundo Viana (2003) o regime político democrático é aquele no qual o Estado se relaciona com as classes sociais. Sendo assim, a democracia é um regime político em que se visualiza a participação restrita das classes sociais e frações de classes na constituição das políticas estatais, sob formas que variam historicamente.

A democracia como regime político não foi o mesmo historicamente, este se modificou ao longo da história das sociedades humanas, como já analisado ao tratarmos da democracia ateniense. Por isso, podemos entender a democracia também da seguinte forma:

A forma como esta participação restrita ou mediação burocrática se realiza varia historicamente. Podemos dizer, em grandes linhas e deixando de lado as diferenças nacionais, que a democracia burguesa se metamorfoseou em três formas principais, a saber: a) a forma democrática censitária (também chamada de “democracia parlamentar” e “estado constitucional”) e “liberal” que vai até meados do século 19; b) a democracia partidária liberal que predominou do final do século 19 até à segunda guerra mundial; c) a democracia partidária burocrática, que se instaurou após a segunda guerra mundial (VIANA, 2003, p. 48).

Conforme Viana (2003), nessa perspectiva de análise, o autor nos mostra o desenvolvimento histórico e social da democracia como regime político, em que o primeiro apontamento afirma que existe uma participação restrita. Na sociedade capitalista o modelo de organização da democracia é burguês, pois visa atender mais diretamente os interesses dessa classe social. Outro fato importante são as fases na qual esse regime passou desde sua origem e formação nas sociedades modernas e posteriormente na contemporaneidade, quer dizer, que esta não foi a mesma em todos os lugares do mundo. Quando nos referimos à democracia o autor nos alerta que, ao

abandonarmos as diferenças nacionais, a democracia censitária, está associada diretamente ao voto, apesar de que o voto é necessário para garantir uma sociedade democrática, apesar de que em um Estado ditatorial o voto não é necessário para legitimar um partido ou um governo no poder constituído. Por outro lado, na democracia censitária, existe um parlamento e uma constituição para poder direcionar a vida política e ao mesmo tempo legitimar as ações dos governantes e dos demais integrantes da sociedade.

Viana (2003), acentua que ocorreu no século XIX um amplo desenvolvimento do liberalismo econômico¹⁹, que foi se expandindo para o campo da política e implementado nas formas de governo da época, e algumas de suas características ficaram restritas à prática econômica e política, mas este se desenvolveu ao longo do século XX e sofreu mudanças significativas.

No momento atual, ou seja, na contemporaneidade, temos um conjunto de relações políticas baseadas na burocracia²⁰, isto quer dizer que se estabelece uma organização política a partir de um Estado, partidos políticos, eleições, o voto dentro da democracia de maneira burocrática e burocratizante, pois esta se amplia no âmbito das instituições políticas, bem como na vida em sociedade. Neste cenário, podemos perceber as ações de indivíduos pertencentes aos partidos políticos ou ao Estado, e até mesmo fora destes, acentuando o discurso da burocracia estatal ou partidária. Na verdade, essa forma de organização é um tipo de controle estabelecido e instituído com a sociedade civil e depende do Estado para ter atendidas suas demandas sociais por direitos civis, sociais ou políticos.

Para Viana (2003) a democracia partidária surgiu gradualmente com a extensão do direito ao voto. A luta pela extensão do direito ao voto e a ampliação gradual deste direito ocorreu simultaneamente com a formação dos partidos políticos. Na verdade, a classe dominante não permitiria uma extensão do direito ao voto sem uma garantia de que esse direito não subverteria a ordem. Desta forma, o sistema eleitoral expandiu o direito ao voto, mas, ao mesmo tempo, criou novas instituições “representativas” para realizar uma mediação burocrática entre eleitores e o Estado. Este papel de mediação burocrática foi atribuído ao sistema partidário.

¹⁹ Neste sentido, o liberalismo econômico surgiu na Europa do século XVIII como prática econômica, tendo como seu principal representante o economista escocês Adam Smith que defendeu a não intervenção do Estado nas práticas econômicas do mercado e da sociedade.

²⁰ Sobre a burocracia moderna, ver os estudos de Max Weber (2001) e Weber (2004).

Um dos fundamentos centrais da democracia partidária, sem dúvida, é o direito ao voto e o sentimento de participação no processo político eleitoral (eleições), em que a legislação ampara a participação de todos os maiores de 18 anos em alguns países e maiores de 16 anos no Brasil. Essa premissa busca, a partir da legislação, que o eleitor pode interferir no processo político eleitoral e a partir daí decidir questões importantes sobre a realidade do seu país, da sua nação ou do seu território, elegendo seus representantes. Na democracia burocrática²¹ e partidária, as classes sociais em luta deixam bem claro os seus interesses, onde a classe dominante a partir da sua relação direta com o Estado e demais instituições sociais, controlam a grande maioria da população a partir de uma legislação que impõe limites para a participação real. Sendo assim, criam um conjunto de leis, normas, regras no conjunto da sociedade para estabelecer ou ampliar formas de controles existentes e ratificar seu poder. Isso não se dá sem lutas, embates e disputas.

Para Wood (2011), o capitalismo contemporâneo tornou possível conceber uma democracia formal, uma forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a “elite” e a “multidão trabalhadora”. Entretanto, a possibilidade conceitual de uma democracia formal não fez dela uma realidade histórica. Assim, houveram muitas lutas árduas antes que a ideia de “povo” passasse a incluir a multidão trabalhadora, isso sem mencionar as mulheres. Mesmo com essa inclusão, essas lutas sociais ainda acontecem, pois são formas em que trabalhadores e demais cidadãos integrados nas cidades e no campo, possam reivindicar seus direitos sociais, civis e políticos.

Por fim, compreendemos que, historicamente, existiram e existem várias formas de Estado, desde o monárquico, o parlamentarista, democrático e variações destes que foram sendo gestados e ao mesmo tempo aperfeiçoados no sentido de implementar uma prática política para o conjunto da sociedade. Em sua obra *Governo, Sociedade e Estado*, Norberto Bobbio (1987), retoma algumas questões fundamentais sobre o Estado moderno no sentido de compreender sua origem e formação, bem como os principais autores que pensaram essa forma de organização no início da sociedade moderna. Sendo assim, Bobbio (1987), afirma que Hobbes foi identificado com o Estado absoluto, Locke com a monarquia parlamentar, Montesquieu com o Estado limitado, Rousseau com a

²¹ Trata-se de um tipo de democracia que se organiza a partir da relação entre os dirigentes, ou seja, aqueles que dirigem e aqueles que são dirigidos e não têm poder no âmbito da burocracia estatal e partidária.

democracia, Hegel com a monarquia constitucional. Desta maneira, o autor delimita alguns dos autores e concepções que tratam desta instituição em termos modernos.

Bobbio (1987), retoma pontos fundamentais da obra de Maquiavel, que foi um dos primeiros autores a analisar o Estado moderno da forma que conhecemos hoje, pois segundo ele, o autor do Príncipe, o termo “Estado” vai pouco a pouco substituindo, embora através de um longo percurso, os termos tradicionais com que fora designada até então, a máxima organização de um grupo de indivíduos sobre um território em virtude de um poder de comando: *civitas*, que traduzido do grego *pólis*, e *res publica* com o qual os escritores romanos designavam o conjunto das instituições políticas de Roma, justamente da *civitas*.

Bobbio (1987), ainda trata do Estado e de alguns elementos históricos que constituem essa instituição social, pois segundo esse autor, a base do critério histórico, a tipologia mais corrente e mais acreditada junto a historiadores das instituições é a que propõe a seguinte sequência: Estado feudal, estado estamental, Estado absoluto, Estado representativo. Sendo assim, o Estado irá se desenvolver de formas variadas e na sociedade moderna e na contemporaneidade, ganha novas nuances em seu modelo de gestão e formas de organização social, política e econômica. Desse modo, temos variações dessa forma de organização, desde as mudanças que ocorrem no século XIX para o XX da democracia censitária para a democracia liberal partidária e burocrática que foi sendo estabelecida na maioria dos países ocidentais

Ainda assim, a democracia representativa moderna atua na sua relação com o Estado e o mercado, pois são comuns os acordos entre grupos liberais defensores desse modelo de Estado com esse conjunto de instituições sociais. Neste sentido, podemos inserir a concepção de Osório (2014), pois para ele o capitalismo, como sistema mundial, é uma entidade intrinsecamente heterogênea, e não apenas no campo econômico. Isso também se manifesta no campo político, gerando diferenças no terreno estatal e no exercício da soberania, pois os mercados se relacionam tanto com o Estado e com a sociedade civil, então, não podemos pensar um distante do outro.

Osório (2014), afirma que é próprio da organização capitalista apresentar a economia e a política como mundos autônomos, regidos por lógicas não apenas específicas, mas também independentes. A ideia de sociedades policêntricas e descentradas não passa da ampliação para novas esferas societárias dessa ruptura entre o econômico e o político e da autonomia sem hierarquia que esses espaços teriam. Mas de fato, essa hierarquia existe, basta observarmos as questões que ligam Estado, sociedade e

o mercado capitalista, bem como suas hierarquias no âmbito das burocracias tanto estatais como privadas.

Por outro lado, há a defesa da democracia representativa moderna pelos partidos políticos e seus representantes, por parte da sociedade civil, do mercado e do empresariado que, ao se relacionar com o Estado, estabelecem e realizam a manutenção de privilégios econômicos nesta relação de interesses. (MIGUEL, 2019). Neste sentido, apontamos uma breve retomada do quadro mundial atual sobre os ataques as democracias. A América Latina e o caso brasileiro e tantos outros países tem vivenciado experiências emblemáticas.

Por outro lado, a sociedade civil que também se relaciona com instituições como o Estado, escola, igrejas, partidos políticos, deve agir no sentido da sua luta cotidiana para fazer atender seus interesses e demandas, pois esta também precisa buscar formas de pressão e tensionamento para que seus direitos sejam respeitados. Para tanto, a democracia como um regime político diz respeito a esse conjunto variado de agentes sociais e coletivos que visam, a partir de suas ações, defender os seus interesses tanto individuais como coletivos e assim, se estabelecerem no âmbito da sociedade. O regime democrático partidário burocrático cria limites para a inserção em que a burocracia se coloca como estratégia para a efetiva participação democrática. Esse tema é central quando falamos da democracia na contemporaneidade, pois essa representação política está presente nos mais variados espaços da sociedade e do Estado.

A democracia brasileira no contexto atual apresenta uma crise de suas instituições e ações de partidos políticos que se distanciam das práticas democráticas, principalmente os partidos conservadores de ultradireita, que colocam em xeque a democracia ao não respeitarem em termos sociais, os direitos de grupos sociais que se inserem na sociedade civil brasileira. Trata-se de um contexto distinto, pois até recentemente tínhamos as instituições brasileiras funcionando com legitimidade e garantias de direitos das classes sociais subalternas (trabalhadores em geral). (COSTA, RIZZOTO e LOBATO, 2022).

No que se refere a democracia brasileira, esta se apresenta em alguns momentos com certa instabilidade política que reflete outras, como econômica e social. Por outro lado, Avila e Duarte (2019), apontam sobre a qualidade da democracia brasileira, pois esta é um regime institucionalizado, com resultados significativos em direitos políticos e que está na base do controle de governos e instituições. Enquanto isso, seus principais desafios concentram-se em dimensões relacionadas ao Estado de Direito e à igualdade.

Desta maneira, podemos dizer que a crise que atinge a democracia brasileira no presente contexto, é porque a partir do ano de 2018, foi eleito um governo de cunho ultradireitista e conservador que não respeitou o Estado Democrático de Direito e sua forma de organização e legislação, como bem apontam os autores acima, pois algumas garantias que estão legitimadas constitucionalmente não foram respeitadas, bem como os direitos de negros, indígenas, mulheres, homossexuais, jovens, por exemplo. Por outro lado, esse mesmo governo retirou garantias de investimentos em educação, de políticas de assistência social e políticas públicas que possam atender diretamente classes sociais exploradas (trabalhadores). (CASTILHO e LEMOS, 2021; ANTUNES e BOSON, 2022; BRITO, 2021).

Todas essas ações por parte do governo, vai gerar em grupos sociais e movimentos sociais organizados certa instabilidade, pois seus direitos não estão sendo respeitados. Por outro lado, a falta de investimentos sociais em políticas públicas fragiliza a sociedade e as classe sociais exploradas. Segundo Miguel (2019) a relação entre a democracia e as desigualdades se apresenta, assim, como questão central a ser equacionada pelos regimes democráticos contemporâneos; que a fórmula liberal, de distribuir direitos a todos, e deixar as assimetrias em suspenso, do lado de fora da esfera pública, não consegue resolver. Na experiência brasileira, a questão se coloca com particular agudeza. A partir da carta constitucional de 1988, o Brasil produziu um texto legal formalmente inclusivo, mas que convive com padrões de exclusão social que estão entre os maiores do mundo. Desse modo, é preciso avançar para poder legitimar de forma coerente a democrática, pois caso contrário, esta sempre terá instabilidades e crises que afetam diretamente a população mais pobre. De fato, a democracia brasileira, ainda não conseguiu incluir parte considerável de sua população que ainda sofre com a pobreza e a falta de seguridade social, econômica, bem como da garantia de seus direitos essenciais.

2.3 A representação política democrática na sociedade contemporânea

O que é a representação política? Como esta ocorre na sociedade contemporânea e quais suas principais implicações para a vida em sociedade? Quando falamos em representação política, pensamos logo nos partidos políticos, nos seus candidatos e naqueles que podemos denominar de políticos profissionais. Buscaremos apresentar e discutir alguns elementos que constituem a dimensão da representação política, pois ela integra a nossa vida cotidiana na relação com as diversas instituições políticas,

principalmente os parlamentos constituídos, pois são esses que diretamente se relacionam com o cidadão, como eleitor, onde nesse tipo de regime o voto é um instrumento e estratégia importante para a manutenção do Estado e demais instituições políticas no âmbito da democracia.

Temos então, no regime democrático representativo contemporâneo o direito ao voto, de participar de eleições em variadas esferas, inclusive, em boa medida, com a escolha de representantes à gestão da escola pública. Essa é uma percepção da população e de grupos de que está participando diretamente do processo para eleger seus representantes, em que os candidatos durante e após as eleições afirmam representar o povo ou sua maioria, que irá governar para o povo e atender seus interesses e demandas. Essa é a chamada representação política na contemporaneidade. Alguns indivíduos pertencentes a partidos políticos se candidatam, são eleitos e depois das eleições ao passarem a exercer uma função no referido parlamento, por vezes se afastam de sua base e tomam o seu lugar político conquistado em favorecimento a questões privadas e não públicas.

Bobbio (2000), quando analisa a democracia como forma política, trabalha uma série de implicações na qual o fenômeno é legitimado nas representações políticas modernas, em sua concepção a democracia é entendida como sendo uma contraproposta a todas as formas de governo autocrático, a considera caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem que este ou esta representante política está autorizado(a) a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos. Neste sentido, a democracia vai contra as formas de poderes e governos autoritários, dando ênfase à autonomia e liberdades individuais e coletivas da sociedade na qual está inserida como um regime político.

Por outro lado, Bobbio (2000) aponta alguns limites da democracia representativa, pois segundo ele, está-se partindo de uma constatação sobre a qual podemos estar todos de acordo: a exigência, tão frequente nos últimos anos, de maior democracia exprime-se como exigência de que a democracia representativa seja ladeada ou mesmo substituída pela democracia direta. Esta forma direta da democracia, seria a participação mais ampla dos cidadãos que integram a sociedade e o Estado, em que a resolução dos problemas daquela sociedade não fique somente na mão dos legisladores, parlamentares e das ações daqueles que integram certas instituições sociais no sentido da defesa dos interesses somente da classe dominante.

Bobbio (2000) afirma que, o que acontece agora é que o processo de democratização, ou seja, o processo de expansão do poder ascendente está se estendendo da esfera das relações políticas, das relações nas quais o indivíduo é considerado em seu papel de cidadão, para a esfera das relações sociais, em que o indivíduo é considerado na variedade de seus status e de seus papéis específicos, por exemplo de pai para filho, de cônjuge, de empresário e de trabalhador, de professor e de estudante e até mesmo de pai para estudante, de médico e de doente, de oficial e de soldado, de administrador e de administrado, de produtor e de consumidor, de gestor de serviços públicos e de usuário etc.

São mudanças nas formas que os indivíduos estabelecem relações sociais e que estão ligadas diretamente aos seus status que integram, a partir das mais variadas funções que ocupam no âmbito da sociedade capitalista, pois esta tem por base essas relações de poder como o próprio Bobbio (1987) esclarece, bem como Osorio (2014). Por isso, esse conjunto de mudanças nos mostram que a democracia avança para os espaços mais específicos das relações sociais, não sendo possível ficar somente no âmbito das relações no parlamento ou nas demais instituições sociais que integram o Estado como uma forma de organização e gestão da sociedade.

Assim, temos uma posição sobre a representação política na concepção de Torrens (2012), em que este autor afirma que a representação político-parlamentar pode levar a duas interpretações: a primeira considera que a vontade do representante é a vontade do representado, isto é, os eleitores votam pelo que o postulante ao mandato pensa ou diz. A segunda interpretação considera que a vontade do representante é a expressão de uma demanda ou intenção preexistente dos eleitores, o que tornaria o eleito mero porta-voz dos representados.

Na verdade, ao estudar a democracia representativa iremos perceber um forte apelo pela representação política, em que os discursos estão ligados diretamente a essa questão, pois ser representante do povo nesse modelo de organização, pressupõe um vasto conjunto de privilégios, tanto no âmbito da burocracia partidária, bem como nos parlamentos, ainda pela quantidade de recursos públicos em dinheiro que um parlamentar pode ter acesso durante um único mandato. De forma geral, a vontade do político profissional é chegar ao poder constituído e para atingir esse fim, pode utilizar as mais variadas estratégias, inclusive mentiras, *fake news*, para inverter uma realidade a partir do seu discurso e intenção. Por outro lado, o eleitor também quer ter suas necessidades

atendidas, como os investimentos por parte desses eleitos em serviços sociais básicos que sua cidade ou bairro necessita.

Um dos pontos de mudanças na qual é proposta por Bobbio (2000) em relação aos parlamentares, é ter um sistema democrático caracterizado pela existência de representantes revogáveis e, na medida em que prevê representantes, uma forma de democracia representativa, mas aproxima-se da democracia direta na medida em que admite que estes representantes sejam revogáveis. Nessa premissa, conforme o autor, é “um gênero anfíbio”, do qual a história, nos oferece inúmeros exemplos.

Então, esse indivíduo eleito assume uma função no parlamento para poder na teoria representar sua comunidade e parte do eleitorado acaba acreditando nas promessas desse eleito. Espera-se que os votos retornem em políticas públicas, em serviços públicos, fato que muitas vezes não acontece, em função das vinculações e arranjos políticos, interesses, falta de ética na política, corrupção com desvios de recursos e favorecimentos, jogo jogado nas instâncias parlamentares, força e poder de bancadas representativas de grupos econômicos e de parcelas sociais. Assim, podemos dizer que a representação política apresenta limites no âmbito da democracia partidária burocrática que, em outros sentidos, sendo burocrática já limita as ações dos seus representados, pois muitas vezes o eleitor não tem contato ou nenhum controle sobre o trabalho do seu “representante”, seja por desconhecimento desse direito e dever seja por se abster do controle seja por estar alienado do campo da política. Entretanto, estamos diante de uma realidade complexa em que é preciso conhecer e avaliar como se desenvolvem as ações dos atores envolvidos nestas relações. Neste sentido, a insistência de Bobbio (2000) é de que o mandato do parlamentar seja revogado, principalmente quando este estiver abusando do poder constituído no parlamento em que tem sua função de vereador, deputado ou senador, ou qualquer outro cargo político.

Na concepção de Torrens (2012), a representação simboliza, ao mesmo tempo, uma vontade coletiva de mediação política na pessoa do representante e, paradoxalmente, considera cada indivíduo ou cidadão isoladamente, isto é, predominam as vontades individuais, tanto as do eleitor ao votar, quanto as do eleito ao representar.

Pensando com Bobbio (2000), é uma “representação política simbólica”, apesar da defesa do voto direto, que a burocracia partidária e estatal chamam de participação ativa na vida política de uma nação. Essa vontade coletiva, se manifesta no voto, mas quando uma sociedade se organiza para lutar e exigir direitos, essa vontade coletiva se torna fortalecida. Na concepção de Bobbio (2000), essa força coletiva pode ser a

democracia direta como ele bem propõe, pois segundo ele, que a democracia direta não seja suficiente se torna claro quando se considera que os institutos de democracia direta no sentido próprio da palavra são dois: a assembleia dos cidadãos deliberantes, sem intermediários, e o *referendum*.

De fato, o eleito, ao assumir suas funções no parlamento deveria ter uma consciência para construir projetos sociais coletivos para a comunidade ou sociedade na qual esse representa, mas na prática, no mais das vezes, não é isso que acontece. Nesse sentido, é preciso buscar mudanças na forma de representação política e ao mesmo tempo garantir a inserção daqueles que estão excluídos de todo esse processo político, tanto o eleitoral, como das políticas de assistência social na qual o Estado propõe para atender as carências desses indivíduos e, na obra de Bobbio (2000), estão presentes os mais variados apontamentos para essas mudanças. Por isso, estamos diante de questões que envolvem todos socialmente e politicamente, sendo necessário ações e práticas coerentes, tanto do Estado, dos partidos políticos, da burocracia estatal e partidária na sua relação com a sociedade civil.

Segundo Torrens (2012) o conhecimento sobre a representação deve ter como foco a natureza e a direção dessas transformações institucionais, as razões das mudanças e a análise comparativa entre os perfis institucionais anteriores e atuais, e as características de cada período de implementação de mudanças. Podemos dizer que, essas mudanças ocorrem até mesmo na forma em que os partidos políticos e seus candidatos modificam seus discursos para atingir o eleitorado, pois sabemos que a sociedade capitalista apresenta dinamicidades nas relações sociais, políticas e econômicas, logo, os chamados representantes do povo utilizam estratégias diversas para atingir diretamente seus eleitores e depois das eleições os seus representados.

Neste caso, também, os eleitores têm de fazer uso de estratégias contra o abuso de poder desses eleitos. Bobbio (2000), assim expressa que em outras palavras, a democracia dos modernos e contemporâneos é o Estado no qual a luta contra o abuso do poder é travada paralelamente contra o poder concentrado em nome do poder distribuído. Por outro lado, onde a democracia direta é possível, o Estado pode muito bem ser governado por um único poder, por exemplo a assembleia de cidadãos.

Na definição de Wood (2011) na “democracia representativa”, o governo pelo povo continuou a ser o principal critério de democracia, ainda que o governo fosse filtrado

pela representação controlada pela oligarquia²², e povo foi esvaziado de conteúdo social. Em contextos seguintes, o conceito de democracia e representação iria se distanciar ainda mais do seu significado antigo e literal. Aqui, temos uma concepção crítica desta autora, pois sua perspectiva analítica aponta para uma crítica social e política tanto do conceito de democracia como de representação política. Em sua análise esses fenômenos estão cada vez mais distantes das tendências anteriores, como é o caso do conceito de democracia para os gregos que tem como fonte e base a participação e inserção dos seus cidadãos, diferentemente da sociedade contemporânea, que diz incluir, mas não realiza de forma satisfatória, pois sabemos que a sociedade capitalista contemporânea é extremamente excludente.

Para Wood (2011), hoje estamos completamente acostumados a definir a democracia representativa menos (ou quase nunca) em termos de governo pelo *demos* ou poder popular do que em termos de liberdades civis, liberdade de expressão, de imprensa e de reunião, tolerância, proteção de uma esfera de privacidade, defesa do indivíduo e da “sociedade civil” contra o Estado, e coisas tais. Esta é uma relação básica na forma de organização do Estado na sua relação com os partidos políticos, com a democracia representativa e principalmente com a sociedade civil, seus grupos ou classe sociais organizadas. Por isso, quando falamos em representação política no campo da democracia representativa, estamos diante de uma realidade complexa e que se apresenta também contraditória, pois o Estado não consegue manter neutralidade na defesa de interesses. Geralmente os integrantes do Estado, ou seja, os gestores desta instituição, irão afirmar que esta instituição irá sempre agir em nome do bem comum, da coletividade e de todos, mas sabemos que na prática não é assim que funciona. Neste caso, podemos perceber a quantidade de pessoas que mesmo em uma sociedade democrática, que deveria ser para todos, mas não são incluídas como cidadãos com direitos, ou seja, como cidadãos de uma cidadania ativa.

Para Wood (2011), é possível que o novo pluralismo esteja, na verdade, se inclinando na direção da aceitação do capitalismo, no mínimo como a ordem social a que teremos acesso. Existe na realidade um pluralismo político praticado pelos vários partidos políticos que convivem muitas vezes com posições divergentes, bem como as posições da sociedade também muitas vezes divergem dos representantes políticos do povo.

²² Uma oligarquia é um tipo de governo ou de organização política, onde tem uma minoria no poder, ou seja, um grupo pequeno gerindo com mãos de ferro na defesa dos seus interesses comuns.

Bauman e Bordoni (2016), em sua obra intitulada *Estado em crise*, tratam em um capítulo específico sobre a democracia moderna. Pelo próprio título da referida obra, vimos que a crise do Estado, pressupõe a crise da democracia, para tanto os autores buscam analisar as várias formas de Estado que existiram ao longo do século XX, bem como as crises existentes, dentre elas a crise de 1929. Segundo os autores, deveria ficar evidente que a democracia no sentido pleno do termo – isto é, o governo de todo o povo era difícil de implementar. Para evitar o caos, várias ações corretivas oportunas foram introduzidas para reduzir o número de ingovernáveis, inclusive o princípio de representação, com muitas inquietações. Está claro a partir das ideias dos autores, que a democracia só existe mediante as várias formas de controle que fazem o Estado e as suas instituições auxiliares (polícia e exército, por exemplo), que lhes auxiliam nas mais variadas formas de controle por parte daqueles que se colocam em posições contrárias. Outro fator claro nas reflexões propostas é a representação política, pois este conceito aparece em diversos outros autores analisados em nosso estudo.

Mesmo em crise a democracia continua presente nos Estados contemporâneos, esta apesar dos seus limites tem motivos e justificativas para sua legitimidade em termos sociais e políticos. Segundo Bauman e Bordoni (2016), a história nos ensina que, em todo sistema político em declínio os princípios legais continuam válidos e protegidos pelo Estado, mas são solapados a partir de dentro pela corrupção crescente, e, a partir de fora, pela perda de confiança do eleitorado; essa forma degradada está destinada a persistir, pelo menos até que o sistema imploda, ou seja, deva ser reformado em outras bases.

De fato, a democracia contemporânea, passa por crises constantes e as reformas ocorrem cotidianamente, muitas vezes via intervenção do Estado para realizar a manutenção desse modelo de sociedade política, bem como também, atende algumas demandas da sociedade que precisa manter seus direitos básicos de vida. Essas crises ocorrem pela desconfiança do eleitorado nos partidos políticos, nos candidatos e representantes do povo que, de toda forma são expressões de grupos e segmentos que convivem socialmente, mas representam interesses privados ou ao grupo que pertencem, bem como o simples direito ao voto não é suficiente para a manutenção da democracia. Nesse sentido, as ideias de Bauman e Bordoni (2016) são claras quanto aos limites da democracia representativa na contemporaneidade.

Desse modo, Bauman e Bordoni (2016) afirmam que a introdução da ideia de representação não pode ser considerada uma traição dos princípios democráticos, mas um abrandamento, uma mediação construída ao longo do tempo e que leva em conta as

necessidades da maioria, mas não esquece a oposição e tenta salvaguardar a liberdade individual e, portanto, pessoal, a *kratia* do *demo* desmoronando para sempre.

Na realidade concreta, todas as práticas sociais no que diz respeito à democracia, são construídas historicamente pelas pessoas que integram a sociedade, obviamente que esse forma de representação política é uma forma de controle na qual os partidos políticos, inseridos nas relações políticas com o Estado, irão saber sistematicamente e de forma racional viabilizar essas questões no sentido de legitimidade das práticas sociais dos partidos, dos seus integrantes e atuar para legitimar a representação política via partidos políticos.

De forma geral, o Estado é uma instituição social que vai regular a vida em sociedade, suas leis, normas, regras colocam limites em ações da sociedade civil e dos indivíduos socialmente. Por outro lado, Bauman e Bordoni (2016) afirmam que a mediação é necessária para moderar as ambições dos capitães do povo, a agressividade das massas, as emoções inevitáveis que acompanham qualquer ação política. Todas as vezes que as massas buscaram se afirmar para praticar a forma mais pura de democracia, se opondo à injustiça, à corrupção ou ao desgoverno, materializou-se imediatamente um líder inevitável. Demagogos, guias, comandantes da massa se mostraram todos prontos a controlar protestos, dirigi-los e extrair disso o máximo de poder. O líder carismático que incita a multidão – a história sempre produz novos exemplos – é pior que o representante eleito.

Essas ambições estão ligadas diretamente ao poder político constituído no âmbito do Estado, de status, reconhecimento e capital político que um líder pode ter e ao mesmo tempo se estabelecer no poder por um longo período de tempo. Na prática, o Estado vai intermediar essas mediações no sentido de manter certo controle de grande parte da população que muitas vezes não aceita determinadas formas de poder e imposição por parte das autoridades constituídas, neste caso, vão para as ruas reivindicar direitos, onde em alguns casos, no acirramento dessas lutas algo mais grave pode acontecer, como práticas de violência por parte do aparelho repressor estatal (polícia) ou por parte de movimentos de ruas que radicalizam suas ações. Uma das características da moderna democracia representativa é a demagogia a partir das ações de seus demagogos espalhados por todo o mundo.

O Estado para funcionar precisa de legitimidade, neste caso irá criar várias formas para se estabelecer, uma delas é esse conjunto de normas e regras que visam diretamente construir sua legitimidade em termos legais, pois em uma democracia

representativa o que é legal são as normas e as regras no âmbito da burocracia estatal. (WEBER, 2001).

Podemos dizer que de modo geral, essas práticas políticas inseridas na lógica do Estado, na sua forma de gestão, organização e regulação das relações no âmbito da sociedade irão implicar diretamente na forma de gestão da educação pública, pois é o Estado o gestor desse modelo de educação. Logo, a educação deve ser pública, gratuita e com práticas sociais democráticas, então, a democracia não se encontra somente nas relações de poder inseridas no Estado, mas sim em toda a organização social do Estado e da sociedade, neste caso, podemos dizer que as escolas, no sentido de sua legalidade, devem ser democráticas e democratizantes no sentido da inclusão dos seus alunos e demais integrantes. Neste sentido, os argumentos de Noletto (2016) e de Freitas (2018), são coerentes no sentido de defender uma educação pública e um Estado que possa ser coerente com suas práticas políticas, neste caso, democráticas.

Bruno (2009), afirma que melhorar a qualidade da escola vai muito além da promoção de reformas curriculares, implica antes de tudo, criar novas formas de organização do trabalho na escola, que se contraponham às formas contemporâneas de organização e exercício do poder, que constituam alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, pautadas não pelas hierarquias de comando, mas por laços de solidariedade.

Neste sentido Oliveira (2009) argumenta que a educação deve ser vista como um importante instrumento no planejamento do desenvolvimento à medida em que deve prover o país de conhecimento técnicos e de um grau de evolução que favoreça o crescimento da produção e da melhoria do nível de vida dos seus habitantes. A educação escolar, formal, como esfera da vida social e cultural, deve ser pensada de forma integrada com o planejamento do Estado, fixando metas e quantificando recursos substanciais a serem investidos para que se desenvolva com qualidade.

Assim, é preciso organização e planejamento da educação pública no Brasil, nesta perspectiva, Oliveira (2009), afirma que toda a movimentação em torno de reformas sociais no Estado brasileiro hoje e, em especial, no setor educacional, aliam as demandas de maior acesso às questões de ineficiência produtiva do sistema. Desta maneira, conduzem mudanças nos aspectos gerenciais das políticas públicas recomendando a adoção de critérios de racionalidade administrativa como meio de resolução dos problemas educacionais no país.

Conforme Noletto (2018, p. 65),

A administração pública gerencial está apoiada na administração burocrática, flexibilizando alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A estratégia da gerência atribui ao administrador a definição precisa dos objetivos que deverá atingir em sua unidade, autonomia na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e para o controle ou cobrança a posteriori dos resultados.

Ao assumir o modelo gerencial para sua organização e funcionamento, bem como induzir a reestruturação de instituições públicas para esse modelo de gestão, o Estado revela a incorporação dos fundamentos do capitalismo neoliberal e expressa, por ações, uma aderência aos preceitos do capital.

Sob a concepção de Bourdieu (1998, p. 82), o neoliberalismo institui-se como “programa político de ação” e elabora, dissimuladamente, o discurso da democratização dos espaços públicos com a participação de coletivos e das comunidades ao mesmo tempo que promove “um programa de destruição metódica dos coletivos”. É possível compreender que, por dentro das estruturas institucionais, o neoliberalismo, como uma racionalidade e ideologia do atual capitalismo, promove a desarticulação coletiva e intensifica a individualização. Ao mesmo tempo que ratifica o discurso da garantia dos direitos, o faz com a prerrogativa do mérito pela competência e, nesse sentido, acentua a desigualdade social. “Nessa perspectiva, a democracia transforma-se em um valor instrumental e não substancial, desenvolvida sob a égide da racionalidade instrumental, técnica, de resultados”. (NOLETO, 2018, p. 70).

Sob uma perspectiva contrária aos termos na atualidade, para a educação escolar pública deve haver investimentos em estrutura, financiamento e principalmente investimentos na formação humana, no aperfeiçoamento do professorado e melhores salários e condições para o desenvolvimento do trabalho docente.

2.4 Gestão Democrática na Escola

2.4.1 Princípios para a prática da gestão democrática na escola

Após ter realizado uma discussão sobre o Estado, a relação entre essa instituição e a sociedade civil, podemos perceber como ocorrem as relações e ações entre esse conjunto de atores sociais e políticos, principalmente quando os interesses antagônicos estão em jogo. Sendo assim, estamos diante de uma realidade que envolve outras questões que são fundamentais para a estabilidade da relação entre sociedade civil, o Estado e demais

instituições sociais existentes no âmbito da sociedade brasileira. Segundo Fontes (2006), a sociedade civil é o local da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais e das vontades coletivas. Por meio de sua imbricação no Estado, assegura que a função estatal de educação – o ‘Estado educador’ – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes, através da mediação dos partidos políticos, tanto os oficiais como os que, extraoficialmente, difundem e consolidam as visões de mundo, a imprensa (ou a mídia).

Neste sentido, podemos pensar a educação como um processo inserido no conjunto de relações sociais, pois esta é fruto de um longo período de desenvolvimento histórico da sociedade, das ações de seus grupos e classes sociais. Desse modo, compreendemos a educação como um campo social que integra a relação entre sociedade civil e Estado, pois é essa instituição que vai organizar, gerir e financiar o sistema de ensino público no Brasil.

Paro (2014), afirma que é a partir de práticas democráticas que se forjam verdadeiros cidadãos, parece não haver dúvidas de que, para formar pessoas que contribuem para uma sociedade mais justa e mais livre, é preciso envidar todos os esforços para que tenha uma prática escolar condizente com esses ideais.

Na análise de Faria (2010), o retorno à democracia no Brasil foi marcado por estas mesmas crenças que vinculam o fortalecimento da democracia à consolidação das instâncias tradicionais de participação (o voto, as eleições e os partidos) como também à ampliação de novos canais participativos através dos quais os cidadãos brasileiros podem fortalecer seus laços societários e intervir na formulação e no controle das decisões coletivas. Um desses novos elementos, estavam presentes as lutas pela educação pública, gratuita e de qualidade, pois como apontamos em outro momento, era uma necessidade da sociedade brasileira. Esses canais de participação, foram e continuam sendo fundamentais para que a sociedade civil tenha voz e exija seus direitos sociais, civis e políticos. As lutas no campo da educação ocorriam a partir de movimentos sociais vinculados aos professores e demais profissionais da educação, bem como grupos sociais pertencentes à sociedade civil.

Neste sentido, Oliveira (2014) afirma que a discussão contemporânea sobre a gestão escolar incorpora um dos princípios fundamentais de uma sociedade que se pretende democrática: o da participação efetiva e integral de todos os que compõem as diferentes instâncias da administração pública, sendo a escola uma dessas esferas políticas que ocupa um lugar de destaque na constituição de práticas mais democratizadas e

coletivas, que passam a ser a essência da gestão escolar. Por outro lado, a partir das ideias de Souza (2019), a gestão da escola pública deve se pautar pela democracia. Os caminhos a serem pautados pelos movimentos sociais inseridos nas lutas da sociedade civil, buscavam afirmar um processo democrático amplo que pudesse inserir seus cidadãos que estavam fora do referido processo e assim:

Os movimentos sociais e seus aliados institucionais buscaram traduzir tal crença em realidade institucional. A Constituição Federal de 1988 retrata como esta prática social ganhou forma no cenário político brasileiro. A partir dela, uma nova legislação participativa foi implementada, viabilizando a abertura de novos canais institucionais de participação. Exemplos paradigmáticos são encontrados nos dispositivos constitucionais que asseguram a realização de referendos, plebiscitos, iniciativas populares de leis, audiências públicas, orçamentos participativos, conselhos de políticas e outros (FARIA, 2010, p. 189).

Para Adrião e Camargo (2002), a democracia como princípio articula-se ao da igualdade ao proporcionar, a todos os integrantes do processo participativo, a condição de sujeitos expressa no seu reconhecimento como interlocutor válido. Como método, deve garantir a cada um dos participantes igual poder de intervenção e decisão, criando mecanismos que facilitem a consolidação de iguais possibilidades de opção e ação diante dos processos decisórios. Trata-se de formar uma sociedade e uma escola democrática, onde todos possam ter condições de participar de forma efetiva na concreticidade do que é a escola em sua totalidade. Por outro lado, participar dos processos decisórios é exercer seu poder de participação e contribuir para o desenvolvimento da sociedade e da escola no sentido destas exercerem suas funções sociais e no caso da escola, educacionais na formação dos alunos.

Quando nos referimos à instituição escolar, trata-se de uma forma de organização que seus integrantes devem ter autonomia para desenvolver suas atividades escolares, buscando fazer com que esta instituição social possa se instituir de forma democrática e seus alunos possam se desenvolver cognitivamente e intelectualmente. Sendo assim, em um modelo de organização estatal que controla, vigia e ao mesmo tempo reprime e faz uso da violência física, vai de fato, limitar as ações de professores, alunos e demais integrantes da escola. Neste sentido, Paro (2014) afirma que a prática escolar em geral, que, por necessidade do próprio exercício democrático, deve pautar-se pelas ações coletivas e pela cooperação entre os indivíduos, mas o autor vai apontar alguns limites dessas ações, pois estas, por vezes, se realizam a partir do paradigma das relações individualizantes e são privilegiadas nas situações de ensino. Desse modo, mesmo tendo avanços em termos

de ações para a democracia, encontramos limites em que as ações ainda são individuais e não valorizam a coletividade.

De fato, no Estado capitalista, a concorrência e a competição existem para gerar uma busca por privilégios, onde a formação escolar pode ser um caminho para atingir esse, mas nem todos socialmente têm condições. Para tanto, o Estado capitalista, vai produzir ideias na busca de formar uma mentalidade competitiva, bem como as formas e práticas de meritocracia, porém, aqueles que vem de origem privilegiada, terão melhores condições para atingir seus objetivos na formação escolar e profissional.

Conforme Dourado (2011), no caso brasileiro, demarcado historicamente por um Estado patrimonial, as reformas educacionais propiciaram às arenas tradicionalmente do poder político alguns ajustes na direção da mercantilização das condições sociais, agravando mais ainda o horizonte das conquistas sociais, ao transformar direitos em bens, subjugando seu usufruto ao poder de compra do usuário e mercantilizando as lutas em favor da cidadania pelo culto às leis do mercado.

Segundo Oliveira (2014), todos, indistintamente, possuem um papel coletivo e particular para que se garanta uma prática educacional e pedagógica afinada com os fundamentos filosóficos que dão contorno à escola. É na prática social, no caso, a educacional, que se constitui a consciência coletiva, que nos leva à união em torno de um bem comum ou de uma tarefa comum. Assim sendo, todos e cada um têm sua importância na busca de novos caminhos para a educação em âmbito geral e para a escola, em âmbito específico em termos democráticos na nossa sociedade. Assim, um ponto fundamental que a autora destaca, é a questão da prática social democrática, pois esse é o caminho para a escola seguir no sentido de fazer valer as liberdades de expressões, a autonomia dos alunos, dos professores na busca por uma formação intelectual mais ampla alinhada aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Para que essas práticas sejam desenvolvidas, é preciso estarmos em um ambiente que possibilite esse desenvolvimento, onde todos os integrantes da instituição escolar possam ter liberdade para construir suas ideias e pensamentos mais livres e democráticos. Podemos dizer que a democracia não é uma concessão, mas sim uma livre realização em um espaço de coletividade, em que todos podem falar e expressar suas opiniões políticas e expressarem-se a partir das suas diferenças de posições, pensamentos, modos de vida e diferentes concepções. Porém, os princípios basilares da democracia devem ser mantidos e preservados, não se tolerando posições e ações discriminatórias, violentas e de rompimento com os princípios democráticos.

A democracia, ao ser um princípio que orienta o Estado Democrático, foi uma conquista histórica da sociedade civil brasileira, pois durante mais de duas décadas viveu-se em um regime fechado e com práticas sociais e políticas autoritárias, em que o uso da força física e da violência, eram comuns e vários grupos sociais, movimentos ou organizações populares e de trabalhadores foram perseguidas de forma violenta por parte das autoridades estatais. Por isso, era preciso continuar as lutas para que se atingisse um modelo de sociedade e de instituição estatal que pudesse dar conta minimamente de atender os anseios de uma sociedade que sofreu duros golpes com a implementação de governos ditatoriais em nosso país.

Seguindo as ideias de Diógenes (2011), esta afirma que é consenso entre os estudiosos, o fato de que a gestão democrática no Brasil foi implantada em um cenário de conquistas históricas, no que diz respeito ao campo da educação. Neste sentido, recuperou-se aqui, a tessitura histórica da década de 1990 em que a gestão democrática foi inserida como elemento fundante das políticas educacionais no panorama de enxugamento do Estado brasileiro, levado a efeito por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Neste caso, podemos citar também A Constituição de 1988, que define a gestão democrática como base para a organização das escolas públicas no Brasil, essa premissa está explicitada na referida carta no seu artigo 206 que trata mais especificamente desse modelo de gestão.

Outro ponto importante apontado por Diógenes (2011), é quando esse modelo de gestão foi implantado no Brasil (em meados de 1990), o país estava sob a égide formal da democracia representativa havia quase dez anos e, segundo a autora, respirava-se um clima de liberdade política e grupos políticos e econômicos, bem como a mídia televisiva e impressa, acentuaram o discurso de derrubada do governo “*collorido*” de Fernando Collor de Melo. Em verdade, a gestão democrática foi recebida com “*louvores*” e pouquíssimos trabalhos problematizavam-na, ou a relacionavam com a premissa de enxugamento do Estado brasileiro que se divisava no horizonte próximo que já expressava em ações e políticas o movimento de redução do Estado.

Segundo Andrade (2011), é preciso observar que hoje as políticas públicas estão se mesclando bastante, por força de seus atores, e, mesmo internamente apresentam contradições e conotações diferenciadas do que seja educação, Estado e sociedade. E, mesmo utilizando outros termos, a ideia de “gestão democrática” tem perpassado como valor nas políticas públicas de educação, talvez muito mais por conta dos marcos legais do que mesmo como propósito efetivamente comprometido com a qualidade e formação cidadã.

Assim, podemos entender, que na escola pública brasileira o que deve ser consolidado é uma gestão democrática que possa dar conta de atender a realidade de sua comunidade e de seus alunos e assim estimular a participação de todos. Neste caso, a escola também estaria cumprindo uma função política, pois não tem como pensar a escola, suas relações sociais no âmbito da democracia representativa sem uma formação política, pois a própria educação está inserida nessas relações.

Por outro lado, Paro (2016) reforça esse argumento, ao afirmar que, se quisermos caminhar para essa democratização, precisamos superar a atual situação que faz a democracia depender de concessões e criar mecanismos que construam um processo coerentemente democrático na escola. Embora essa não seja uma tarefa fácil, parece que o primeiro passo na direção de concretizá-la deve consistir na busca de um conhecimento crítico da realidade.

Lima (2000) ao tratar da gestão democrática, nos orienta que não se trata, portanto, de estabelecer prioridades bem definidas ou de considerar que a democratização da organização escolar só será viável após a prévia democratização da administração do sistema educativo. De fato, uma e outra encontram-se implicadas, mas é possível, a dado momento, registrar maiores avanços numa do que na outra e aceitar que a iniciativa de uma pode influenciar e facilitar positivamente a mudança da outra. Por isso, percebemos que no Brasil, antes de existir a legislação para legitimar a gestão democrática nas escolas, a sociedade civil organizada cobrava das autoridades constituídas do Estado por uma escola pública com qualidade. Sendo assim, o autor argumenta que uma pode diretamente influenciar a outra, mas o referido processo ao nosso ver só vai ser legitimado a partir das lutas reivindicativas dos principais interessados.

Outro ponto importante e que vem sendo discutido de forma mais organizada e sistemática por um conjunto de pesquisadores brasileiros, como é o caso de Chaves (2022, et. al); Duarte (2022, et. al) que trazem contribuições importantes para pensarmos questões sobre a nova forma de gestão da educação, bem como demonstrando formas e distinções entre a gestão democrática e a gestão gerencial da educação no Brasil. Ainda assim, a partir das reflexões de Souza (2019), a gestão traduz as concepções políticas e dá materialidade a elas, seja por meio da implementação da macropolítica educacional, seja por intermédio do reconhecimento de que a gestão é arena para a disputa do poder na própria escola.

CAPÍTULO III

TESES E DISSERTAÇÕES NO PERÍODO DE 2018 A 2021 NA BDTD: UM RECORTE SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

*Somos sempre um empenho de viver.
Viver é deixar-se libertar para o empenho. Liberando as condições de viver, a
existência se dá como penhor de todo empenho e desempenho.
É a questão!
E por isso também é a questão que mora no fundo das questões sobre ensinar e
aprender.*

Emmanuel Carneiro Leão.

Neste capítulo temos como objetivo principal apresentar a análises dos resultados da pesquisa realizada na BDTD entre os anos de 2018 e 2021 sobre a gestão democrática na escola básica, no sentido de evidenciar a produção de pesquisas em Programas de Pós-graduação em Educação sobre gestão democrática, no período de embates ideológicos, institucionais e políticos que vivemos no Brasil. A BDTD é uma plataforma digital em formato de biblioteca virtual que arquiva estudos de pesquisadores brasileiros de produção acadêmica das universidades de todo o país.

A partir de uma revisão sistemática de teses e dissertações, separadas por títulos e resumos e posterior refinamento da busca, foi realizada a distinção das produções por regiões, estados, instituições, bem como a partir dos objetivos específicos evidenciados na Introdução desta dissertação, foram realizadas análises das produções selecionadas. O capítulo está dividido em três itens no sentido de dar coerência e coesão à exposição, ou seja, faz uma explicação sobre a abordagem metodológica realizada na busca das pesquisas na BDTD; apresenta, analisa e discute dados quantitativos e pontuais sobre os trabalhos encontrados, por regiões, tipos de trabalhos e IES; realiza análise dos resumos das pesquisas selecionadas, à luz de fundamentos levantados em autores de referência e já apresentados neste trabalho, especialmente Paro (2014; 2016; 2018).

3.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa na BDTD e para análise dos trabalhos selecionados

Este item em questão procura focalizar de modo mais específico a pesquisa e estudo realizado na BDTD. Essa plataforma reúne um conjunto de pesquisas realizadas no Brasil em campos variados do saber e com perspectivas teóricas e metodológicas

distintas. Nosso objetivo foi realizar um levantamento sobre pesquisas recortadas sobre a gestão democrática na educação básica no período delimitado entre (2018-2021) para, a partir daí compreender problemáticas e entendimentos produzidos sobre o tema, em especial por termos vivido, nesse período, ataques frontais à democracia, bem como à escola pública básica, aos professores e ciência.

Como parte inicial deste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos que foram utilizados para levantamento geral das teses e dissertações recolhidas na BDTD, pois além das obras e autores de referência já trabalhados em toda a construção teórica e conceitual, ao longo desta dissertação, trabalhamos a partir do levantamento de dados e a interpretação (análise) dos mesmos à luz desse nosso referencial teórico.

Desta forma, a pesquisa foi realizada na BDTD utilizando descritores conectados diretamente ao tema central dessa pesquisa que é a gestão democrática na escola básica para chegar aos resultados esperados. No primeiro momento, utilizamos o descritor mais abrangente: “gestão democrática na escola básica” e encontramos 334 trabalhos que foram produzidos no Brasil no período. Na busca avançada delimitamos por título para o período de 2018 - 2021 em que foi encontrado um percentual menor de 83 trabalhos entre teses e dissertações que foram publicados em todo o Brasil (Apêndice 1). Posteriormente, utilizamos mais dois filtros da busca avançada que foram: “programas de pós-graduação em educação” e chegamos a um resultado de 55 teses e dissertações. Quando realizamos a delimitação pelo período de “2018 – 2021”, chegamos a um resultado que culminou em 21 produções acadêmicas, sendo que são 4 teses e 17 dissertações de mestrado encontradas (Apêndice 2).

Em momento posterior fizemos uma nova pesquisa na BDTD a partir da técnica de pesquisa booleana. Nesta pesquisa utilizamos o operador “and” com os descritores: gestão democrática “and” escola básica, neste caso, utilizamos o filtro “todos os campos” e chegamos a um resultado de 19 trabalhos entre teses e dissertações. A seguir delimitamos pelo período referente a nossa pesquisa e o resultado foi de 05 produções acadêmicas, sendo 05 dissertações de mestrado. Uma vez que 04 dissertações estavam repetidas em nossa busca avançada inicial na BDTD, consideramos apenas 02 trabalhos da pesquisa booleana, 01 dissertação. Nesse sentido, finalizamos com 21 pesquisas entre teses e dissertações que foram selecionadas a partir dos critérios adotados para seleção para esse trabalho.

Em termos metodológicos, para a análise dos trabalhos selecionados, elencamos categorias que estavam presentes nos resumos dos trabalhos, observadas a partir do referencial teórico adotado, em especial Paro (2014; 2016; 2018), para o estudo das teses e dissertações definidos, sendo eles: base legal que fundamenta a gestão democrática, conselho escolar, eleição de diretor, participação na gestão, projeto político-pedagógico, participação público-privado na gestão da escola pública. Todas essas categorias estão relacionadas diretamente ao nosso objeto de pesquisa e lançamos mão de um conjunto de autores nos capítulos anteriores, bem como de conceitos e discussões teóricas e metodológicas que se ligam diretamente ao objeto investigado.

A partir dos descritores iniciais de análise, foi possível trilhar um caminho metodológico de forma mais sistemática e organizada com o objetivo de ter acesso às dissertações e teses. A partir do acesso à BDTD e da metodologia adotada, foi possível realizar a “mineração de dados” e, também, identificar os trabalhos encontrados por regiões do Brasil, a região Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, bem como do Nordeste brasileiro e as IES correspondentes.

Dentro dessa perspectiva de análise, a forma encontrada foi ler e interpretar os resumos dessas dissertações e teses, pois foram partes fundamentais para que pudéssemos entender o processo de construção e produção das pesquisas. Ferreira (2002), nos explica sobre a importância dos resumos das pesquisas produzidas, no sentido de informar sobre os temas, pressupostos teóricos adotados, metodologias e resultados. Ao fazer uma análise sobre o caminhar das pesquisas e a produção de resumos, a autora comenta que:

A história da pesquisa acadêmica revela que as primeiras dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas na década de 1970 e na primeira metade da de 1980 raramente traziam o resumo como texto autônomo que apresentasse o trabalho. Há caso encontrado, por exemplo, do resumo estar junto com as conclusões do trabalho, como o de Garrido (1979), que aponta o quinto e último capítulo de sua dissertação com o título “Resumo e Conclusões”. Na fase de amadurecimento da produção acadêmica, torna-se mais frequente encontrar o resumo no interior do trabalho. Assim, o resumo vincula-se a uma série de dispositivos de escrita e impressão (capa, título, página de rosto, índice, dedicatória, agradecimentos, a pesquisa em si, bibliografia) de cada dissertação ou tese que o coloca como um a mais entre outros (dispositivos). (FERREIRA, 2002, p. 263).

Os resumos ocuparam posições diferentes no corpo do texto da exposição das pesquisas ao longo dos anos e ganharam maior destaque nas exposições das pesquisas atuais. Porém, a autora ainda pondera que:

Na realidade, os resumos mostram uma rede de motivos implicada em operações de selecionar e organizar o material a ser divulgado, que os tornam

diversificados e multifacetados, resultados de diferentes operações (cortes e acréscimos) feitas a muitas mãos, por diferentes motivos totalmente desconhecidos do leitor. (FERREIRA, 2002, p. 263).

Ferreira (2002, p. 264), aponta questões importantes sobre a metodologia de análise de resumos para pesquisas que realizam o Estado da Arte ou Estado do Conhecimento sobre um determinado tema, período histórico, lugar de acesso (catálogo, plataforma, anais, revista científica, dentre outros), quais sejam:

[...] é que sob aparente homogeneidade, há grande heterogeneidade entre eles (os resumos) explicável não só pelas representações diferentes que cada autor do resumo tem deste gênero discursivo, mas também por diferenças resultantes do confronto dessas representações com algumas características peculiares da situação comunicacional, como alterações no suporte material, regras das entidades responsáveis pela divulgação daquele resumo, entre outras várias.” [...].

Há resumo mais enxuto, menor e com uma configuração mais padronizada do gênero a que pertence [...].

Há resumos com características típicas de uma narrativa (narrar o percurso do narrador, narrador do tipo 1ª pessoa, mais caracterização dos sujeitos pesquisados), que sugerem uma certa relação estabelecida entre o autor e a própria pesquisa. [...].

Há resumos diferentes de uma mesma pesquisa que revelam intervenções de ordem tipográfica/impressão quando produzidos no interior de uma tese de doutorado ou dissertação de mestrado [...]. (FERREIRA, 2002, p. 264).

A autora observa variantes e diferenças nas formas, modos de apresentação, linguagem, tamanhos, características distintas de resumos que, sob a aparência de que analisar resumos de pesquisas encontraremos uma fonte homogênea de informações, na verdade há grande heterogeneidade de marcas textuais, explicada por variados fatores.

Ferreira (2002) nos dá alguns elementos que confirmam a escolha de resumos como fonte confiável para a análise de trabalhos de pesquisas no que se refere a encontrar o tema e aponta os momentos vivenciados pelos(as) pesquisadores, sendo um primeiro momento o da interação com a produção acadêmica por meio da “quantificação e de identificação de dados bibliográficos, com o objetivo de mapear essa produção num período delimitado, em anos, locais, áreas de produção.” (FERREIRA, 2002, p. 265). A autora ainda afirma que esse é um momento de “certo conforto”, pois os dados objetivos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa serão mapeados, bem como resultam do uso de categorias, descritores ou palavras chaves referentes ao tema e problema.

Ferreira (2002) destaca como o segundo momento dos (das) pesquisadores (as):

Um segundo momento é aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento.

Aqui, ele deve buscar responder, além das perguntas “quando”, “onde” e “quem” produz pesquisas num determinado período e lugar, àquelas questões que se referem a “o quê” e “o como” dos trabalhos.

A opção metodológica adotada para esse trabalho foi a da leitura, interpretação e análise dos resumos das teses e dissertações selecionadas. Fundamentando essa decisão, as argumentações apresentadas no texto de Ferreira (2002), nos auxiliam na explicação dessa definição quando a autora sustenta a possibilidade concreta de uso dos resumos das pesquisas como fonte significativa para analisar teses e dissertações. A autora afirma que:

Ancorando-nos em Bakhtin²³ (1997), podemos ler **cada resumo como um dos gêneros do discurso ligado à esfera acadêmica, com determinada finalidade e com certas condições específicas de produção**. Cada resumo é lido como um **enunciado estável delimitado pela alternância dos sujeitos produtores, pela noção de acabamento de todo** e qualquer enunciado e pela relação dos parceiros envolvidos em sua produção e recepção. Enquanto gênero do discurso, **cada resumo é lido pelos elementos que o constituem (conteúdo temático, estilo verbal e estrutura composicional), fundidos no todo que é o enunciado**. Por outro lado, **assumindo o princípio de dialogismo de Bakhtin, cada resumo é lido como participante de uma cadeia de comunicação verbal**, onde suscita respostas e responde a outros resumos. (FERREIRA, 2002, p. 267, grifos nossos).

A partir dessas compreensões e ponderações, bem como com o intuito de retirar informações mais precisas desse tipo de gênero textual, o resumo, procedeu-se com a leitura, interpretação e análise do material coletado fazendo relações com a teoria estudada e desenvolvida neste trabalho. Nesse sentido, na leitura dos resumos do recorte das pesquisas selecionadas, foi possível identificar que estas apresentam uma perspectiva crítica da realidade social e da política brasileira e, ao mesmo tempo, compõem produção de conhecimento que contribui para o desenvolvimento dos saberes escolares, educacionais e pedagógicos. Diante disso, estas trazem produções do conhecimento pois tratam de diversos fundamentos que envolvem, dentre outros, da democracia como forma de poder e de organização. Foi possível retirar, pela leitura e análise dos resumos, categorias importantes das pesquisas selecionadas a partir da metodologia adotada, como: *a) base legal; b) conselho escolar; c) eleição de diretor; d) participação na gestão; e) projeto político-pedagógico e f) relação público-privado*, como pontos importantes sobre essa temática e que se alinham intrinsecamente à concepção de gestão democrática da escola aqui adotada e referenciada por Paro (2014; 2016; 2018). Nossa intenção foi de,

²³ Nosso estudo não faz referência a Bakhtin ou mesmo nos aprofundamos em suas teorias. Nos apropriamos aqui do recorte que Ferreira (2002) faz a esse autor, por entendermos que toda a argumentação realizada em toda a exposição da autora sobre essa questão e outras atinentes à pesquisa, são coerentes e consonantes ao percurso metodológico adotado para essa pesquisa.

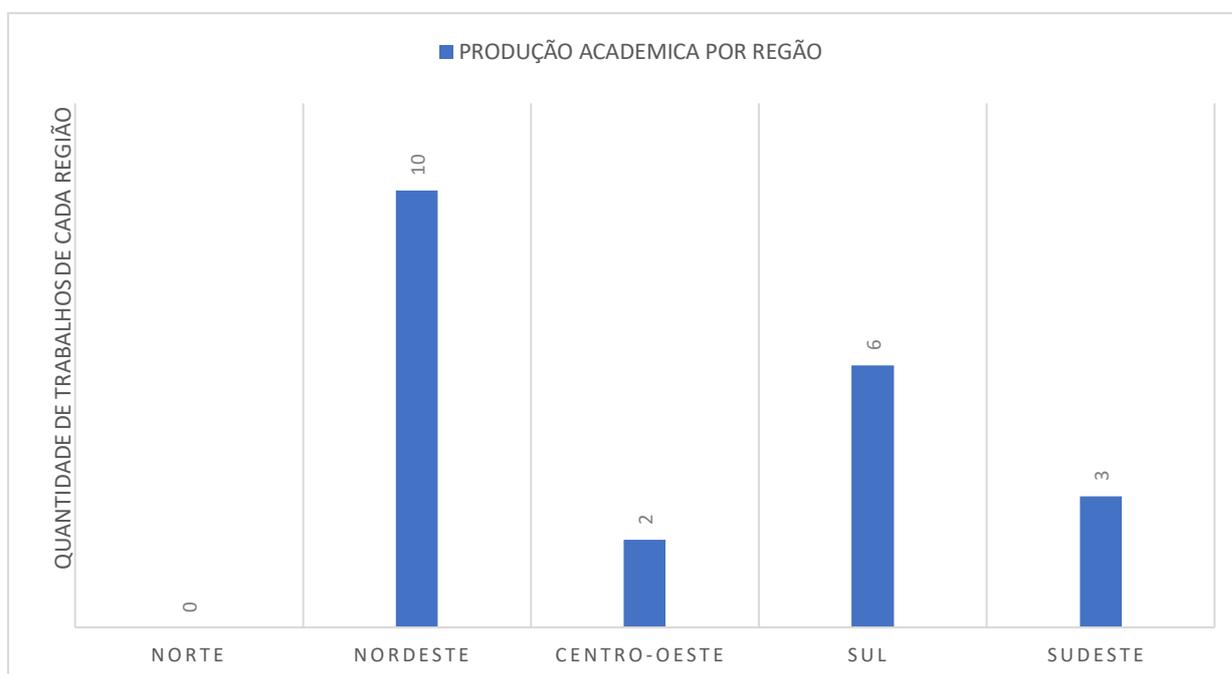
ao invés de proceder com uma busca e análise tentando encontrar pontos e elementos pré-concebidos, proceder com a intenção de verificar o que se ia encontrar nas produções selecionadas. Nesse sentido, as categorias encontradas emergiram dos textos dos resumos e nos deram base para análise dos trabalhos.

3.2 Elementos quantitativos e qualitativos do conjunto de teses e dissertações encontradas

Ao refinar a busca, compreendemos que temos pesquisas mais específicas sobre o tema em questão. Nesse sentido, ao realizar a delimitação, passamos a ter mais fontes de informações sobre concepções tanto dos autores que trabalham conceitos ou teorias, como informações nas quais podemos interpretar e a partir destas produzir novas informações para a construção da perspectiva de análise sobre o objeto investigado.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a produção acadêmica de teses e dissertações por região do Brasil sobre a gestão democrática na escola básica.

Gráfico1- Produção acadêmica por região do Brasil na BDTD. Gestão democrática da educação na escola básica de 2018-2021.



Fonte: Dados dos trabalhos selecionados na BDTD. Elaboração própria.

Nos dados pesquisados, na região Centro Oeste foram encontradas cinco pesquisas. Na região Nordeste, temos uma quantidade de 21 trabalhos, ou seja, três vezes mais que na região anterior. Um dado interessante e que demonstra que nesta região foram feitas poucas pesquisas sobre o tema que recortamos, é na região Norte, onde aparece

somente um único trabalho. Na região Sudeste, onde estão os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, apresenta somente oito trabalhos, apesar de estarem localizadas universidades de referência no país, sua produção é bem inferior à região Nordeste e Sul. Desta forma, a região Sul é a que apresenta um maior número de pesquisas realizadas, pois nesta foram produzidos 21 estudos relacionados ao tema que especificamos.

De forma geral, podemos perceber a importância de estudos que tratam da gestão democrática na escola básica e suas implicações, isto demonstra a busca para compreender a escola pública básica em termos de sua organização, gestão, da gestão democrática, dos conselhos escolares, da participação política da comunidade, de uma formação cidadã dos indivíduos que estão sendo formados na escola brasileira. De outro modo, a educação pública brasileira, tem sido discutida além dos pesquisadores, pois tanto a sociedade, seus grupos sociais e movimentos sociais tem se preocupado com a educação pública do país, principalmente pela questão do acesso, da sua universalização, da participação política das famílias e de um conjunto variado de temas que envolvem tanto a sociedade como a escola.

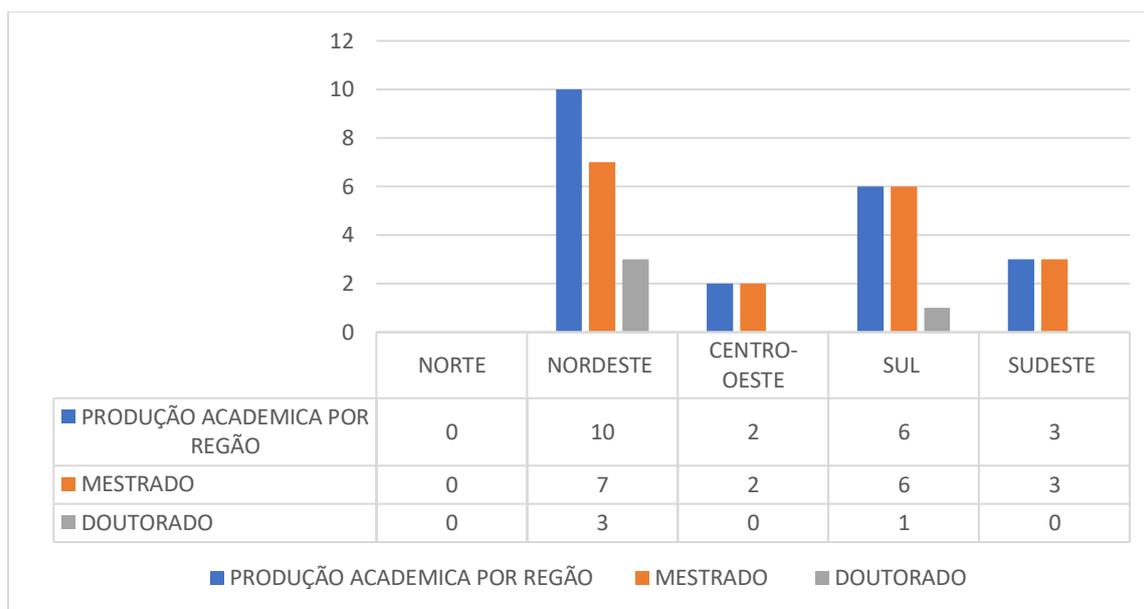
Por fim, podemos dizer que no Gráfico 1 as pesquisas relacionadas ao tema específico estão distribuídas de forma irregular nas 5 regiões do país, mas que de forma geral, são trabalhos que vêm contribuir de forma pontual para a divulgação do conhecimento tanto social, histórico, educacional e pedagógico, pois as temáticas inseridas nessas pesquisas trazem contribuições tanto sociais como científicas e contribuem com a construção do entendimento sobre gestão democrática da escola básica.

Dentro dessa perspectiva de pensar as questões mais amplas que envolvem a gestão democrática e a democratização da escola básica, podemos citar Lima (2001), a construção da escola democrática constitui, assim, um projeto que não é sequer pensável sem a participação ativa de professores e alunos, mas cuja realização pressupõe a participação democrática de outros setores e o exercício da cidadania de outros atores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em co-construção. Relacionando as ideias de Lima, estas estão em consonância com grande parte dos trabalhos de dissertações e teses encontradas no banco da BDTD para essa pesquisa, pois estas também defendem a democracia em termos de organização política da sociedade, bem como da escola, pois historicamente, a sociedade brasileira, seus grupos sociais e movimentos sociais lutaram em favor de uma sociedade e uma escola democrática, então, quando um pesquisador ou pesquisadora realiza um estudo de tese ou dissertação em que

reflete essa temática da democracia na escola, este ou esta vem contribuir para pensarmos esse conjunto de fenômenos e atores que envolvem a escola, sua estrutura, organização, mas sempre pensando no caminho da democracia participativa e cidadã.

Posteriormente, no Gráfico 2 a seguir, apresentamos de forma mais específica, por tipo de trabalho, teses e dissertações por regiões.

Gráfico 2- produção acadêmica por tipo de trabalho sobre a gestão democrática na escola básica na BDTD de 2018-2021.



Fonte: Dados dos trabalhos selecionados na BDTD. Elaboração própria

Na totalidade dos trabalhos selecionados, a região Centro Oeste há duas teses de doutorado e três dissertações de mestrado, logo depois, temos a região Nordeste com cinco teses de doutorado e dezesseis dissertações de mestrado. A região Norte do Brasil é a que apresenta o menor conjunto de trabalhos produzidos em todo o período pesquisado, onde temos somente 01 dissertação de mestrado. Na região Sudeste, temos, então, duas teses de doutorado e seis dissertações de mestrado. A região Sul apresenta duas teses de doutorado e dezenove dissertações de mestrado, neste caso, podemos dizer que é um número expressivo em relação ao restante das outras áreas pesquisadas. Observe o quadro a seguir.

Quadro 2- Teses e dissertações por regiões e instituições de educação superior

IES	REGIÕES							
	NORTE	QTDE	SUL	QTDE	SUDESTE	QTDE	CENTRO-OESTE	QTDE
	UFC	2	UFMS	2	PUC SP	1	PUC GOIÁS (1)	1
	UFAL	1	UFPR	2	UFJF	1	UNB (1)	1
	UFPB	3	UTP	1	UFSCar	1		
	UFRN	1	UFFS	1				
	UFBA	2						
	UFMA	1						
SUB TOTAL	10		6		3		2	
TOTAL GERAL	21							

Fonte: Dados dos trabalhos selecionados na BDTD. Elaboração própria

A Região Nordeste é a que apresenta o maior número de pesquisas em universidades, sendo 6 ao total com a incidência de 11 trabalhos selecionados no escopo dessa pesquisa e todas elas federais.

Das pesquisas selecionadas para esse trabalho, 2 são da Universidade Federal do Ceará (UFC) e conforme informações de seu site,

[...] é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Foi criada em 16 de dezembro de 1954, e instalada em 25 de junho do ano seguinte.” A UFC informa que “o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará – UFC é vinculado à Faculdade de Educação – FACED”. Conforme o site do PPGE, “as atividades acadêmico-científicas dos cursos ofertados pelo PPGE são organizadas e desenvolvidas por meio de nove Linhas de Pesquisa, organizadas em eixos temáticos.” São elas: Avaliação Educacional; Educação, Currículo e Ensino; Educação, Estética e Sociedade; Filosofia e Sociologia da Educação; História e Educação Comparada; História e Memória da Educação; Linguagem e Práticas Educativas; Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola; Trabalho e Educação.²⁴

Na UFAL, Universidade Federal de Alagoas, foi selecionada 1 pesquisa para análise nesse trabalho. A UFAL “foi fundada em 1961, tem cerca de 26 mil alunos matriculados nos 84 cursos de graduação, distribuídos em 23 Unidades Acadêmicas. Na pós-graduação, são 39 programas *strictu sensu* oferecidos, sendo 30 mestrados e nove doutorados, que contam com 2.312 alunos”.²⁵

²⁴ Dados transcritos de <https://www.ufc.br/> em 10 de março de 2023.

²⁵ Dados transcritos de <https://ufal.br/> em 10 de março de 2023.

Foram 2 trabalhos de pesquisas selecionados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A universidade foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955.

Conforme informações de seu site,

no ensino de graduação, a UFPB possui 130 cursos, sendo 119 presenciais e 11 na modalidade de educação a distância. O número de alunos é de aproximadamente 33 mil estudantes. No ensino de pós-graduação, a universidade contabiliza 137 cursos, sendo 40 doutorados e 60 mestrados acadêmicos, 4 residências médicas, além de 19 especializações, bem como 1 doutorado e 13 mestrados profissionais.²⁶

A UFPB tem 4 programas de Pós-graduação com 6 cursos, sendo 2 de Mestrado Acadêmico, 2 de Mestrado Profissional e 2 de Doutorado.

A Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN) foi criada em 25 de junho de 1958 e federalizada em 18 de dezembro de 1960. “Sua comunidade acadêmica é formada por mais de 43.000 estudantes e cerca de 5.500 servidores, entre técnico-administrativos e docentes efetivos, além dos professores substitutos e visitantes. Tem o Programa de Mestrado e Doutorado em Educação”, conforme site da universidade²⁷.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) foram encontrados 2 trabalhos atinentes a essa pesquisa. Conforme o site da universidade, a UFBA

[...] tem seu começo em 18 de fevereiro de 1808, quando o Príncipe Regente Dom João VI instituiu a Escola de Cirurgia da Bahia, primeiro curso universitário do Brasil. O ingresso da primeira turma no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (PPGE/UFBA) completou 50 anos em 2022. Nos anos 1980, com seu desenvolvimento, o PPGE planejou o Curso de Doutorado em Educação (implantado em 1992 e reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes] em 1995), com área de concentração em ‘Docência e Produção Científica’²⁸.

Da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), foram selecionados 2 trabalhos para essa pesquisa. A UFMA

[...] tem sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís, fundada em 1953, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís, inicialmente sua mantenedora. Somente na década de 1960 ela é federalizada. A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) possui atualmente 53 Programas de Pós-Graduação. Destes, 30 programas com cursos de Mestrado Acadêmico, 7 programas com cursos de Mestrado e Doutorado acadêmicos, 4 programas com curso de Doutorado acadêmico, 11 programas com cursos de mestrado profissional, 1 programa com cursos de Mestrado e Doutorado profissionais²⁹.

²⁶ Dados transcritos de <https://www.ufpb.br/> em 10 de março de 2023.

²⁷ Dados transcritos de <https://www.ufrn.br/> em 10 de março de 2023.

²⁸ Dados transcritos de <https://www.ufba.br/> em 10 de março de 2023.

²⁹ Dados transcritos de <https://portalpadrao.ufma.br/ageufma/pos-graduacao/programas-e-cursos-de-pos-graduacao-stricto-sensu> em 10 de março de 2023.

Na Região Sul, são 4 as universidades federais que têm trabalhos selecionados para essa pesquisa, com a incidência de 6 trabalhos no total.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) foram selecionados 2 trabalhos. A UFMS

[...] foi idealizada e fundada pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho, foi criada pela Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria – USM. A solenidade da criação da Universidade de Santa Maria ocorreu em Goiânia, na sacada do Palácio das Esmeraldas, em 18 de dezembro de 1960. Já a cerimônia de instalação da Universidade em Santa Maria ocorreu em 18 de março de 1961. O curso de Pós-Graduação em Educação está localizado em Campus Camobi – UFSM na modalidade Mestrado – Presencial. A área de conhecimento do curso é classificada como Educação. O curso de Pós-Graduação em Educação está localizado em Campus Camobi – UFSM na modalidade Doutorado – Presencial. A área de conhecimento do curso é classificada como Educação.³⁰

Na Universidade Federal do Paraná (UFPR) foram selecionados 2 trabalhos para essa pesquisa. O site da universidade informa dados históricos sobre sua criação, considerada a mais antiga universidade do Brasil.

No dia 19 de dezembro de 1912, Victor Ferreira do Amaral e Silva liderou a criação efetiva da Universidade do Paraná. Em 1913, a universidade começou a funcionar como instituição particular. Com a Primeira Guerra Mundial (1914) vieram a recessão econômica e as primeiras dificuldades. Dentre elas uma lei que determinava o fechamento das universidades particulares, numa tentativa do Governo Federal de centralizar o poder sob as instituições de ensino superior. Durante cerca de 30 anos buscou-se restaurar a universidade. Restaurada a universidade, em 1946 iniciou-se a batalha pela sua federalização. Flávio Suplicy de Lacerda, reitor à época, mobilizou as lideranças do Estado e, em 1950, passou a chamar-se Universidade Federal do Paraná, uma instituição pública e gratuita.³¹

Da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) foi selecionado um trabalho para análise nessa pesquisa. A UTP é uma universidade privada, criada no governo FHC em 7 de julho de 1997. A UNT “[...] oferece 34 cursos de graduação, sendo 9 superiores de Tecnologia, quatro mestrados e três doutorados”³². Tem aproximadamente 10 mil alunos que estudam em quatro campi da instituição e 447 professores.

Da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) temos 1 trabalho para análise encontrado sob os critérios adotados nessa pesquisa. Conforme seu *site*,

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma instituição de ensino superior pública, popular e de qualidade. Criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, a UFFS abrange mais de 400 municípios da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul – Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. [...] Contando com mais de 50 cursos de

³⁰ Dados transcritos de <https://www.ufsm.br/>

³¹ Dados transcritos de <https://www.ufpr.br/portafulpr> em 10 de março de 2023.

³² Dados transcritos de <https://utp.br/> em 10 de março de 2023.

graduação, a Universidade já ultrapassou a marca de 8 mil alunos e completou, em 2022, treze anos de história. [...] Atualmente são oferecidos 40 cursos de especialização, 33 residências médicas, 16 mestrados e 1 doutorado.³³

Na Região Sudeste, sob os critérios adotados para a busca de trabalhos nessa pesquisa, foram encontrados 3 trabalhos em 3 universidades, sendo uma privada e 2 federais.

Foi selecionado 1 trabalho da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para análise nessa pesquisa. A UFSCar

foi fundada em 1968 e foi a primeira instituição federal de Ensino Superior instalada no interior do Estado de São Paulo. A UFSCar oferece 64 cursos e um total de 2.897 vagas na graduação presencial. Além disso, conta com 52 programas de pós-graduação, 12 cursos de mestrado profissional, 44 de mestrado acadêmico, 31 de doutorado e 96 cursos de especialização. Há, no total, 26.935 alunos matriculados na Universidade: 15.518 de graduação presencial; 334 de educação a distância; 452 são alunos de mestrado profissional; 2.177 de mestrado acadêmico; 2.080 de doutorado; e 6.374 de especialização. E um total de 2.354 servidores, entre docentes e técnico-administrativos. São 1.324 docentes e 1.030 técnico-administrativos. (Dados de maio de 2018 disponível no site da universidade)³⁴.

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) é uma instituição privada, confessional e comunitária. Foi possível selecionar 1 trabalho de pesquisa sob o escopo das buscas realizadas para esse trabalho. A PUC SP

foi fundada em 1946, a partir da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento (fundada em 1908) e da Faculdade Paulista de Direito. A Pós-Graduação *stricto sensu* da PUC-SP conta com 30 Programas de Estudos Pós-Graduados, vinculados às respectivas Faculdades, de acordo com a área epistemológica do conhecimento. O Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC-SP iniciou suas atividades de Mestrado em 1975 e de Doutorado em 1990.³⁵

Da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), foi selecionado um trabalho para essa pesquisa. A universidade foi criada em 1960, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, a fim de tornar-se um polo acadêmico e cultural de uma região de 2,5 milhões de habitantes, no Sudeste do Estado de Minas Gerais, que tem como centro a cidade de Juiz de Fora.

Na UFJF são 45 programas de pós-graduação, sendo 15 cursos de mestrado acadêmico, 10 mestrados profissionais e 20 mestrados/doutorados. O Programa de Pós-Graduação em Educação mantém dois cursos regulares: o Mestrado e o Doutorado em Educação. O PPGE/UFJF organiza-se a partir de um eixo integrador, a área de concentração “EDUCAÇÃO BRASILEIRA: GESTÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS”. Esse eixo integrador desdobra-se em três linhas de pesquisa: *Trabalho, estado e movimentos sociais*;

³³ Dados transcritos de <https://www.uffs.edu.br/> em 10 de março de 2023.

³⁴ Dados transcritos de <https://www.ufscar.br/a-ufscar/apresentacao> em 10 de março de 2023.

³⁵ Dados transcritos de <https://www.pucsp.br/> em 10 de março de 2023.

*Linguagens, culturas e saberes; e Discursos, práticas, ideias e subjetividades em processos educativos*³⁶.

Da região Centro-Oeste somente foram localizados dois trabalhos para essa pesquisa. Um foi produzido no Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Em seu *site*, constam as seguintes informações:

Com estrutura acadêmica dividida em 5 escolas, oferece 43 cursos de graduação presenciais, 25 graduações a distâncias, 15 programas de pós-graduação – sendo 11 mestrados e quatro doutorados – e 21 especializações, em todas as áreas do conhecimento. Fundada em 17 de outubro de 1959, ainda como Universidade de Goiás, a instituição é mantida pela Sociedade Goiana de Cultura (SGC), da Arquidiocese de Goiânia. Em 1971, passa a contar com o termo “católica” em sua denominação. No seu cinquentenário, em 2009, veio o reconhecimento pontifício.³⁷

Outro trabalho de pesquisa foi produzido na Universidade de Brasília, no Distrito Federal. Em seu *site*, constam informações, como:

A Universidade de Brasília foi inaugurada, em 21 de abril de 1962, com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país. Possui Quatro campi, 12 institutos, 14 faculdades, 53 departamentos e 16 centros compõem a estrutura acadêmica da Universidade de Brasília (dados de 2014). Somam-se a essas unidades dezenas de núcleos e laboratórios destinados a práticas de ensino e pesquisa³⁸.

O Programa de Pós-Graduação em Educação (acadêmico) foi avaliado pela CAPES com nota 5 no último quadriênio (2013-2016), participa do Plano de Internacionalização da Capes (CAPES PRINT) e está estruturado em dois cursos: mestrado e doutorado. Atualmente tem também um curso de Doutorado Interinstitucional (DINTER) com a Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, iniciado em 06/06/2022.³⁹

Pontos importantes para a reflexão, a partir dos dados das universidades, é que todas elas estão consolidadas no campo da educação, bem como têm Programas de Pós-graduação *stricto sensu* com tempo substantivo de funcionamento e com programas diversificados em outras áreas de concentração, também, além da educação.

Sobre a incidência de mais trabalhos encontrados na região nordeste, possivelmente seja pela natureza dos programas de Pós-graduação em educação, pelos enfoques das linhas de pesquisas desses programas⁴⁰, porém, também é evidente a longevidade das IES nessa região.

³⁶ Dados transcritos de <https://www2.ufjf.br/ppge> em 10 de março de 2023.

³⁷ Dados transcritos de <https://www.pucgoias.edu.br/institucional/> em 10 de março de 2023.

³⁸ Dados transcritos de <https://www.unb.br/estrutura-academica/institutos> em 14 de março de 2023.

³⁹ Dados transcritos de <http://fe.unb.br/index.php/pos-grad/home-ppge> em 14 de março de 2023.

⁴⁰ É importante considerar que esse é um ponto que merece atenção para novas pesquisas, ou seja, estudos sobre programas de pós graduação *stricto sensu* e suas linhas de pesquisa, relacionados às produções no campo da educação.

Outro ponto que chama a atenção é que as pesquisas foram encontradas, em sua maioria, em universidades federais. Das 14 universidades, somente três eram privadas. Isso expressa a importância das universidades na produção de pesquisas, em especial das universidades públicas, nesse caso, federais.

No Brasil encontramos uma grande diversidade de Instituições de Educação Superior (IES), em que a maioria são privados, perfazendo um total de 87,6%. Em relação às IES públicas: 42,4% são estaduais (129 IES); 38,8% federais (118); e 18,8% municipais (57). A maioria de universidades são públicas, 55,2%. (BRASIL, 2020, p. 11-12).

A Tabela 1, a seguir, apresenta uma síntese dos dados sobre IES públicas e privadas por organização acadêmica e categoria administrativa.

Tabela 1 – Instituições de Educação Superior por organização acadêmica e categoria administrativa

INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA
E CATEGORIA ADMINISTRATIVA – 2020

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2020	2.457	112	91	12	310	140	1.752	40	n.a.

Fonte: BRASIL, INEP (2022, p. 11).

Sob um outro ponto, ao realizar a pesquisa na BDTD percebemos que encontramos menos teses em termos de quantidade e as dissertações de mestrado em número maior. Isto demonstra que mesmo em um contexto em que o governo no período não realizou amplos investimentos, retirou investimentos públicos das escolas públicas e universidades, os pesquisadores e pesquisadoras estiveram engajados em realizar pesquisa no sentido de entender a escola, a gestão democrática, a participação coletiva da comunidade na vida escolar, eleição de diretores, dentre outros elementos presentes nos resumos dos trabalhos pesquisados.

O Quadro 5, a seguir, apresenta os 21 trabalhos pesquisados separados em quantidades por categorias temáticas analisadas e que emergiram dos resumos:

Quadro 3 - Categorias temáticas surgidas nas Dissertações e teses

CATEGORIAS	TIPO DE TRABALHO		TOTAL
	M	D	GERAL
BASE LEGAL	16	5	21
CONSELHO ESCOLAR	8	3	11
ELEIÇÃO DE DIRETOR	3	4	
PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO	10	5	15
PROJETO POLITICIO PEDAGÓGICO	3	2	5
PARTICIPAÇÃO PÚBLICO PROVADO	2	0	2
TOTAL GERAL	35	19	54

Fonte: Quadro descritivo elaborado pelo pesquisador

De forma geral, as pesquisas refletem a realidade em que o país se inseriu no período compreendido entre (2018-2021) período em que chega ao poder um governo de práticas autoritárias e a defesa de um Estado autoritário, mesmo assim, um conjunto de pesquisas são produzidas nas universidades públicas, em especial, mesmo esta sendo atacada em sua função social e produção de ciência, tendo a retirada de recursos e financiamentos. Observa-se, nos dados obtidos nessa questão, que as teses e dissertações que tratam da gestão democrática na escola básica aqui analisados, que estão presentes os eixos fundamentais do debate da efetivação da democracia no espaço escolar, seus instrumentos, a legislação pertinente, bem como princípios que embasam os processos democráticos na escola. Nesse sentido, a pesquisa acadêmica revela, questiona e contextualiza histórica e socialmente o movimento de construção das práticas gestoras para a democracia no espaço escolar, ao mesmo tempo que ratifica no campo da ciência, da pesquisa fundamentada, a importância da continuidade da construção coletiva de entendimentos e práticas democráticas na sociedade e na escola.

Desse modo, é preciso continuar defendendo e ratificando a democracia, sua forma de organização, bem como da escola democrática, desde a sua gestão, da sua organização e da participação coletiva da comunidade, dos professores, alunos no sentido da insistência para as práticas sociais democráticas no ambiente da instituição escolar.

3.3 Elementos significativos encontrados nos Resumos das teses e dissertações

Nesse item apresentaremos a exposição a partir dos trabalhos pesquisados na BDTD a partir das categorias encontradas nos resumos das pesquisas selecionadas. As categorias destacadas são: base legal, conselho escolar, projeto político pedagógico, eleição de diretor, participação na gestão, comunidade escolar, participação público privado. Desta forma, temos um conjunto de categorias que se relacionam diretamente à gestão democrática da escola básica no Brasil, pois ao buscar uma compreensão sobre estes, passamos a ter uma visão mais ampla sobre a temática geral deste estudo, a partir das pesquisas selecionadas.

Sendo assim, apresentamos no Quadro 4, a seguir, as referências das teses e dissertações e posteriormente realizaremos uma análise dos resumos dessas pesquisas⁴¹.

Quadro 4 – Teses e Dissertações selecionadas

RELATÓRIO DESCRITIVO (2018-2021)					
TESES E DISSERTAÇÕES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO					
TEMÁTICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA BÁSICA					
Nº	ANO	TÍTULO	M/D	AUTOR	INSTITUIÇÃO
01	2018	A gestão das escolas do Ceará: paradoxo entre gestão democrática e o circuito de gestão orientada por resultados	M	FRANÇA, Aurilene Alves de	UFC
02	2018	A gestão democrática na escola municipal: o conselho escolar em questão	M	VARGAS, Ana Lúcia Silva	UFSM
03	2018	A gestão democrática na rede estadual de ensino de Arapiraca/AL: a atuação do conselho escolar	M	ALBUQUERQU, C india Maria Braga	UFAL

⁴¹ Na pesquisa realizada na BDTD, encontramos uma dissertação que não foi produzida em um Programa de Pós-graduação em Educação (critério para nossa seleção), mas que entendemos que realiza uma discussão pertinente ao tema da gestão democrática na escola. Porém, para sermos fidedignos com os critérios da pesquisa, não incluímos esse trabalho no conjunto dos que foram selecionados para análise. Fica, portanto, a indicação do trabalho para futuros estudos sobre o tema: LACERDA, Silvana Marcia Batista de. **A prática da gestão democrática em escolas públicas: Um estudo comparativo entre uma e escola pública militarizada e outra não militarizada de uma capital do Nordeste.** 2018, Dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Administração Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa, PB. 2018.

04	2018	Conselho escolar como estratégia de gestão democrática: discutindo as experiências dos conselhos escolares nos centros municipais de educação infantil em Natal/RN	M	NASCIMENTO, Luiz Carlos Ferreira do	UFRN
05	2018	É possível a gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de São Paulo?	M	ARCE, Priscila Damasceno	PUC SP
06	2018	Gestão democrática da educação: o pedagogo nas escolas municipais da Lapa – PR (2014-2017)	M	VEIGA, Edicléa	UTP
07	2018	Gestão democrática e eleição de diretores em escolas de educação infantil: estudo de caso na rede municipal de Santa Maria/RS	M	ALVES, Gilsilene Rony Pereira	UFSM
08	2018	Gestão democrática escolar: uma experiência em duas escolas públicas na rede municipal de João Pessoa-Paraíba	M	SILVA, Kátia Valéria Ataíde e	UFPB
09	2018	Gestão democrática na escola: percursos e percalços para a sua difusão.	D	TRINDADE, Rosaria da Paixão	UFBA
10	2018	O princípio da gestão democrática na implementação do projeto político-pedagógico (PPP): um estudo em uma escola da rede pública estadual de São Luís- MA	M	RAMOS, Melcka Yulle Conceição	UFMA
11	2018	O provimento ao cargo de direção escolar e suas implicações nos processos de gestão democrática da escola pública.	M	SANTOS, Leonardo Moraes dos	UFBA
12	2018	Os colegiados escolares e o discurso da gestão democrática: a situação da participação em uma escola estadual de Minas Gerais	M	RODRIGUES, Aline Ferreira	UFJF
13	2018	Gestão democrática e projeto político-pedagógico: aproximações nas escolas públicas no município de João Pessoa – PB	D	GUEDES, Marcia Lustosa Felix	UFPB
14	2019	A gestão democrática na escola pública : do discurso à prática do gestor	M	SOUZA, Patricia Silva	UNB
15	2019	Escolas do campo no Município de São Luis do Curu: limites e desafios da gestão democrática	M	TEIXEIRA, Antônio Braz	UFC

16	2019	Planos de gestão escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão	M	PALÚ, Janete	UFFS
17	2020	Conselho escolar como estratégia de gestão democrática: discutindo as experiências dos conselhos escolares nos centros municipais de educação infantil em Natal/RN	D	NASCIMENTO, Luiz Carlos F.	UFRN
18	2020	A política da participação estudantil em defesa da gestão democrática da educação	D	FALAVINHA, Karina	UFPR
19	2020	A escola não cabe numa planilha : implicações do programa jovem de futuro para a gestão Democrática da educação numa escola da rede estadual do Rio Grande do Sul	M	Carvalho, Scheiler Fagundes	UFRS
20	2021	Gestão democrática do ensino público: um paradoxo da democracia liberal burguesa? - o caso do Ceará	M	SILVA, Sonia de Oliveira da	UFC
21	2021	O conselho municipal de educação de São Roque/SP: a gestão democrática em debate	M	SILVEIRA, Viviane da Silva	UFSCAR

Fonte: Teses e Dissertações selecionadas para essa pesquisa na BDTD

A análise realizada nesse item e a própria construção do texto analítico, fará referência aos pesquisadores que produziram as pesquisas selecionadas para análise nessa dissertação e que estão dispostos no Quadro - 2, acima. Como já explicitado, apresentamos as análises a partir dos Resumos das teses e dissertações.⁴²

No que se refere a base legal, apenas dois trabalhos se referem mais diretamente a esse termo, mas associado a gestão democrática da escola, pois para poder fundamentar teoricamente e documentalmente uma concepção a autora, utiliza as leis brasileiras que estão ligadas mais diretamente as formas da legislação que atuam para legitimar a gestão democrática na escola. Sendo assim, essa base legal é toda a legislação existente no Brasil que legisla sobre a forma de organização da escola brasileira, ou seja, a gestão democrática. Desse modo, temos então, a própria Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e alguns municípios que a partir destas leis que são de âmbito nacional, adaptaram uma legislação municipal para a questão da gestão das escolas públicas nessa localidade.

⁴² Para melhor compreensão, decidimos apresentar os resumos das teses e dissertações no corpo do texto.

Tipo de documento: Tese de Doutorado: Trindade, Rosaria da Paixão. **Gestão democrática na escola: percursos e percalços para a sua difusão**. Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Educação de Salvador- 2018.

Resumo: No Brasil, o princípio da gestão democrática é assegurado na legislação, nas esferas federais, estaduais e municipais, como por exemplo na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, além dos planos educacionais. Tal princípio passa a ser replicado e ratificado na legislação federal de estados e municípios brasileiros. Durante cerca de três décadas, o princípio da gestão democrática vem sendo replicado em leis, diretrizes e documentos da educação brasileira. Neste contexto, a pergunta norteadora desta investigação é: A legislação e documentos educacionais brasileiros garantem a difusão do princípio da gestão democrática na escola? Esta questão problema encaminhou este estudo para seus objetivos. O objetivo principal busca: analisar a difusão do princípio da gestão democrática em escolas públicas municipais de Feira de Santana. E, através de três objetivos específicos, procura: discutir os mecanismos e/ou instrumentos de difusão, fomento e acompanhamento da gestão democrática nas escolas públicas municipais de Feira de Santana; analisar o alinhamento e desdobramentos da temática gestão democrática nessas escolas públicas municipais, a partir da legislação e documentos oficiais da educação; bem como compreender os sentidos atribuídos à gestão democrática pelos diversos segmentos envolvidos no processo educacional das escolas públicas municipais de Feira de Santana. Este estudo fundamenta-se nos temas: Gestão Democrática e Participação, Difusão, Memética, além da legislação educacional e diretrizes nacionais brasileiras. Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por uma metodologia que privilegiasse ouvir os sujeitos e explorar documentos e leis. Seguindo esta dinâmica, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, por entender que esta pode contribuir para uma maior aproximação entre o pesquisador, os sujeitos e o objeto de investigação, seu contexto e sua complexidade. Os resultados alcançados revelaram que, o princípio da gestão democrática é bem difundido entre documentos e legislação educacional dos sistemas, porém há lacunas e dissipação das informações nos documentos no âmbito das escolas. No que se refere à difusão entre documento - pessoas e pessoas- pessoas, a dissipação é mais acentuadas. Segmentos como alunos e funcionários desconhecem a legislação educacional e são, também, os que menos participam da tomada de decisões na escola.

Palavras chaves: Gestão democrática escolar, Mecanismos de participação e Práticas de mudança.

Desse modo, Trindade (2018) em sua pesquisa, no Brasil o princípio da gestão democrática é assegurado na legislação, nas esferas federais, estaduais e municipais, como por exemplo na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e dos planos educacionais. Sendo assim, essas leis passaram a existir no final dos anos de 1980 e depois de meados dos anos 1990, sendo que a gestão democrática na escola, passou a ser a forma comum de gerir uma instituição de ensino na educação básica, bem como em outras instituições de ensino público. Entretanto, podemos dizer que esse foi o ponto de partida de uma legislação no Brasil, que se tem um

pouco mais de 30 anos de uma discussão para implementação de um espaço democrático âmbito da escola pública brasileira.

De outro modo, podemos dizer que os princípios democráticos, também presentes no âmbito da sociedade civil, avançaram para o ambiente das escolas públicas e assim, vem se constituindo formas democráticas em ambos espaços, mas a escola pública necessita desenvolver em seu interior práticas democráticas, pois em muitas cidades os diretores/gestores de escola, ainda são indicados por partidos políticos e representantes locais.

Na forma de analisar a legislação no Brasil, Trindade (2018), aponta que esse princípio passa a ser replicado e ratificado na legislação federal de Estados e municípios brasileiros, pois durante o período de três décadas, o princípio da gestão democrática vem sendo replicado em leis, diretrizes e documentos na educação brasileira. Desse modo, podemos dizer que esse é um bom caminho, o caminho da inserção social, da democracia e gestão participativa na escola, pois ao ter acesso a uma educação pública que possa ser de qualidade, as crianças e jovens terão condições de ter uma boa formação escolar e consequentemente uma formação social e política em que, a partir destas, possam intervir na realidade em que vivem. Trata-se de um período recente da história política brasileira, de constituição do Estado Democrático de Direito no sentido da defesa e garantia de direitos, de maior liberdade e autonomia para os cidadãos.

Por fim, o outro trabalho que faz referência a base legal, tem semelhanças com perspectiva do anterior, pois trata da questão a partir de uma forma de organização da gestão democrática, isto quer dizer, que só existe uma gestão que possa ser democrática tendo uma base legal, ou seja, um conjunto de leis que possa ser respeitado e implementado no interior das instituições de ensino de todo o Brasil. Ainda assim, trata-se de uma construção coletiva, pois uma lei ou um conjunto de leis, não se faz ou se coloca em prática somente a partir de uma única pessoa, mas sim, de todos que vivem a sociedade civil na sua relação com o Estado. Então, é preciso que haja tensionamento constante para reverter processos sociais e de grupos antidemocráticos para que, inclusive a escola, cumpra também um papel político, que é possibilitar a formação política para seus alunos. É preciso então, a defesa do Estado Democrático e uma sociedade civil democrática no sentido da inserção social, política, educação na formação cidadã de todos que vivem e integram essa sociedade, bem como a escola pública no sentido de cumprir sua função social fundamental na vida dos seus alunos, que é uma formação humana integral e com possibilidades de autonomia intelectual.

Tipo de Documento: Dissertação de Mestrado: ALBUQUERQUE, Cíndia Maria Braga. **A gestão democrática na rede estadual de ensino de Arapiraca/AL: a atuação do conselho escolar**. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

Resumo: O estudo objetivou analisar se o caráter participativo, descentralizado e autônomo da gestão democrática está realmente sendo efetivado através dos Conselhos Escolares das escolas estaduais localizadas no município de Arapiraca. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa. Parte de um recorte temporal datado de maio a dezembro de 2017. Como mecanismos de coleta de dados foi feito uso da observação, de questionário e grupo focal. O referencial teórico utilizado parte dos estudos de Cury (2002; 2005), Dourado (2002; 2004; 2007), Libâneo (2007), Lima (2009), Lordêlo (2001), Lück (2011), Paro (2000; 2001; 2016), entre outros. Sendo assim, foi desenvolvido um breve resgate histórico tratando da reforma do estado e da educação. Apontou, também, aspectos gerais da gestão democrática e sobre as eleições para diretor/gestor, defendendo esta evolução como caminho para efetivação da gestão democrática. Versa, ainda, sobre gestão democrática e o Conselho Escolar, analisando as categorias descentralização, participação e autonomia. Além de analisar os dados da pesquisa de campo, trazendo inicialmente as características dos espaços investigados, para que se pudesse dar ênfase aos dados coletados através do questionário aplicado aos segmentos do Conselho Escolar, bem como daqueles adquiridos através do grupo focal realizado também com os conselheiros. O estudo revelou que avanços significativos têm ocorrido a partir da implementação da gestão democrática e, conseqüentemente, do Conselho Escolar. No entanto, ainda não se pode afirmar que há uma real efetivação na atuação do Conselho, no que se refere às escolas investigadas, pois ainda não há conscientização por parte de alguns segmentos (pais e alunos, principalmente) acerca da relevância do papel que desempenham, alcançar essa visão é papel de todos que compõe a escola direta ou indiretamente, uma vez que a gestão democrática depende dessa participação consciente. A fim de minimizar os aspectos que ainda não estão efetivados, faz-se indispensável promover formação para conselheiros de forma mais abrangente e frequente e, se possível, buscar analisar, em estudos posteriores, como essa formação ocorre para identificar possíveis formas de aprimoramento de seus resultados.

Palavras-chave: Gestão democrática, Escolas públicas – Alagoas, Cultura organizacional, Conselho escolar, Conselheiros – Formação.

A outra categoria que emerge da leitura dos resumos é conselho escolar, esse aparece em cinco trabalhos, mas tendo como proximidade a gestão democrática, pois para existir um conselho escolar a instituição deve ter sua organização baseada em um modelo de gestão democrática. Na forma de analisar um conselho escolar na perspectiva de Albuquerque (2018), afirma que tem que se perceber o caráter participativo, descentralizado e autônomo da gestão democrática e se esta está realmente sendo efetivada a partir dos conselhos escolares das escolas em que fazem parte, ou seja, cidade ou uma região. Neste sentido, a autora sugere que é indispensável promover formação

para conselheiros de forma mais abrangente e frequente e, se possível, buscar analisar, em estudos posteriores, como essa formação ocorre para identificar possíveis formas de aprimoramento de seus resultados.

Neste caso, podemos perceber que a escola deve ser também um laboratório de estudo, pois os estudos em relação a essa instituição devem girar em torno da sua relação com o público que esta atende, bem como da sua atuação como uma instituição pública que é financiada pelo Estado e assim, poder perceber e cumprir bem o seu papel formador. Neste sentido, a formação para conselheiros escolares amplia as possibilidades de participação de mais pessoas na gestão democrática da escola.

O Resumo da pesquisa a seguir também trata da questão da participação em Conselho Escolar.

Tipo de Documento: Dissertação de Mestrado: NASCIMENTO, Luiz Carlos Ferreira do. **Conselho escolar como estratégia de gestão democrática: discutindo as experiências dos conselhos escolares nos centros municipais de educação infantil em Natal/RN. 2018.** 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

Resumo: Esta dissertação analisa a gestão escolar democrática na diretriz implementada, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O estudo discute os encaminhamentos assumidos pela atuação dos membros dos Conselhos Escolares (CE) dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) da rede de ensino do município de Natal/RN. A institucionalização desse processo nos CMEI ocorreu, recentemente, pela promulgação da Lei Complementar nº 147, de 4 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a democratização da gestão escolar pública, na rede municipal de ensino do Município. Por adotar uma base teórico-metodológica dialética, esse trabalho funda-se nos estudos de: Paro (2016), Gadotti (2000), Bordenave (1992), Cabral Neto; Sousa (2008), Cury (2000), Kuhlmann Júnior (2000), Luck (2013), dentre outros autores. Metodologicamente utilizou o eixo da pesquisa qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 2015) e o suporte do levantamento bibliográfico-documental. A coleta dos dados empíricos foi realizada em quatro CMEI da capital potiguar, localizados geograficamente em zonas administrativas, que apresentam um número elevado de matrículas, no nível da Educação Infantil na Rede. A análise do material bibliográfico-documental, em consonância com os dados empíricos, possibilitou constatar que: a participação e o conhecimento dos conselheiros quanto à dinâmica administrativo-política e pedagógica do CMEI é reduzido e formalista; a prática de reuniões do CE em periodicidade regular e contínua não foi incorporada à dinâmica administrativa dos CMEI; os gestores definem as diretrizes de funcionamento do Colegiado; no exercício do CE, não existe a participação de membros da comunidade exógena e circunscrita à escola; e por fim, uma parcela dos membros da comunidade escolar consideram desnecessária a participação, direta ou indireta, das crianças no referente as atividades desenvolvidas pelo CE, e mesmo aqueles que admitem essa possibilidade, revelam dificuldade ou desconhecimento de como instrumentalizar essa participação. Concluímos que a participação da comunidade escolar nos CE dos CMEI é insuficiente, ocorre de forma semelhante a outros processos de democratização da gestão pública estatal, na sociedade capitalista, que se torna truncada em consequência de um sistema, no qual,

sobrevivem relações – econômicas, sociais e políticas – de poder com nuance autoritário, derivado das práticas burocrático-patrimonialista e gerencial de gestão. Contudo, é importante considerar que são gerados aspectos positivos que beneficiam os membros da comunidade escolar por meio da ampliação do conhecimento sobre a dinâmica administrativo-política da gestão escolar pública e a paulatina ampliação da participação nos colegiados deliberativos.

Palavras-chave: Gestão democrática; Conselho Escolar; CMEI; Participação.

A partir da pesquisa, Nascimento (2018) identifica que a participação e o conhecimento dos conselheiros quanto à dinâmica administrativo-política e pedagógica do CMEI é reduzido e formalista, que os gestores definem as diretrizes de funcionamento do colegiado, no exercício do conselho escolar, não existe a participação de membros da comunidade escolar, pois consideram desnecessária a participação, direta ou indireta das crianças no referente às atividades desenvolvidas pelo conselho escolar, e mesmo aqueles que admitem essa possibilidade, revelam dificuldade ou desconhecimento de como instrumentalizar essa participação. Neste caso, não é o gestor da escola que vai definir quem participa ou não do conselho, mas existe uma legislação e regulação que define essas ações e há necessidade de informações às famílias e comunidade escolar sobre meios e instrumentos para a participação. O que a pesquisa revela é que a participação em instâncias coletivas no espaço institucional de educação, no caso CMEI, ainda carece de informações, comunicação e compreensão sobre o sentido da gestão colegiada.

Rodrigues (2018), em sua exposição de pesquisa no Resumo a seguir, aponta que quando analisamos um colegiado escolar e refletimos porque um órgão de decisão partilhada nem sempre está colaborando para a articulação de uma gestão participativa.

Tipo de documento: Dissertação de Mestrado: Rodrigues, Aline Ferreira. **Os colegiados escolares e o discurso da gestão democrática: a situação da participação em uma escola estadual de Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação de Juiz de Fora. MG - 2018.

Resumo: A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão tem o objetivo de analisar possíveis fatores que dificultam a participação da comunidade escolar nas decisões em uma escola estadual mineira, principalmente quando analisamos o seu colegiado escolar e refletimos porque um órgão de decisão partilhada nem sempre está colaborando para a articulação de uma gestão participativa. Fazemos, primeiramente, uma descrição do cenário e o funcionamento do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca, referenciando sua caracterização no contexto macro dos órgãos colegiados com base no princípio da gestão democrática da Constituição Federal de 1988, no estabelecimento de uma gestão democrática na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2001/2014, bem como em outros marcos legais mineiros, como a Lei nº 7.109 de 31

de outubro de 1977, o Decreto nº 41.271 de 27 de setembro de 2000. A situação da participação e sua relação com a gestão da E.E. Nuvem Branca foi explorada por meio de questionários aplicados e, examinados com o olhar voltado para o contexto mineiro geral e o que a legislação regula sobre a gestão democrática e o funcionamento dos colegiados escolares. Por meio de uma pesquisa qualitativa, fizemos o levantamento de dados documentais (registros de reuniões, atas do colegiado escolar), estudos bibliográficos e pesquisa de campo. Nossa metodologia analisa a atuação dos membros deste Colegiado e as percepções destes com relação à gestão escolar, dentro da perspectiva de que suas ações e/ou ausências são impactantes nas relações escolares como promoção da participação e da gestão democrática da Escola Estadual Nuvem Branca. Apoiamo-nos em autores como Paro (1992; 2008a; 2008b) no que tange sua abordagem sobre democracia na escola pública, Dallari (1984) em seus conceitos de participação, mobilização e política e Luck (2000; 2009) e sua compreensão sobre os efeitos de uma gestão escolar nas ações que reflitam uma democracia ideal. Compreendemos, assim, que a análise da realidade dos atores sociais a partir de seu contexto, suas perspectivas e suas falas nos ofereceu elementos para afirmar que a comunidade não atua de maneira mobilizadora e efetiva na partilha das decisões que envolvem a dinâmica escolar como um todo. Desenvolvemos uma análise a partir da ótica da gestão democrática com participação e mobilização social e com isso, realizamos uma proposta de ação, de acordo com a ferramenta 5W2H. Nela buscamos planejar o trabalho voltado para o monitoramento das ações do Colegiado Escolar e das reuniões outras que envolvam a comunidade escolar. A meta desse plano de ação é formar uma reconfiguração desses encontros nos quais os participantes tenham oportunidade de conhecer maiores canais de conhecimento deste órgão colegiado e a possibilidade de qualificar suas ações voltadas a um desempenho coletivo que promova melhorias no processo educativo e participativo da instituição.

Palavras chaves: Colegiado escolar, Gestão democrática, Participação.

Podemos compreender que os colegiados escolares são instâncias fundamentais no inteiro das escolas no sentido de cumprir funções sociais, políticas e pedagógicas em prol da comunidade escolar. Uma sociedade e uma escola só avançam quando suas práticas sociais que refletem a sociedade e as instituições são de fato democráticas e que estas possam funcionar de acordo com a democracia e cidadania ativa, com a participação consciente de todos os seus integrantes.

No caso específico apontado, Rodrigues (2018) nos mostra que a realidade dos atores sociais analisados a partir do seu contexto, suas perspectivas e suas ações práticas nos oferecem elementos de que a comunidade não atua de maneira mobilizadora e efetiva na partilha das decisões que envolvem a dinâmica escolar como um todo.

Podemos dizer que uma escola democrática, se faz com práticas democráticas, em que a sua comunidade, a partir da sua forma de organização e da gestão da escola, devem possibilitar a inserção das famílias na vida escolar dos seus filhos. Os conselhos escolares, os colegiados escolares, são espaços significativos para a participação em que pais e famílias possam integrar de alguma forma a vida escolar das crianças e jovens, mas

nem sempre é isso que acontece. De outro modo, os estudos nos quais estamos analisando, estão demonstrando alguns pontos importantes em relação a participação democrática da vida na escola e seus desafios, nos apontam limites e nos colocam a continuar perguntando sobre os motivos da não participação.

Vargas, Ana Lucia Silva. **A gestão democrática na escola municipal o conselho escolar em questão**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, RS Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Santa Maria – RS, 2018

Resumo: O tema da presente dissertação destacou-se como “Os espaços de democracia no Sistema Municipal de Educação”, tendo como campo de pesquisa o Conselho Escolar das escolas públicas municipais no Município de Alegrete, com base no problema: quais os limites e possibilidades de concretização de uma democracia participativa nos Conselhos Escolares como espaços públicos de representatividade social na gestão escolar? Nesta perspectiva, o objetivo geral foi analisar os Conselhos Escolares em escolas municipais de Alegrete como espaços de democracia e participação no Sistema Municipal de Educação, a partir de suas concepções e ações. Os objetivos específicos foram: Investigar os espaços de exercício da democracia existentes na realidade político-social e econômica; Investigar concepções e formas de atuação do Sistema Municipal de Educação na perspectiva da democratização dos órgãos colegiados; Identificar funções e atribuições dos Conselhos Escolares como espaços de exercício da democracia na realidade escolar; Investigar em que medida acontece a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão no Conselho Escolar de quatro escolas da Educação Básica da rede municipal; Aplicar na escola municipal, aqui denominada Escola A, o projeto de intervenção, tomando o Conselho Escolar como objeto da pesquisa. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado o Estudo de Caso, como um método de pesquisa qualitativa, começando com uma revisão de literatura pertinente ao assunto. Para a coleta de dados foram utilizadas a Pesquisa Documental e Questionários e para o projeto de intervenção, o debate se deu por meio de Grupo Focal. Os sujeitos da pesquisa foram os integrantes do Conselho Escolar de 4 escolas da Rede Municipal, que responderam ao questionário. Na escola “A” foi realizado o Grupo Focal e desenvolvido um curso de formação para a comunidade escolar, o qual foi o produto deste Mestrado Profissional. Os resultados destas atividades evidenciaram que o grande desafio é conquistar maior efetividade na participação e co-responsabilização dos participantes dos Conselhos Escolares em uma perspectiva democrática, o que implica na busca dos interesses dos diversos segmentos envolvidos e maior transparência e legitimidade nas decisões tomadas, contribuindo para a formação de todos numa perspectiva cidadã, em espaços de democracia na comunidade escolar.

Palavras chaves: Gestão democrática, conselho escolar e participação

Por fim, em sua pesquisa Vargas (2018) afirma que o grande desafio é conquistar maior efetividade na participação e co-responsabilização dos participantes dos conselhos escolares em uma perspectiva democrática, o que implica na busca de interesses dos diversos segmentos envolvidos e maior transparência e legitimidade nas decisões tomadas, contribuindo para a formação de todos numa perspectiva cidadã, em espaços de

democracia na comunidade escolar. A escola deve buscar formas e estratégias para poder fazer com que a comunidade possa participar ativamente de suas atividades, dentre elas, está o conselho escolar que é fundamental também para o bom funcionamento da escola e que este possibilita um canal de comunicação da instituição com sua comunidade, bem como abre também possibilidades de participação mais efetiva em termos democráticos.

Outro ponto fundamental em uma escola a partir de um modelo de organização de uma sociedade democrática, bem como uma escola que se coloca como uma gestão e organização democrática é o Projeto Político Pedagógico (PPP), que deve refletir o modelo de sociedade e de escola na qual integram. Quando falamos do referido projeto, estamos falando de um instrumento que diz respeito às práticas democráticas no interior de uma instituição escolar, pois o Projeto Político Pedagógico, deve expressar valores e concepções do coletivo, ou seja, desenvolver um planejamento a partir de seus professores, da gestão, dos servidores técnicos administrativos e de sua comunidade escolar, ou seja, este é um documento que deve refletir as intenções, anseios e proposições da comunidade escolar. Por isso é fundamental a participação na construção, elaboração e efetivação desse documento. Esse documento deve expressar princípios, concepções e ações para contribuir com a contínua formação da sociedade democrática, ou seja, uma sociedade civil democrática, onde todos nós temos o direito de exercer a nossa cidadania e, ao mesmo tempo, se posicionar politicamente na defesa desta.

A pesquisa apresentada no Resumo a seguir, acrescenta-se à perspectiva do que se entende por Projeto Político Pedagógico.

Tipo de documento: Dissertação de Mestrado: RAMOS, Melcka Yulle Conceição. **O princípio da gestão democrática na implementação do projeto político-pedagógico (PPP): um estudo em uma escola da rede pública estadual de São Luís- MA.** 2018. 167f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação /CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2018

Resumo: Esta pesquisa contempla o estudo sobre o processo de elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) em uma escola da rede pública estadual de São Luís-MA. Tal estudo teve como objetivo analisar o processo de elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) desenvolvido em uma escola da rede pública estadual de São Luís - MA. Para atingir o objetivo proposto foi necessário compreender o PPP como instrumento de gestão democrática; analisar os pressupostos teórico-metodológicos norteadores do processo de elaboração, execução e avaliação do PPP; identificar os princípios da gestão democrática presentes no PPP de uma escola da rede pública estadual de São Luís-MA e analisar as percepções dos sujeitos da comunidade escolar e local de uma escola da rede pública estadual de São Luís – MA e dos Assistentes TécnicoPedagógicos da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC) sobre o PPP. Como fundamentação metodológica, adotamos a abordagem qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica,

documental e de campo. Para a coleta de dados empíricos, realizamos entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa: comunidade escolar e local, e os Assistentes Técnico-Pedagógicos da SEDUC. Dentre os autores utilizados para a fundamentação teórica destaca-se: Cardozo (2012); Dourado (2000); Dublante e Coutinho (2012); Gadotti (2001); Hora (2007); Libâneo; Oliveira e Toschi (2007); Paro (2008); Vasconcellos (2010) e Veiga (2008 e 2010). Os resultados da pesquisa indicam que o processo de implementação do PPP necessita ser democrático, expressando os seus anseios e interesses dos sujeitos da comunidade escolar e local. Desse modo, deve ser concretizado de acordo com a realidade e identidade da escola. Inferimos que em relação à escola pesquisada, a participação da comunidade escolar e local nesse processo ainda é um desafio a ser enfrentado pelos sujeitos do contexto educativo, pois revelaram que o processo de elaboração não foi participativo, ou seja, a gestão democrática não foi totalmente consolidada.

Palavras chaves: Gestão democrática, Participação, Autonomia e Projeto Político Pedagógico.

Da forma em que analisa o Projeto Político Pedagógico de uma escola, Ramos (2018) nos mostra que o processo de implementação deste necessita ser democrático, expressando os anseios e interesses dos sujeitos da comunidade escolar e local. Desse modo, deve ser concretizado de acordo com a realidade e identidade da escola. Em termos de organização, gestão e prática, esse projeto deve expressar as condições democráticas, pois seus integrantes poderão se manifestar em termos de ideias, valores, concepções e percepções que acreditam ser as mais coerentes para serem inseridas neste plano, mas antes de tudo, todas as questões que envolvem esse documento deverão ser discutidas pelos participantes da instituição escolar, inclusive uma representação de alunos, de professores, das famílias e da comunidade escolar em geral. Neste sentido, poderão construir e colocar em prática um projeto que possa ser coerente com a realidade da escola e de sua comunidade.

Tipo de documento: Tese de doutorado: Guedes, Marcia Lustosa Felix. **Gestão democrática e projeto político-pedagógico: aproximações nas escolas públicas no município de João Pessoa – PB.** Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba. Faculdade de Educação de João Pessoa- PB- 2218.

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar o processo do gestor escolar escolhido de forma democrática e as relações com o projeto político-pedagógico contribui para a melhoria da Escola Pública do Município de João Pessoa–PB, e que são previstos por lei (Constituição Federal de 1988 e Lei de nº. 9.394/96). Essa pesquisa de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, onde utilizamos entrevistas aplicadas a quatro gestores, quatro professores de quatro escolas municipais distintas, e com o Diretor da DGC, realizamos e anotamos sobre o processo de gestão democrática na visão desses profissionais. Para a abordagem teórica, nos fundamentamos com as ideias de Rousseau, Gramsci; Boaventura de Sousa Santos; Luiz Fernandes Dourado, Paulo Freie, Ilma Passos Veiga e outros. Os dados foram discutidos a luz da Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados revelaram que o processo de gestão democrática

contribui substancialmente para a melhoria das dinâmicas das escolas públicas municipal, embora, no contexto atual o gestor seja indicação dos órgãos externos, ainda demande luta, experiência e vivência da comunidade escolar principalmente na participação do PPP, para construir uma prática permanente de reflexão sobre as ações educativas e a formação voltada para a participação, envolvimento e formação crítica dos atores escolares.

Palavras chaves: Gestão democrática, Projeto político-pedagógico, Participação e Comunidade escolar.

Na análise de Guedes (2018) em relação ao Projeto Político Pedagógico, afirma que o processo de gestão democrática contribui substancialmente para a melhoria das dinâmicas das escolas públicas, embora em alguns casos os gestores são indicados por pessoas e órgãos externos, ainda demande luta, experiência e vivência da comunidade escolar principalmente na participação do PPP para construir uma prática permanente de reflexão sobre as ações educativas e a formação voltada para a participação, envolvimento e formação crítica dos atores escolares.

A pesquisa de Santos (2018), a seguir, problematiza que, em termos de ação participativa na escola, a gestão democrática cria condições e instrumentos para ampliar as formas de inserção tanto dos alunos como da comunidade escolar, bem como as famílias que muitas vezes estão distantes da escola e do acompanhamento do cotidiano escolar de seu filho. Mesmo existindo uma legislação que legitima a eleição dos gestores escolares a partir de eleições pelo voto dos alunos e da comunidade escolar, ainda acontecem casos de indicações de partidos políticos e outras autoridades políticas que acabam não respeitando a legislação e na prática não acontece a eleição, sendo o gestor colocado a partir de interesses particulares ou de um grupo político específico daquela cidade e desta forma, acabam agindo como se a escola fosse propriedade particular dessas pessoas ou até mesmo do grupo que esta pertence. Por isso, a escola e seus integrantes devem buscar articulação para construir espaços e possibilidades de autonomia.

A partir de uma política de gestão democrática, das experiências, mas também de todos que integram a escola, é possível evitar essas práticas fraudulentas na inserção de um gestor de uma instituição escolar, pois este deve ser eleito abertamente a partir do voto de todos da comunidade escolar e não ser meramente indicado por uma autoridade política que não respeita toda uma legislação vigente, como é o caso da própria Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996. Sendo assim, a comunidade escolar, deve exigir um direito coletivo de todos que vivem e integram a escola em termos de fazer valer as diretrizes estabelecidas nas leis que regem a educação brasileira.

Tipo de documento: Dissertação de Mestrado: Santos, Leonardo Moraes dos. **O provimento ao cargo de direção escolar e suas implicações nos processos de gestão democrática da escola pública.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia- Faculdade de Educação Salvador- 2018.

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar de que maneira a eleição e a indicação, enquanto formas de provimento ao cargo de direção escolar, implicam na gestão democrática da escola pública. Encontra-se vinculado à linha de pesquisa em Políticas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Trata-se de uma abordagem metodológica qualitativa, tendo como campo empírico duas escolas situadas no município de Jequié-BA, mas, em sistemas de ensino distintos, onde em uma acontece a eleição (sistema estadual de ensino) e em outra a indicação (sistema municipal de ensino). Realizou-se entrevistas semiestruturadas com sujeitos da comunidade de cada escola, quais sejam: diretor escolar, 1 (um) professor, 1 (um) funcionário, 1(um) estudante e 1 (um) pai ou mãe de estudante, bem como 1 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (APLB), totalizando onze entrevistados. Como problema, parte-se da ideia de que a forma como o diretor é escolhido se constitui como um dos elementos para a democratização da educação, podendo não expressar de maneira direta se a gestão de determinada escola é democrática ou não, mas estabelecer relação entre as formas de provimento e a gestão democrática. Assim, problematiza-se: De que maneira a eleição e a indicação, enquanto formas de provimento ao cargo de direção escolar, implicam nos processos de gestão democrática na escola pública? Para responder a esta questão foram elencados três objetivos específicos: a) Apreender como o modo de escolha do diretor escolar é considerado pela comunidade escolar; b) Investigar os mecanismos de participação da comunidade de cada escola, considerando a legislação educacional vigente; e c) Analisar as práticas de gestão da escola, tendo em vista os princípios da gestão democrática. As análises foram divididas em três categorias com fins de responder ao problema de pesquisa: a) como o modo de escolha do diretor escolar é considerado pela comunidade escolar; b) os mecanismos de participação da comunidade escolar; c) as práticas de gestão da escola e a gestão democrática. Os principais autores utilizados sobre as formas de provimento e a gestão democrática foram Paro (1996), (1994), (1998), (2016) e Dourado (2013). Os resultados revelam um elemento comum em ambos os contextos pesquisados, a gestão gerencial tem mediado as ações das escolas, bem como a participação dos membros da comunidade. Em uma análise comparada entre os dois contextos, percebeu-se avanços na escola do sistema estadual, uma vez que a eleição como é colocada como etapa final do processo de escolha, no entanto, a participação da comunidade ainda é precarizada. No que se refere a indicação, muito embora tal forma de escolha articule a escola com interesses de grupos no poder, há nas legislações que compõem o sistema municipal de ensino a previsão do provimento ao cargo de direção pela via eleitoral, o que representa um avanço para a gestão democrática.

Palavras chaves: Política Educacional, Gestão Democrática, Formas de Provimento, Direção Escolar, Escola - organização e administração, Administradores escolares, Diretores escolares, Escolas Públicas, Eleições escolares.

Então, podemos afirmar que para fugir dessas práticas autoritárias em que gestores são indicados por grupos políticos, é preciso defender a realização de eleições pelo voto da comunidade escolar para que um gestor possa ater legitimidade para atuar

no âmbito da organização e gestão da escola. Sendo assim, Dos Santos (2018), evidencia que se percebe avanços na escola pública, uma vez que a eleição como é colocada como etapa final do processo de escolha, no entanto, a participação da comunidade ainda é precarizada. No que se refere a indicação, muito embora essa forma de escolha articulado a escola com interesses de grupos no poder, há nas legislações que compõem o sistema de ensino a previsão do provimento do cargo de diretor pela via eleitoral, o que representa um avanço para a gestão democrática.

De fato, quando a escola pública avança é bom para todos, inclusive para a sociedade, mas a escola precisa avançar também na forma de inserção de sua comunidade escolar, pois esta ainda participa muito pouco das atividades que estão relacionadas à escola. Outro ponto importante, é que mesmo existindo eleições para o provimento do cargo de diretor, ainda acontecem formas de nomeações via interesses de autoridades políticas que não respeitam a legislação vigente. Nesse sentido, a comunidade escolar deve se posicionar na defesa de uma escola democrática, pois a sociedade e sua forma de organização é democrática, bem como o Estado.

Tipo de Documento: Dissertação de Mestrado: Alves, Gilsilene Rony Pereira. **Gestão democrática e eleição de diretores em escolas de educação infantil: estudo de caso na rede municipal de Santa Maria/RS.** Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2018.

Resumo: Esta dissertação foi desenvolvida no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. O objetivo geral foi analisar como se consolidam as eleições de diretor e como se concretizam ações de gestão democrática dos(as) diretores(as), das escolas de educação infantil da Rede Municipal de Educação de Santa Maria/RS. A fundamentação teórica foi embasada na educação infantil, em Ariès (2006) e Kuhlmann Jr. (2001, 2015), e na gestão democrática, em Paro (2000, 2003, 2016), Dourado (2013, 2006a, 2006b), Ferreira (2000, 2001) e outros autores relacionados ao tema. Para execução do estudo, este trabalho utilizou a pesquisa de campo com abordagem qualitativa, do tipo estudo de casos múltiplos (GIL, 2008), com professoras, funcionárias e equipe diretiva de duas escolas de educação infantil. A pesquisa foi desenvolvida a partir de entrevistas e questionários com os sujeitos de pesquisa das duas escolas da Rede Municipal de Educação de Santa Maria/RS, evidenciando como têm se dado o processo de gestão democrática e o processo de eleição de diretores das escolas. Após a análise e discussão das ações desenvolvidas e dos dados coletados, percebeu-se que as escolas pesquisadas destacaram suas concepções sobre gestão democrática e o processo de eleição dos diretores. Constatou-se que os professores e diretores experimentam uma democracia em construção, pois, embora já a tenham como direito e dever, ainda não a experimentam por completo. Entendeu-se que, como produto final, deve ser realizado um estudo de mudança na Lei n.º 4740/03 de Gestão Democrática da Rede Municipal de Educação, para, assim, criar-se um artigo, na

referida legislação, que institua o tempo de mandato do diretor, garantindo-se o seu direito de cumprir, no máximo, dois mandatos consecutivos. Assim, torna-se imprescindível essa mudança na legislação, a fim de contribuir para a promoção da verdadeira gestão democrática.

Palavras-chaves: Educação infantil, Eleições de Diretores e Gestão democrática.

Em sua pesquisa, Alves (2018) aponta que professores e diretores experimentam uma democracia em construção, pois, embora já a tenham como direito e dever, ainda não a experimentam por completo. Esses são passos em que tanto a sociedade e a escola devem ampliar, pois para que se possa chegar a uma democracia plena, a sociedade brasileira ainda vai ter que avançar bastante em termos de organização, lutas sociais e políticas, participação e construção de uma democracia e uma cidadania mais ampla e ativa em que possam melhorar os serviços públicos e a qualidade no ensino e demais tipos de serviços que são oferecidos.

A gestão democrática é uma forma de organização da escola que visa a participação, neste caso, todos que estão ligados a escola deverão participar da gestão escolar em suas representações, ou pelo menos, estar presente em reuniões no interior da escola, seja com a gestão, com professores ou até mesmo sugerindo questões que são de interesses da comunidade escolar. Então, ao falar em participação na gestão, temos que entender que é a inserção ativa dos indivíduos que pertencem a escola, desde os alunos, suas famílias, a comunidade em geral, professores, ou seja, todos os atores sociais que estão ligados diretamente a instituição escolar. Desse modo, a participação é fundamental para que esses atores possam se posicionar em termos de contribuir com a qualidade do atendimento da escola.

No que se refere à participação na gestão, as reflexões de Palú (2019), a seguir, em sua pesquisa, nos mostra que apesar de a legislação que institui os programas de gestão escolar anunciar a gestão democrática como princípio a ser implementado e de os planos assumirem nos textos essa perspectiva, há indícios da presença de outra concepção, sendo que a origem do novo modelo pode ter possíveis relações com as recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que tem suas ações pautadas na gestão gerencial.

Tipo de documento: Dissertação de Mestrado. **Palú, Janete. Planos de gestão escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó- SC, 2019.

Resumo: A presente pesquisa integra a linha de Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação (PPGE), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus

Chapecó (SC) e propõe uma reflexão acerca da gestão democrática a partir dos Planos de Gestão Escolar (PGEs), instituídos em Santa Catarina por meio do decreto governamental SC n. 1794/2013. A investigação parte do seguinte questionamento: Como os Planos de Gestão Escolar, adotados como a nova forma de escolha do gestor e estratégia de governança, concebem o papel da educação e da escola e dimensionam em metas e ações a gestão de escolas públicas estaduais de Santa Catarina? Tem como objetivos principais: a) caracterizar a nova política de gestão das escolas públicas estaduais de Santa Catarina, identificando as mudanças propostas do ponto de vista formal ou intencional; b) identificar se, na concepção e formulação, no conteúdo dos PGEs, há indícios relacionados à implementação de uma gestão democrática, bem como se há indícios de outras perspectivas/concepções de gestão; c) compreender como se apresenta e quais os sentidos em disputa em torno da categoria “participação” nos PGEs de escolas públicas estaduais de Santa Catarina; d) verificar em que medida os PGEs podem ser assumidos e apresentados como parte constituinte da democratização da escola, considerando que seu destino se conforma a partir de efetiva participação da comunidade. A base teórica do trabalho está ancorada em autores como Harvey (2014); Dardot e Laval (2016); Cury (2002, 2007, 2009, 2014); Dourado (2013); Gadotti (2008, 2012, 2014); Libâneo, Oliveira e Toschi (2012); Lima (2011, 2013, 2018a, 2018b); Paro (2003, 2011, 2015, 2016a, 2016b, 2016c, 2018); Souza (2007, 2012, 2014, 2016). Essa é uma pesquisa qualitativa, de cunho documental, desenvolvida com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). A análise de dez PGEs de escolas públicas estaduais pertencentes à 1ª Gerência Regional de Educação (GERED) da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de São Miguel do Oeste (SC), com vigência para os anos de 2016 a 2019 e de documentos que influenciaram e orientaram a implementação da nova política, permite afirmar que apesar de a legislação que instituiu os PGEs anunciar a gestão democrática como princípio a ser implementado e de os planos assumirem nos textos essa perspectiva, há indícios da presença de outra concepção, sendo que a origem do “novo” modelo pode ter possíveis relações com as recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tem suas ações pautadas na gestão gerencial. Por fim, os resultados evidenciam que a participação na escola pode assumir sentidos distintos, sentidos em disputa, que denotam diferentes projetos de sociedade, educação, escola e gestão. A participação, princípio tão caro à educação pública e à gestão democrática, está sendo transformada e reconfigurada. Diante desse contexto, no âmbito de escolas públicas da rede estadual de ensino, ainda há limitações para a materialização da gestão democrática e participativa, sendo esse um ideal que precisa continuar no horizonte das aspirações de educadores e educadoras que acreditam nessa perspectiva de gestão como possibilitadora de uma escola pública de qualidade.

Palavras chaves: Política educacional, Administração da educação.

Assim, podemos evidenciar que a participação na escola pode assumir sentidos distintos, sentidos em disputa, que denotam diferentes projetos de sociedade, educação, escola e de gestão.

Mesmo com essas contradições, é preciso entender a escola como sendo um espaço para o debate e a construção de uma sociedade democrática na sua essência, tendo por base a busca da formação escolar e educação pública de qualidade, pois esses são seus papéis na busca por uma formação de seus alunos que possa dar conta de atender as

demandas e suas realidade. A participação no âmbito da escola, muitas vezes, ainda está em disputa, pois existem grupos distintos que insistem em ter interesses diferentes do que a escola visa defender na prática para uma formação social e intelectual dos alunos de forma mais ampla. Por outro lado, sabemos também que existem propostas e projetos diferentes, mas que os caminhos devem ser trilhados no sentido da defesa democrática da escola e sua atuação mais livre e com autonomia. A escola por sua natureza coletiva, deve ser uma instituição democrática e buscar inserir as pessoas e ao mesmo tempo ter uma gestão democrática que possa valorizar as culturas, os valores e as identidades culturais variadas que existem na sociedade brasileira.

Tipo de documento: Tese de Doutorado: Falavinha, Karina. **Política da participação estudantil em defesa da gestão democrática da educação** / Karina Falavinha Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. – Curitiba, 2020.

Resumo: Esse estudo analisa as dinâmicas de participação política desenvolvidas por estudantes via manifestações ocorridas no ano de 2016. No contexto pós-impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o processo de democratização do país é visivelmente abalado, oriundo de alianças partidárias contrárias, bem como de uma crise de ideias e de valores ligados ao aparato jurídico e religioso. As alianças entre partidos conservadores aliados ao seu sucessor Michel Temer, lançam inicialmente um novo projeto de governo de caráter ortodoxo, que evoca em seu cenário, as propostas de reformas educacionais e de emendas constitucionais, juntamente à visibilidade de projetos conservadores que afetam diretamente a gestão democrática da educação. Nesse contexto, estudantes secundaristas de escolas públicas se posicionam contra essas propostas e incitam suas manifestações de protestos, por meio de atos de ruas, de ato "Fora Temer" no Congresso Nacional e na ocupação de escolas e universidades públicas. Sob essa égide, o mote central deste estudo é compreender a elaboração e o desenvolvimento das dinâmicas de participação política nesses protestos e as relações construídas com os agentes envolvidos na ação coletiva, a partir dos desentendimentos presentes, das falácias, dos consensos e da soberania popular, por meio das experiências que os jovens vivenciaram enquanto estudantes. Para esse alcance, o caminho proposto é o método da entrevista semiestruturada, composto por 5 etapas. A análise dos sentidos produzidos por essas experiências discursivas se dá pelo amparo da análise categorial derivada da Análise de Conteúdo (AC). Além das entrevistas, a pesquisa utilizou diário de campo e registros fotográficos, como documentos norteadores e ilustradores dessas experiências imbuídas de representação dos conceitos teóricos discutidos. As interações foram desenvolvidas com 10 jovens que, vivenciaram experiências de estudantes na época e assumiram espaços significativos de participação nos referidos manifestos. A tese é a de que as estratégias desenvolvidas pelas experiências estudantis instituíram uma política de participação desenvolvida por um método democrático que priorizou o diálogo, o estudo, o conhecimento das pautas, a percepção de si mesmo enquanto cidadão e, por conseguinte, a elaboração de modalidades de engajamento e organização coletiva dos envolvidos nos processos decisórios. De modo relacional, a política em ação pautou embates, desentendimento, bem como a busca do consenso por meio do dissenso pela ação comunicativa, entre seus pares. Os manifestos dos estudantes configuraram repertórios políticos originais a partir da demanda pelo descontentamento das propostas governamentais e da busca por uma gestão

democrática na educação. A luta política foi para além dos muros da escola, ela plasmou o avanço do método democrático popular, a conscientização dos processos de desigualdades sociais, bem como a necessidade de justiça, de assegurar os direitos humanos e pela educação popular.

Palavras-chave: Participação Política; Estudantes; Juventudes; Gestão Democrática da Educação; Políticas Educacionais.

A defesa da escola em sua forma de organização e gestão a partir do modelo de sociedade em que estamos inseridos, é democrática, e que visa a participação de todos aqueles que se ligam diretamente ou até mesmo indiretamente a escola. Desta maneira, ao refletir sobre essa questão, Falavinha (2020), nos mostra que os estudantes configuram repertórios políticos originais a partir da demanda pelo descontentamento das propostas governamentais e da busca por uma gestão democrática na educação. A luta política foi para além dos muros da escola, ela plasmou o avanço do método democrático popular, a conscientização dos processos de desigualdades sociais, bem como a necessidade de justiça, de assegurar os direitos humanos e pela educação popular.

Por último podemos fazer a relação entre a comunidade escolar que já foi analisada em alguns fragmentos desse item com a gestão democrática da escola, pois no Brasil ainda tem muitos desafios, conflitos e contradições, sendo assim, é preciso ampliar as formas tanto de participação como de gestão democrática no âmbito da escola pública brasileira.

Tipo de Documento: Dissertação de Mestrado: FRANÇA, Aurilene Alves de. **A gestão das escolas do Ceará: paradoxo entre gestão democrática e o circuito de gestão orientada por resultados** - UFC. 2018. 93f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2018.

Resumo: O trabalho tem como objetivo investigar o paradoxo que se estabelece entre gestão democrática e o circuito de gestão orientada por resultados, tendo como mote o Estado do Ceará. Neste prisma, discute sobre os limites e possibilidades da gestão democrática da escola pública no modo de produção capitalista. Analisa categorias como: administração empresarial, democracia, gestão e gestão democrática. Parte do pressuposto que a gestão democrática se faz um importante e decisivo instrumento na tomada de decisões político-pedagógicas e, portanto, poderia representar um contraponto diante dos modelos que estão postos. Busca, ainda, analisar como a gestão da escola pública está entrelaçada e dependente do modelo administrativo capitalista. Metodologicamente caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental fundamentada em autores clássicos e contemporâneos. Os resultados obtidos indicam que o Circuito de Gestão implantado no Ceará longe de atender às prerrogativas de uma gestão democrática atende aos princípios de uma gestão empresarial fundamentada em resultados.

Palavras chaves: Gestão Democrática, Educação e Circuito de Gestão.

Na forma em que aponta França (2018), a gestão da escola pública está entrelaçada e dependente ao modelo administrativo capitalista. Neste sentido, mesmo existindo a partir da sociedade capitalista e suas relações sociais, a escola pública brasileira, precisa instituir formas que possam ser coerentes com a realidade da sociedade em atua, pois ao implementar práticas sociais, didáticas e pedagógicas tendo por base a participação coletiva e democrática, a escola vai funcionar de forma satisfatória e cumprir um papel fundamental para o desenvolvimento da mesma. Ainda assim, França (2018) afirma que a gestão democrática está longe de atender suas prerrogativas e atende aos princípios de uma gestão empresarial fundamentada em resultados.

De outro ponto de vista, Souza (2019), a seguir, mostra que há fragilidade do conceito de democracia constituído nas e para as escolas, pois, há um desconhecimento por parte do gestor sobre esta compreensão e com isso não imprime, esse conceito na prática da escola.

Tipo de documento: Dissertação de Mestrado: SOUZA, Patrícia Silva. **A gestão democrática na escola pública: do discurso à prática do gestor**. 2019. 83 f. il. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Resumo: O sentido da gestão democrática para os gestores das escolas públicas do Distrito Federal-DF é o tema desta pesquisa. Para tanto, parte-se do seguinte problema: qual o sentido de gestão democrática na escola pública expresso pelo discurso do gestor escolar e a sua efetivação no chão da escola? O objetivo visa desvelar o sentido de gestão democrática para os gestores escolares e a sua efetividade no chão da escola. Com vista a atingir o objetivo geral foi organizado um caminho teórico-metodológico. A metodologia pauta-se na abordagem qualitativa a partir da aproximação ao método do Materialismo Histórico Dialético. Para tanto, a partir de um estudo de caso, foi aplicado entrevistas com gestores que atuam em quatro escolas públicas de uma das quatorze regionais de ensino do Distrito Federal. Foi utilizado a Análise de Discurso crítica dos dados gerados. A fundamentação teórica consolida-se em Marx (2005), Freire (1996), Saviani (2012), Paro (2016), Lück (2011), Ferreira (2013), Dourado (2013), Canário (2005) e Van Djik (2012). Os resultados apontam para a evidência de que há sete anos os servidores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) representados pelo Sindicato dos Professores do DF (SINPRO), em mesa de negociação com a SEDF, garantiram o direito a eleger seus próprios gestores com a instituição de sete órgãos colegiados para participação ativa de toda a comunidade escolar. A partir da Lei 4.051/12 - DF, conhecida por lei da Gestão Democrática, as escolas públicas passaram a ter eleição direta para os gestores, além, da participação obrigatória em cursos de formação continuada sobre gestão democrática. As conclusões acenam para a fragilidade do conceito de democracia constituído nas e para as escolas, pois, há um desconhecimento por parte do gestor sobre esta compreensão e com isso não imprime esse conceito na prática da escola. Para tanto, é preciso retomar, historicamente, o processo de construção da gestão democrática no país enquanto princípio educacional, para então, chegarmos a realidade local/regional, antes disso, é preciso compreender o verdadeiro sentido da democracia e como esta vem sendo tratada na escola.

Palavras-chaves: Administradores escolares, Administração escolar, Gestão democrática.
--

Para tanto, é preciso retomar, historicamente, o processo de construção da gestão democrática no país enquanto princípio educacional, para então, chegarmos à realidade local/regional, antes disso, é preciso compreender o verdadeiro sentido da democracia e como esta vem sendo efetivada na sociedade. Sendo assim, o gestor educacional deve ter uma base de formação intelectual para compreender e se apropriar de princípios da democracia e gerar condições e meios para efetivar na realidade da escola.

A democracia no Brasil, foi historicamente carregada de contradições, em que são construídos momentos de avanços e recuos para Estados Ditatoriais, mas a partir de meados de 1985, um novo modelo de democracia, de sociedade e de Estado vem sendo gestado no Brasil. Essas implicações em relação à democracia influem diretamente nas relações escolares, pois estas tratam também de relações políticas, ou seja, toda a vida social está perpassada por ações e relações políticas.

Por isso, que ao abordar a gestão democrática na escola, Silva (2019), a seguir em resumo de sua pesquisa, aponta que devemos abordar os aspectos históricos, legais princípios e instâncias colegiadas. Entende-se a gestão democrática como uma prática social, caracterizada pelo engajamento e participação da comunidade escolar, pais, alunos, funcionários, professores, especialistas, gestores – no agir autônomo e dialógico. Trata-se de uma totalidade de elementos que integram todo um conjunto de ações, práticas sociais, políticas e pedagógicas de uma variedade de atores que envolvem toda a escola, pois ao pensar teoricamente em gestão democrática, tem-se que pensar em termos de uma experiência prática de seus atores, bem como de todos aqueles que integram a escola como uma instituição.

Tipo de documento: Dissertação de Mestrado: SILVA, Sonia de Oliveira da. Gestão democrática do ensino público: um paradoxo da democracia liberal burguesa? - o caso do Ceará. Orientadora: Clarice Zientarski. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
--

Resumo: A pesquisa analisa as possíveis relações entre a gestão democrática do Ensino público no estado do Ceará e a relação paradoxal entre a concepção da gestão democrática e a ordem sociopolítica e econômica excludente que marca o estado brasileiro e o contexto cearense. Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se como recorte a investigação dos sistemas municipais de ensino público de dezesseis municípios localizados na região geográfica Imediata de Fortaleza. No que diz respeito
--

à teoria e ao método a pesquisa embasou-se na perspectiva materialista histórico-dialética. Assim, em relação à metodologia utilizou-se instrumentos que colaboram no desenvolver da coleta de dados e informações, que possibilitaram o diálogo teórico com o campo da pesquisa em um processo contínuo de análise qualitativo-quantitativo. Desse modo, foram analisados documentos de leis que foram instituídos a partir da década de 1990 e que tratam sobre a gestão da educação, sendo eles: a seção da Lei Orgânica Municipal, o documento de lei que dispõe sobre o sistema municipal de ensino e outros documentos legais que dispõe sobre a gestão do ensino público nos municípios que compõe a região geográfica Imediata de Fortaleza. Ao discorrer sobre as principais concepções de sociedade civil e Estado, a formação do Estado brasileiro e a educação ao longo das constituintes, foi observado que a sociedade civil faz parte do Estado e é permeada por conflitos de interesses das classes sociais pertencentes à estrutura econômica. Igualmente, é ela a esfera que vai operar condições, organizar e defender esses interesses e disputar a hegemonia e nessa disputa influenciar diretamente todo o processo de implementação da gestão democrática do ensino público. Na análise dos dados coletados evidenciou-se ainda, que na legislação municipal dos municípios que compõe a região considerada na pesquisa, a menção dos princípios, espaços e mecanismos de participação, se fazem presentes, mesmo que de modo pouco frequente. Também apontam que, apenas, em alguns poucos casos, o conjunto de espaços e mecanismos de participação correspondem aos princípios da gestão democrática. A respeito dos espaços e mecanismos de participação referendados na lei, apareceram com maior frequência: o Plano Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação. Com menor frequência ficaram os espaços e mecanismos: Projeto Político-Pedagógico; Conselho Escolar e Eleição de Diretores. Conclui-se que embora, a democracia em um contexto de sociedade e Estado no modo de produção capitalista, pareça ser fragilizada, ela ainda representa uma possibilidade de participação. Assim, os condicionantes internos da participação, materiais, institucionais, político-sociais e ideológicos, não existindo, não quer dizer que não haja ações em benefício da participação. Desse modo, entende-se que a gestão democrática é firmada no contexto de lutas, enfrentamento e disputa política.

Palavras chaves: Estado, Sociedade Civil, Gestão democrática do ensino público.

Outro ponto abordado por Silva (2021) se refere algumas questões políticas que envolvem o conceito de gestão democrática da escola, pois este está associado a outras questões mais amplas da sociedade civil na sua relação com o Estado. Sendo assim, ao discorrer sobre as principais concepções de sociedade civil e Estado e é permeada por conflitos de interesses das classes sociais pertencentes à estrutura econômica. Igualmente, é ela a esfera que vai operar condições, organizar e defender esses interesses e disputar a hegemonia e nessa disputa influenciar diretamente todo o processo de implementação da gestão democrática do ensino público.

Tipo de documento: dissertação de Mestrado: Bressan, Édio Luís. **Gestão democrática na escola pública municipal**. 2021. 193 fl. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2021.

Resumo: Esta investigação, vinculada à Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Instituições Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPGE/PUC Goiás), tem como objeto a gestão democrática na escola pública municipal. O problema de pesquisa consiste entender como se manifesta a gestão democrática nas escolas pesquisadas. O objetivo geral é analisar o princípio da gestão democrática e sua expressão no contexto da escola pública municipal, com base nas concepções de gestão escolar. A pesquisa é de abordagem qualitativa, educação comparada, com análise documental e entrevistas. O método é o materialismo histórico-dialético que possibilita apreender a escola como realidade dinâmica, social, de contradições, recusa explicações unilaterais, rejeita a gestão impositiva, aceita as necessidades da instituição e ultrapassa modelos neoliberais. A mediação como categoria analisa relações, particularidades, para compreender a gestão democrática na realidade dessas escolas municipais. Os "modelos" de gestão desvelam que o aluno pode ser modelado à fábrica, a gestão pode mostrar-se autoritária e a prática pedagógica apresenta a falta de compromissos coletivos, com decisões, discursos, ações ambíguas e problemas sem soluções. Esses modelos, também, revelam a prioridade do simbólico, com valores humanos, partilhados e elaboram normas consensuais, participadas, que permitem romper as formas de submissão. A Constituição Federal de 1988 universalizou o ensino básico, público, gratuito e consagrou a educação como direito fundamental e social. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 é referencial da educação nacional. A educação passou a ter função social, mantendo relações entre a sociedade política e civil. No Plano Nacional de Educação 2001-2010 houve metas, objetivos planejados e excetuados, o que revelou a realidade da educação nacional. O Plano Nacional de Educação 2014-2024 rompe com práticas autoritárias, apoia-se na inclusão, no bem comum, na participação. Esses dispositivos legais implementaram a gestão democrática como princípio, garantiram a educação básica, gratuita aos cidadãos de 4 a 17 anos e para aqueles sem acesso à escola na idade própria. Os resultados desta pesquisa permitiram compreender a gestão democrática escolar como princípio constitucional. Das escolas pesquisadas, a Escola Azul apresenta ambivalências entre normas, discursos, práticas pedagógicas, favorece a lógica capitalista e enfatiza a racionalidade objetiva. Essa instituição informa as decisões à comunidade, referendadas pelo Conselho Escolar. O plano municipal de educação é dissociado da realidade do Município e não há eleição para diretor. Já, a Escola Encantado, emancipa o aluno, mas, contraditoriamente, modela-o para a fábrica. Nesta escola a eleição de diretores é meta atingida. Realizam-se provas para habilitar o gestor ao cargo. Há participação da comunidade e do Conselho Escolar que concretizam a gestão democrática escolar. Nessas escolas há articulação entre os planos estaduais e municipais de educação, a garantia do ingresso, da permanência com sucesso do aluno. Considera-se, ao final que, na medida em que gestores, coordenadores, professores contemplarem práticas democráticas nas escolas que atuam, assumindo a gestão democrática articulada aos dispositivos legais, a realidade poderá ser transformada

Palavras chaves: Gestão democrática escolar. Dispositivos legais. Escola pública.

Bressan (2021), em seu estudo explicitado no Resumo acima, possibilita apreender a escola como realidade dinâmica, social, de contradições, recusa explicações unilaterais, rejeita a gestão impositiva, aceita as necessidades da instituição e ultrapassa modelos neoliberais. Ou seja, a escola tem que ser plural, respeitando a liberdade de seus

integrantes e ao mesmo tempo não pode impor determinadas vontades para estes. Por outro lado, a instituição escolar e seus integrantes não podem aceitar as imposições da gestão, pois esta deve ser democrática e respeitar os preceitos de uma sociedade que também se manifesta como democrática.

Diante disso, mesmo percebendo esses interesses diversos, a escola deve fazer valer a questão da democracia, buscando a participação de seus integrantes e assim, a instituição vai trabalhar com e em prol da democracia, da participação e dos valores que estão associados à liberdade individual e coletiva dos seus cidadãos. Entretanto, ao se inserir em uma sociedade e em uma escola democrática os alunos passam a conhecer melhor essa realidade, por isso, ser importante a escola possibilitar além da formação escolar, uma formação social e política a estes desde cedo, onde historicamente esses cidadãos deverão se posicionar politicamente no seu cotidiano de vida, de trabalho e em outras relações sociais.

Tipo de documento: Dissertação de Mestrado: TEIXEIRA, Antônio Braz. **Escolas do campo no Município de São Luís do Curu: limites e desafios da gestão democrática.** 2019. 109f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.

Resumo: Esta pesquisa se propõe a investigar em que medida as práticas de gestão escolar em duas escolas do campo situadas no município de São Luís do Curu/CE se coadunam com as leis, princípios, características acerca da Gestão Democrática, tendo como objeto de análise os projetos políticos pedagógicos das escolas. A pesquisa busca focalizar ainda as particularidades desta gestão no âmbito das especificidades concernentes à Educação do Campo, tendo como objeto central as seguintes escolas públicas do campo do referido município: Escola de Educação Básica Assis Herculano, situada na localidade de Caraúbas, e Escola de Educação Básica Alonso Herculano, situada na localidade de Escócio. Busca-se, portanto, investigar a gestão e em que medida suas práticas se coadunam com as leis educacionais acerca da Gestão Democrática na Educação do Campo nas escolas citadas anteriormente. Para a comprovação das hipóteses levantadas no decorrer desta pesquisa, nosso estudo busca apoio teórico nas obras de Arroyo (2007, 2008, 2011); Paro (2001); Ferreira, (1999); Libâneo (2008), Saviani (1984, 1985); Caldart (2004, 2012); Vendramini (2013); Lima (1998, 2018); Martins (2004, 2009), dentre outros. Os aspectos metodológicos aqui adotados fundamentaram-se na pesquisa de natureza qualitativa utilizando procedimentos próprios- estudo de caso, assim como a pesquisa documental. Atendendo as várias questões levantadas ao longo deste trabalho, relativamente ao fato de as escolas de São Luís do Curu analisadas desenvolverem uma gestão democrática, concluímos que em parte, por fatores inclusive históricos e socioculturais, os Projetos Políticos Pedagógicos analisados não apontam para uma prática democrática, especialmente pelo fato de tais projetos não contemplarem as especificidades, e nem a participação das comunidades assistidas.

Palavras chaves: Gestão democrática, Escola do Campo, Democracia participativa, Escolas Municipais de São Luís do Curu.

Na análise de Teixeira (2019), acima, ao tratar dos desafios da gestão democrática na escola, compreende que toda a gestão deve apontar para esse fim, ou seja, construir uma escola que possa ser um espaço de participação coletiva, de respeito as individualidades dos indivíduos e construir uma sociedade mais justa, mais igual, onde todos possam ter condições de participar do processo democrático em termos de inserção social e política. A realidade brasileira em termos de gestão da escola pública avançou em pouco mais de 30 anos, mas que requer ainda atenção de todos em relação as práticas sociais democráticas da escola.

Veiga (2018), realiza um estudo sobre a gestão democrática na escola a partir da legislação brasileira, a saber a Constituição de 1988, onde temos depois de um longo período de repressão e violência por parte do Estado, a volta de uma forma de organização e de gestão democrática na escola e agora, uma legislação específica para esse fim.

Tipo de Documento: Dissertação de Mestrado: Veiga, Edicléa. **Gestão democrática da educação: o pedagogo nas escolas municipais da Lapa – PR (2014-2017)**. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

Resumo: A pesquisa tem como tema Gestão Democrática da Educação: O Pedagogo nas Escolas Municipais da Lapa – PR (2014 – 2017). Está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, linha de Políticas Públicas e Gestão da Educação. A gestão democrática escolar foi estabelecida como princípio norteador dos sistemas de ensino e das escolas pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 (BRASIL, 1996), pelo PNE 2014 -2024 (BRASIL, 2014) e pelo Plano Municipal de Educação da Cidade da Lapa – PR (LAPA, 2015). Partindo da regulamentação legal, convém indagar: Quais são as ações adotadas pelos pedagogos das escolas municipais da Lapa - PR na organização do trabalho pedagógico, tendo como ponto de partida a perspectiva da gestão democrática escolar? O objetivo geral da pesquisa é compreender a ação do pedagogo na organização do trabalho pedagógico na perspectiva da gestão democrática nas escolas municipais da Lapa – PR. Os objetivos específicos podem ser apresentados: conceituar gestão democrática da educação; investigar o trabalho do pedagogo no ambiente escolar; entender como esses sujeitos organizam o trabalho dentro da perspectiva da gestão democrática; analisar a ação do pedagogo na organização do trabalho pedagógico em cinco escolas municipais na cidade da Lapa – PR. A investigação justifica-se pela necessidade de entendimento acerca dos processos focados na a organização do trabalho pedagógico voltado para a perspectiva da gestão democrática, pensando como articulam-se na busca de aperfeiçoamento no trabalho do pedagogo, bem como convivência dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Para analisar essa temática, o referencial teórico partiu dos estudos de: Almeida (2012), Brzezinski (2003), Cury (2002, 2005), Evangelista (2005), Ferreira (1999, 2000, 2004, 2012, 2013, 2017), Gadotti (2004), Grinspum (2001), Kuenzer (2002 Gatti (2008, 2009, 2011), Libâneo (1990, 2001, 2002, 2004, 2006), Lima (2008), Luck (2006), Paro (2000, 2001, 2008), Saviani (1991, 1996, 1977, 2008), entre outros. O aporte metodológico está embasado em análises documentais e coleta técnica de dados a partir

de entrevistas, possibilitando o estudo em profundidade das cinco escolas municipais da Lapa- PR, selecionadas a partir de amostragem aleatórias. Assim, nas considerações apresenta considerações sobre a necessidade de ampliar e dinamizar o convívio entre gestores, professores, funcionários da escola e comunidade, visando uma escola que abranja um conhecimento amplo e significativo para os alunos.

Palavras Chaves: Gestão democrática, Organização do trabalho pedagógico e Políticas educacionais.

A pesquisadora também aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira de 1996, que após a carta de 1988, esta referida lei passou a colocar a educação no Brasil em termos mais claros no que diz respeito a gestão e participação democrática nas escolas públicas. É trabalhada a questão da gestão em termos conceituais, o trabalho de professores e pedagogos no ambiente escolar, mas principalmente a ação dos atores em relação a gestão democrática no interior da escola. A pesquisadora considera a necessidade de ampliar e dinamizar o convívio entre gestores, professores, funcionários da escola e comunidade, visando uma escola que abranja um conhecimento amplo e significativo para os alunos.

Na perspectiva de Silva (2018), esta pesquisadora compreende, após pesquisa realizada, que para a existência da gestão democrática é preciso a participação de todos em relação a vida escolar, pois a escola é uma instituição social fundamental para o bom funcionamento da sociedade.

Tipo de Documento Tese de Doutorado: Silva, Kátia Valéria Ataíde e. **Gestão democrática escolar: uma experiência em duas escolas públicas na rede municipal de João Pessoa-Paraíba.** Tese de Doutorado – Universidade Federal da Paraíba – 2018

Resumo: Este estudo trata sobre a construção da gestão democrática na escola pública. A pesquisa teve como objetivo analisar como se dá o processo de gestão democrática em duas escolas, na rede pública municipal de João Pessoa, na Paraíba. Para fundamentar esse estudo tomaram-se as reflexões sobre as concepções teóricas democráticas e modelos de gestão construídas ao longo do tempo histórico. Realizou-se uma contextualização sobre a reforma gerencial do Estado brasileiro e sua influência no campo da política educacional, situando a política de democratização da gestão, nos anos de 1990. Sobre a gestão democrática, abordaram-se os aspectos históricos, legais, princípios e instâncias colegiadas. Entende-se a gestão democrática uma prática social, caracterizada pelo engajamento e participação da comunidade escolar – pais, alunos, funcionários, professores, especialistas, gestores – no agir autônomo e dialógico. A pesquisa se insere na abordagem qualitativa, tomando-se por base categorias que se aproximam do método dialético. Para a coleta de dados foi realizada a pesquisa documental e bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com 28 sujeitos de duas escolas públicas, nosso campo empírico. O recorte temporal da pesquisa situa-se no período de 2015 a 2017. Os dados resultantes das entrevistas foram analisados pela técnica da Análise de Conteúdo, sistematizada por Bardin (2010). A pesquisa evidenciou que a maioria dos entrevistados, nas duas escolas investigadas, apresenta compreensão sobre a gestão democrática, ressaltando os mecanismos de participação –

eleições diretas para gestor, conselho escolar, conselho de classe, projeto político pedagógico, planejamento pedagógico e assembleia de estudantes - e o trabalho coletivo, como elementos de significância na organização escolar. Apesar da existência viva de mecanismos de participação, detectaram-se elementos comprometedores do processo de construção da gestão democrática escolar, a exemplo do conselho escolar, que apesar de se constituir uma instância representativa, há problemas no processo de escolha dos representantes; os planejamentos pedagógicos, valorizados e participativos, não envolvem toda comunidade, pois limita o processo de discussões e encaminhamentos, aos gestores, professores e especialistas. O conselho de classe é realizado, excluindo os estudantes. Estes elementos passam a exigir um cuidadoso processo formativo de discussão sobre gestão democrática e seus desdobramentos. Por fim, o estudo aponta que há mudanças nas escolas pesquisadas: melhoria do relacionamento interpessoal escolar; a integração, o diálogo entre escola e comunidade; diminuição da evasão; melhoria na qualidade do ensino. O fortalecimento de parcerias da escola com instituições e o reconhecimento da comunidade pelo trabalho comprometido e acolhedor nas duas escolas, são outras mudanças identificadas.

Palavras chaves: Gestão democrática escolar, Mecanismos de participação, Práticas de mudança

Neste sentido, é abordada a temática como fenômeno histórico, bem como seus princípios legais, suas instâncias e colegiados, pois em uma organização democrática, esses elementos são básicos, bem como é preciso dar voz aos interessados, desde a comunidade escolar, professores, alunos e toda equipe gestora da escola, sendo que neste caso a gestão democrática vai funcionar no sentido de sua funcionalidade e objetivos em relação a um processo educativo mais amplo e cidadão. Desse modo, a pesquisadora compreende a gestão democrática como sendo uma prática social, caracterizada pelo engajamento e participação da comunidade escolar, pais, alunos, funcionários, professores, especialistas, gestores e no agir de autonomia e dialógico. Assim, estão presentes os principais elementos que caracterizam uma escola de gestão democrática e a pesquisadora realiza um estudo comparativo para atingir seus objetivos de pesquisa no sentido de compreender a gestão democrática na escola básica.

Na pesquisa de Silveira (2021), temos uma reflexão crítica sobre a gestão democrática na sua associação com o conselho municipal de educação, pois este também é um conselho que deveria contribuir para a ampliação e desenvolvimento das práticas sociais e políticas da gestão democrática na escola e assim, trazer contribuições para a efetividade da democracia na escola.

Tipo de documento: Dissertação de Mestrado: SILVEIRA, Viviane da Silva. **O conselho municipal de educação de São Roque/SP: a gestão democrática em debate /**

Viviane da Silva SILVEIRA -- 2021. 168f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos.

Resumo: A ênfase desta pesquisa foi a de analisar o desdobramento do processo da gestão democrática mediante a organização e funcionamento do Conselho Municipal de São Roque/SP (C.M.E-SR) na percepção dos conselheiros. Em levantamento preliminar a partir de pesquisas e estudos exploratórios referentes ao termo: “Conselho Municipal de Educação”, em teses e dissertações no período de 2015 a 2018, tomando como base a Plataforma do Banco de Teses da Capes, foram localizados 35 trabalhos, sendo 6 teses de Doutorado e 29 dissertações de Mestrado. Destaca-se que dos trabalhos encontrados, nenhum se refere ao Conselho Municipal de São Roque/SP. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa e o tratamento dos dados foi realizado por meio de análise de conteúdo a partir da obra de Cellard (2014), no que concerne aos registros das atas das sessões efetuadas por esse órgão gestor, bem como da legislação municipal, e das entrevistas semiestruturadas com os conselheiros em exercício. A partir do estudo foi possível perceber que nesta trajetória de vinte três anos de existência, o C.M.E-SR buscou com diligência envolver-se nas questões educacionais. Contudo, um dos entraves que dificultaram os processos de atuação e continuidade dos encaminhamentos estava relacionado a ausência injustificada dos conselheiros que resultaram em reuniões canceladas por insuficiência de quórum. Observa-se a partir das atas que o desenvolvimento da autonomia do C.M.E-SR esteve comprometida devido à falta de estrutura para um melhor funcionamento, como: verba própria e espaço físico para as sessões, que eram reiteradamente reivindicadas. O princípio norteador da gestão democrática ainda requer mais atenção e trabalho, bem como, a abertura a participação nas decisões concernentes a educação municipal. Vale ressaltar que os conselhos são órgãos colegiados responsáveis por acompanhar as ações educacionais do município, sendo constituídos a fim de representar a voz da sociedade perante o governo.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação. Gestão democrática. São Roque-SP.

Neste sentido, são destacados alguns dos limites presentes no modelo de organização do Conselho Municipal de Educação, pois um dos entraves que dificultam os processos de atuação e continuidade dos encaminhamentos está relacionado à ausência injustificada dos conselheiros que resultaram em reuniões canceladas por insuficiência de quórum, bem como aponta questões estruturais e de infraestrutura para o funcionamento do CME estudado.

Carvalho (2020) realiza uma abordagem em relação a gestão democrática na escola a partir de uma perspectiva de compreensão do público-privado; analisa uma organização social (empresa privada) que se insere no âmbito da educação e implementa políticas de gestão e organização baseada não mais nos princípios da gestão democrática, mas sim, a partir dos valores do mercado.

Tipo de documento: Dissertação de Mestrado:

CARVALHO Sheceilder Fagundes. **A escola não cabe numa planilha: implicações do programa jovem de futuro para a gestão Democrática da educação numa escola da rede estadual do Rio Grande do Sul**- UFRS, Porto Alegre - 2020.

Resumo: Esta dissertação aborda a relação público-privado na educação a partir da intervenção do Instituto Unibanco por meio de sua principal tecnologia educacional, o Programa Jovem de Futuro, numa escola pública do Rio Grande do Sul no período de 2011 a 2013, discutindo as contradições do processo de materialização do programa na escola e suas implicações para a experiência da gestão democrática da mesma. A pesquisa caracteriza-se como documental, analisando qualitativamente fontes primárias do Instituto Unibanco, fontes secundárias que abarcam as produções acadêmicas acerca dele, bem como documentos do Programa Jovem de Futuro produzidos na e para a escola, no recorte temporal do estudo. Para tanto, contextualizam-se entrevistas semiestruturadas realizadas com sujeitos que experienciaram a intervenção do Instituto Unibanco na escola. Além disso, dialoga-se com referenciais teóricos do materialismo histórico-dialético em Marx, em especial com as categorias de análise da totalidade e contradição. Verifica-se, ao longo do trabalho, que as bases da gestão democrática na escola foram sistematicamente ressignificadas a partir das bases procedimentais que definem o conteúdo da proposta do Programa Jovem de Futuro – fundamentalmente o gerencialismo -, ressignificando o caráter da escola e da comunidade, que incorporam a lógica e os interesses do mercado, modificando, dessa forma, o conteúdo da educação pública. Palavras-chave: Relação público-privado. Instituto Unibanco. Programa Jovem de Futuro. Educação pública. Gestão democrática.

Segundo essa pesquisadora, as bases da gestão democrática na escola foram sendo sistematicamente ressignificadas a partir das bases procedimentais que definem o conteúdo da proposta do programa Jovem do Futuro. Neste sentido, fundamentalmente o gerencialismo, vai ressignificar o caráter da escola e da comunidade, que passam a incorporar a lógica e os interesses do mercado, modificando a finalidade da educação pública. Essas ações das empresas privadas e institutos no interior da gestão da escola pública, vai de fato, limitar as atividades de professores, gestores e alunos, pois estes perdem em autonomia e liberdade para a realização e desenvolvimento de suas atividades em termos escolares.

Tipo de documento: Dissertação: Arce, Priscila Damasceno. **É possível a gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de São Paulo? 2018**. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

Resumo: Esta dissertação situa-se na linha de pesquisa Desenvolvimento profissional do formador e práticas educativas, do Programa de Mestrado em Educação: Formação de Formadores, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: É possível a gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de São Paulo? De modo a buscar respostas para essa questão, foi

estabelecido o objetivo geral: verificar, por meio da análise das atribuições e competências do diretor de escola e dos coordenadores pedagógicos constantes no Decreto Municipal nº 54.453/13, se a gestão democrática na prática escolar ocorre de forma efetiva, e os objetivos específicos: a) classificar as competências e atribuições dos gestores educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo segundo as categorias geradora, potencializadora ou impeditiva à efetivação da gestão democrática; b) descrever o projeto político-pedagógico de uma escola da rede municipal de ensino de São Paulo, a fim de se recuperar a necessidade da autonomia na tarefa educativa e c) relacionar o que prevê o Decreto nº 54.453/13 no que se refere às atribuições e competências do diretor de escola e dos coordenadores pedagógicos com a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola. Os achados nos permitiram constatar que se as competências e atribuições dos gestores estiverem cada vez mais a serviço da intervenção externa, pautada no controle da avaliação de resultados e em outros dispositivos legais, elas podem se tornar incompatíveis com a efetivação da gestão democrática. A investigação revelou que a estrutura da administração pública e o estilo de gestão municipal submetem o Decreto investigado a outras normatizações criando uma distância entre o princípio de gestão democrática e a prática destes profissionais. Contudo, haveria possibilidade de serem mais geradoras e potencializadoras da gestão democrática se estiverem a serviço dos objetivos educacionais elencados no Projeto Político-Pedagógico, um instrumento que, aliado à autonomia da tarefa educativa, pode ser o diferencial naquilo que é reivindicado pelas escolas para a qualidade do ensino, disputando no contexto de governos democráticos o direito ao verdadeiro sentido deste princípio na prática escolar. Além disso, sugere-se a revisão e o estabelecimento de arranjos legislativos que resultem em práticas de gestão democrática do ensino público que podem ser caminhos para a conquista de direitos sociais.

Palavras-chave: Democratização da educação, Escolas - Organização e administração - Participação do cidadão, Educação e Estado - São Paulo (cidade)

No estudo realizado por Arce (2018), acima, é analisada a gestão democrática a partir da pergunta: É possível a gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de São Paulo? A pesquisadora considera, ao final de sua pesquisa, que se as competências e atribuições dos gestores estiverem cada vez mais a serviço da intervenção externa, pautada no controle da avaliação de resultados e em outros dispositivos legais, elas podem se tornar incompatíveis com a efetivação da gestão democrática. Também considera que a estrutura da administração pública e o estilo de gestão municipal se submetem normatizações, criando uma distância entre o princípio de gestão democrática e a prática destes profissionais. Contudo, apresenta o Projeto Político-Pedagógico como um instrumento que, aliado à autonomia da tarefa educativa, pode ser o diferencial naquilo que é reivindicado pelas escolas para a qualidade do ensino.

Portanto, ao realizar a análise desse conjunto de pesquisas de mestrado e de doutorado, podemos perceber suas formas de elaboração, aportes teóricos trabalhados e processos e procedimentos metodológicos que, de certo modo, contribuíram para a

construção de conhecimentos sólidos sobre a gestão democrática e suas diversas implicações. Nesse sentido, são questões importantes que envolvem a forma de gestão democrática na escola pública, como é o caso da gestão, da administração escolar, da participação dos alunos, da comunidade escolar, da sociedade e dos demais integrantes da escola. Para tanto, só é possível construir uma sociedade e uma escola democrática, quando todos esses atores tiverem condições de se inserir e participar da vida pública da sociedade, do Estado e da escola, pois a gestão democrática é um caminho necessário a ser seguido, apesar das nuances conflituosas, contraditórias, dos desafios, mas se constrói uma sociedade e uma escola de qualidade com conflitos e que esses possam ser resolvidos respeitando-se as liberdades individuais e coletivas.

Uma questão recorrente encontrada nas pesquisas, foi a dimensão da participação. Paro (2018) nos alerta que tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva, coloca-se a necessidade de preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Temos, assim, o entendimento de que a democracia, em termos escolares, é fruto de um processo histórico e que necessita de uma forma de organização para inserir as pessoas, onde a escola não pode estar fora dessas relações.

Por outro lado, podemos dizer nas palavras de Lima (2001), que a luta por uma escola pública e popular implicará um processo de progressiva abertura e inserção comunitárias, mesmo de apropriação criativa da escola pela comunidade, por forma a transformá-la num centro irradiador da cultura popular e num espaço de organização política das classes populares. Então, estamos diante de uma realidade em que a instituição escolar pode ser ou irá ser um ambiente para a formação ampla de suas crianças, adolescentes e jovens, pois envolve desde a formação escolar, mas também a formação política, cultural. Neste caso, é preciso defender uma escola que possa ser democrática, popular e que possa incluir todos em um ambiente seguro para o aprendizado e o debate de temas relevantes para a sociedade democrática.

3.4 A escola e a gestão democrática: desafios e caminhos possíveis

Tratar da gestão democrática na escola nos faz retomar, então, a temática sobre a Reforma do Estado nos anos 1990, pois houve e ainda há no cenário educacional, a discussão e os embates sobre gestão democrática no contraponto com a gestão gerencial das instituições.

A Reforma do Estado nos anos 1990, se institui no contexto de uma racionalidade pragmática, imprime a denominada Nova Gestão Pública sob as premissas do neoliberalismo, como já tratado anteriormente neste trabalho.

A estruturação da Nova Gestão Pública assenta-se sob as bases da performatividade, da produtividade e desempenho. Esses princípios são observáveis no conjunto de políticas educacionais e orientações nos campos da avaliação do desempenho, avaliação dos resultados a partir de proposição de metas a serem alcançadas; inscrevem-se na organização e estruturação pedagógica no campo educacional, imprimindo medidas para a meritocracia, observando-se a eficiência e eficácia do trabalho, a competitividade na perspectiva do ganho individual. Nesse sentido, acentua o modelo de administração de instituições educacionais referenciada na administração gerencial, aos moldes das empresas privadas, na apropriação de conceitos técnicos, racionais e meritocráticos, portanto, gerencialistas e performativos, idealizados para sistemas mecanizados e seriados, inseridos em uma lógica burocrática e racional. É o que vivenciamos, inclusive, na atualidade no campo educacional. (AFONSO, 2020; SANDER, 2016; SOUZA, 2019).

Conforme Gaulejac (2007, p. 111),

O gerencialismo apresenta-se como a arte de governar os homens e as coisas: de um lado fazer a arrumação e dirigir; do outro ordenar e arranjar. Temos aqui uma tecnologia política [...]. Ou seja, um conjunto de microdispositivos que não aparecem como fruto de uma concepção centralizada, de um sistema de dominação preestabelecido, mas como um conjunto disparatado de tecnologias, de regulamentos, de procedimentos, de arranjos e de discursos que emergem em dado momento histórico. Embora concebidos em lugares diferentes e sem acordos prévios, esses elementos são portadores de características comuns e de uma similar concepção da ordem social.

Gaulejac (2007), analisa que a gestão gerencialista coloca-se como uma tecnologia e podemos também pensar em uma estratégia camuflada de gestão nomeada como modernizadora, aparentemente menos repressivo e com tônica de organização planejada que tem, ao final, a intenção do controle, do uso de procedimentos mensuráveis para “tornar os corpos úteis” (Foucault, 1975 apud Gaulejac, 2007, p. 112). O autor explica:

A gestão gerencialista apresenta-se como um progresso notável diante do caráter opressivo e estático do sistema disciplinar. Suas principais características são bem conhecidas: o primado dos objetivos financeiros, a produção da adesão, a mobilização psíquica. Espera-se dos empregados uma implicação subjetiva e afetiva. Essa implicação não é canalizada sobre as pessoas, mas sobre a própria organização. É a empresa “personificada”. Os empregados dela esperam o reconhecimento. [...] A empresa gerencial não é tanto uma “burocracia liberal” (Courpasson, 2000), mas um sistema “sociopsíquico” de dominação, fundado sobre o objetivo de transformação da energia psíquica em força de trabalho. (grifos do autor).

Interessante analisar que, na concepção de Gaulejac (2017), o gerencialismo ou a gestão sob os pressupostos do gerencialismo extrapola o controle das organizações, instituições e chega ao controle do corpo e controle psíquico dos sujeitos, dos trabalhadores. Complementando-se a esse entendimento, Ball (2005), analisa que a cultura da performatividade está presente nas políticas educacionais e têm pautado medidas de produtividade. A performatividade alia-se à ideia de qualidade ou validação de padrões de excelência, nessa compreensão (BALL, 2005, p. 37).

A perspectiva da gestão democrática contrapõe-se aos modelos da gestão gerencial, porém, Drabach (2010) infere que há uma perversidade no movimento de constituição do modelo gerencial de gestão, pois há uma apropriação simulada de princípios democráticos, pois aparenta a não opressão e simula participação ou pertencimento dos sujeitos na gestão, mobilizando-os a se perceberem responsáveis pelo sucesso ou não dos resultados.

A gestão democrática na escola apresenta como princípios a participação, a autonomia e a descentralização das decisões, bem como baseia-se em valores como a igualdade, cidadania, solidariedade, pluralidade. A gestão participativa é aquela que inclui a participação dos sujeitos em proposições coletivas e colegiadas. Propõe-se a avaliação democrática, diagnóstica e pedagógica. (LUCKESI, 2011; HOFFMAN, 2018).

Uma década após a aprovação da LDB 9.394 de 1996, é necessário qualificar a participação, é necessário legitimar no interior da escola a participação efetiva em detrimento à participação passiva. Participar não é somente estar presente e contribuir para a confirmação do que já está posto e instituído. É, antes, avaliar e considerar os vários condicionantes que circunscrevem a realidade escolar por meio de uma efetiva representação de seus componentes.

É a participação que contribui para a tomada de decisões, de forma coerente e com os objetivos coletivamente definidos a serem concretizados. Em uma sociedade democrática, segundo Cury (2014), as definições de democracia contêm uma boa dose de polissemia. Contudo, de uma maneira ou de outra, a noção de participação pelo voto por

parte da população, especialmente se voto universal, é um ponto razoável de convergência entre os estudiosos. É certo que esta participação nem sempre foi mais larga.

A lógica da gestão democrática é uma forma de inserir a instituição escolar em um novo modelo de organização com possibilidades de criação de um novo hábito no interior das instituições escolares. É preciso a mobilização e participação de todos, desde a comunidade local, bem como a gestão, professores e alunos. Para a efetivação desta nova organização, é preciso conhecer a legislação e estabelecer marcos teórico-práticos, construídos coletivamente para a sua efetivação. Podemos afirmar, a partir de Lima (2000), que uma escola democrática é a de uma educação libertadora e emancipatória, através da qual os educandos se conscientizam e se transformam em agentes ativos da mudança do mundo e de suas estruturas de dominação.

Para Adrião e Andrade (2002), é no âmbito da gestão escolar que o princípio da democratização do ensino se consolida como prática concreta. Portanto, cabe entender os limites e as possibilidades da lei, menos como expressão de normas jurídicas e genéricas e mais como instrumento indutor de modificações de práticas sociais concretas, neste caso, quer comprometidas como aumento da qualidade social que se deseja inaugurar. Neste caso, temos as duas possibilidades, uma que é legitimada pela legislação e a outra é a aplicabilidade prática dos valores democráticos no interior da escola, como é caso da participação efetiva de todos os integrantes da escola em termos de gestão democrática e a defesa das práticas democráticas e cidadãs.

Para que as escolas e demais instituições de ensino possam ter uma gestão democrática como processo a ser compreendido e progressivamente implementado a partir da instituição de leis, como a Constituição de 1988 e a LDBEN de 1996⁴³, ocorreram reformas educacionais no âmbito do Estado e das escolas. Por isso, é preciso perceber que não somente uma única instituição deve ser democrática, mas sim todas aquelas que integram o conjunto da gestão e organização estatal, tudo isso ligado à sociedade civil, pois é esta que também é a intermediária das lutas sociais existentes nos mais variados campos sociais, de movimentos sociais do campo ou da cidade ou até mesmo de grupos que reivindicam seus direitos socialmente.

Desta maneira, destacamos que:

A formulação de um Estado Democrático de Direito, posta no atual ordenamento jurídico nacional de 1988 como um todo, é um Estado de Direito,

⁴³ Mesmo passando a existir a referida legislação educacional, isso não foi instituído de imediato em todas as escolas, sendo assim, foi o princípio que foi estabelecido e que foi se desenvolvendo ao longo das décadas posteriores, (1990-2000); (2010-2020).

já que reconhece explícita e concretamente a soberania da lei, do regime representativo e das liberdades civis. E, ao mesmo tempo, o supera tanto pela inclusão e reconhecimento de direitos sociais, direitos políticos e direitos humanos, como pela assunção do poder popular como fonte de poder e da legitimidade e pela consideração deste como componente dos processos decisórios mais amplos de deliberação pública e de democratização do próprio Estado (CURY, 2014, p. 13).

Por outro lado, para Lima (2000) a democratização da escola não se constitui, apenas, como problema tipicamente escolar ou técnico-pedagógico. As mudanças e transformações propostas para a gestão escolar não podem, por definição, ser realizadas dispensando os atores escolares mais imediatamente centrais à ação pedagógica. De fato, a democratização ou as práticas sociais democráticas, devem ocorrer no âmbito de toda a sociedade, a escola é mais uma das instituições de um conjunto maior.

Neste sentido, segundo Lima (2000) a construção de uma escola democrática constitui, assim, um projeto que não é sequer pensável sem a participação ativa de professores e alunos, mas cuja realização pressupõe a participação democrática de outros setores e o exercício da cidadania crítica de outros atores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em co-construção. Por isso, as práticas democráticas no interior das instituições escolares, devem estar ligadas diretamente a outros grupos ou setores da sociedade que necessitam também exercer os seus direitos sociais e civis no sentido da defesa de uma sociedade e uma escola que possam ser democráticas na sua totalidade.

Nesse contexto, temos o uso das práticas democráticas em que a escola também passa a ser uma instituição social fundamental na defesa de direitos sociais, políticos e civis, pois esta é o espaço dos debates, das discussões de temáticas sociais e ao mesmo tempo, toma posição para um modelo de sociedade democrática. Ainda assim, seguindo as ideias de Cury (2014), este afirma que todo avanço da educação escolar, além do ensino primário, resultou de lutas conduzidas por uma concepção democrática da sociedade em que se postula ou igualdade de oportunidades ou mesmo a igualdade de condições sociais.

Para tanto, Lima (2000), afirma que a luta por uma escola pública e popular também implicará um processo de progressiva abertura e inclusão comunitárias, mesmo de apropriação criativa da escola pela comunidade, por forma a transformá-la num “centro irradiador da cultura popular” e num “espaço de organização política das classes populares”, lugar de associação da educação formal e da educação não formal à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. Percebemos assim, que uma escola democrática da forma que o autor acima propõe, se torna interessante quando possibilita ampliar suas formas de ações, de implementação de um número cada vez maior

de pessoas, bem como tem suas funções bem definidas no âmbito da sociedade. Por outro lado, essa instituição democrática deve estar atendendo as classes populares e ao mesmo tempo expressando os seus valores e sua cultura.

Construir a gestão democrática no interior das escolas implica a criação de instâncias colegiadas de caráter deliberativo para a consolidação da participação efetiva da comunidade escolar. Paro (2003, p. 79 - 80), aponta alguns elementos que se apresentam como efetivação da participação da comunidade escolar que pressupõem caráter deliberativo:

[...] instalação de uma estrutura político-administrativa adequada à participação nas tomadas de decisão de todos os setores que aí têm presença [...]: processos eletivos para a escolha de dirigentes escolares; conselhos de escola formados pelos vários segmentos da unidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários) [...]; grêmio estudantil, associação de pais, professores e funcionários [...].

É também de suma importância a participação coletiva para a construção, execução e avaliação do projeto político-pedagógico. Os conselhos de classe e os conselhos escolares são instâncias colegiadas de caráter deliberativo que devem ser organizadas e realizadas no interior da escola.

Todas as instâncias citadas se articulam ao trabalho educativo no sentido de lhes conferir legitimidade e validade, ou seja, devem auxiliar na construção de concepções e práticas, tanto dos alunos quanto dos professores, mais democráticas e participativas e, ainda, na construção sistemática da identidade da escola. Tal identidade deve ser formalizada por meio da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) em que se explicitam os objetivos para a realização do trabalho educativo e os meios utilizados para o alcance do fim determinado. Meios e fins não se separam, sob pena de se burocratizar a atividade escolar.

O PPP deve ser a expressão do fortalecimento da identidade da escola já que é nesse documento que serão esboçadas as concepções de sociedade, educação e sujeito que se quer formar. É importante ressaltar que os embates e discussões para definição das concepções que nortearão as práticas educativas não podem perder de vista os objetivos precípuos da escola pública e que justificam a sua existência como instituição social e o trabalho dos profissionais que nela atuam.

Cury (2014) aponta ainda que dentro dos seus limites, a escola possibilita um espaço de transmissão de conhecimento e de convivência social tendentes a assinalar um projeto de sociedade menos desigual. Esta auxilia na eliminação das discriminações e,

nesta medida, abre espaço para outras modalidades mais amplas de emancipação. O referido autor ainda afirma que ao declarar e assegurar a educação como direito nas Constituições são mais do que uma proclamação solene. Declarar é retirar do esquecimento e que somos sujeitos de um direito importante. Declarar e assegurar, sob esse enfoque, resultam na necessária cobrança de quem tem o dever e a consequente assunção de responsabilidade de assegurá-lo, e, no caso de omissão, o direito de cobrá-lo quando ele não é respeitado.

Desse modo, para contribuir com a construção de uma sociedade democrática, a escola deve cumprir um papel fundamental na formação de crianças, jovens e adultos, pois a formação pelo conhecimento, com o saber sistematizado e crítico é fruto das relações escolares, então, não podemos negar o direito à escola e à formação intelectual dos indivíduos. Outro ponto fundamental para que possamos ampliar nossa compreensão do que vem a ser a escola, além da formação acadêmica e intelectual, esta cumpre um papel significativo que contribuiu para a diminuição das desigualdades sociais e também na integração social em um processo de socialização no sentido de ampliar a formação social dos indivíduos. (COELHO, 2012).

Retomando a questão da gestão democrática nas escolas públicas brasileiras, Paro (2016) afirma que, se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. Neste sentido, a classe trabalhadora deve ter acesso a uma formação escolar e com certa qualidade, pois esse serviço público, deve buscar esse fim, ou seja, servir a população que necessita desse serviço de forma suficiente e com qualidade. A escola e sua forma de organização e gestão, não está desvinculada das relações com a sociedade, logo, deve atender diretamente as necessidades desta e possibilitar uma formação escolar para estes a partir da sua realidade. Por outro lado, segundo Aguiar (2011), espera-se da educação e da escola que, além do cumprimento das funções sociais e pedagógicas que lhes são próprias, sejam indutoras de novas formas de sociabilidade humana, que influenciem o padrão de desenvolvimento e a consolidação da democracia.

Desse modo, a comunidade local é fundamental em todo o processo de organização e atuação da escola, desde a entrada dos seus filhos no processo educativo, passando pelo processo de participação nas decisões democráticas da instituição escolar. Paro (2016), acrescenta:

Outro aspecto importantíssimo do problema da participação da comunidade na escola, e que requer medidas corajosas, refere-se ao provimento de condições para que os membros das camadas exploradas participem da vida escolar. Não basta permitir formalmente que os pais de alunos participem da administração da escola; é preciso que haja condições materiais propiciadoras dessa participação. A este respeito, uma medida que acredito deva ser tomada pelo congresso constituinte é a instituição de dispositivo constitucional que facilite a participação dos pais na vida da escola, por meio da progressiva isenção de horas de trabalho nas empresas. Tal dispositivo poderia ser imaginado, a princípio, na forma de liberação do trabalhador com filho em idade escolar de um determinado número de horas de trabalho, sem prejuízo de seus vencimentos, nos dias em que tivesse que comparecer à escola para participar de assembleias ou tratar de problemas relacionados à escolarização do filho. Estabelecido o princípio, a matéria seria depois regulamentada por meio de lei complementar (PARO, 2016, p. 18-18).

Na verdade, para a família ou responsáveis participar da formação e acompanhamento do seu filho (a) na escola, não é necessária uma lei ou norma para esse fim, mas sim uma consciência desses responsáveis pela formação dessa criança ou jovem. Grande parte das famílias que têm seus filhos em escolas públicas são trabalhadores e não tem tempo suficiente para poder ter um contato mais direto na formação desses alunos, mas por outro lado, se o Estado possibilita a criação de uma legislação para esse fim, vai facilitar que muitos pais ou responsáveis possam estar mais diretamente ligados e acompanhando a vida escolar dessas crianças e adolescentes⁴⁴. Neste caso específico, as autoridades estariam criando ou possibilitando uma condição material para que as famílias pudessem participar.

Uma legislação como essa em uma realidade como a brasileira, iria de fato incentivar muitos pais que não têm condições de ir até a escola ou até mesmo acompanhar cotidianamente a formação escolar do seu filho (a). Sendo assim, seriam ações tanto por parte da instituição estatal como das empresas privadas onde muitos pais trabalham, em que deveria ter um acordo para que o responsável pelo aluno pudesse ser liberado para poder participar das reuniões e demais atividades da instituição escolar. Não basta somente ter uma gestão democrática que visa a participação de todos na vida da escola, como a comunidade e os alunos, mas sim criar ou possibilitar condições de todos participarem ativamente da vida no âmbito da escola.

Nesta perspectiva, seguindo as ideias de Botler (2011), a noção de democracia inclui, portanto, diversas concepções de participação, que se expressam vias táticas

⁴⁴ Não se trata de meramente criar uma lei, mas sim, estabelecer uma legislação que possa amparar o pai e a mãe que são trabalhadores que possam acompanhar a formação escolar de seus filhos em dias que foram previamente estabelecidos por lei. Neste sentido, o Estado e a escola como instituições sociais estariam cumprindo mais uma função social importante.

diversificadas desenvolvidas em conformidade com as diversas situações nas quais os sujeitos e os segmentos se veem envolvidos. Ou seja, em uma sociedade democrática as pessoas têm que ter condições de participar do processo, como é o caso da participação dos pais dos alunos em atividades no interior da escola, desde o acompanhamento da formação do seu filho ou filha, até mesmo em decisões que implicam a organização da escola e o aprendizado dos alunos. Neste sentido, em uma instituição de gestão democrática, é preciso deixar claras as formas de participação, bem como atender as demandas das pessoas (famílias), que estão vinculados também à instituição escolar.

Desse modo, a escola deve possibilitar a integração e participação de seus integrantes, deixar claro que estes têm que manifestar seus interesses coletivos de cidadãos na defesa de uma educação pública de qualidade. Assim, Botler (2011), afirma que a escola oferece diversas oportunidades de participação aos sujeitos que a integram, sejam formais, informais ou não-formais, que remetem ao entendimento de democracia instituída, a partir do interior do mundo da vida escolar. O nível de atividade participativa varia nos diversos segmentos, faz parte da organização e, mais, independe da perenidade das pessoas na vida escolar. Relaciona-se, na prática, à diversidade conceitual a respeito de participação, bem como ao potencial comunicacional da organização.

Neste sentido, a escola e sua gestão devem estabelecer um diálogo coerente com seus alunos, professores e a comunidade na qual está inserida, buscando estabelecer formas de participação coletiva, discussões sobre a realidade dos alunos e da comunidade, ao mesmo tempo em que visa discutir questões importantes para resolver os problemas associados à qualidade na formação dos alunos. Por isso, a escola deve buscar formas coletivas de participação e canais de diálogo com o objetivo de não somente ter uma comunicação com seus integrantes, mas que possibilite várias formas dessas pessoas participarem coletivamente na vida da escola e da formação escolar de seus filhos.

Paro (2016), analisa que parece faltar ainda uma maior precisão do conceito de participação⁴⁵. A esse respeito, quando uso esse termo, estou preocupado, no limite, com a participação nas decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões.

⁴⁵ Esse conceito deve ser ampliado no sentido de novas pesquisas, novas perspectivas de análise sobre essa realidade. Por isso, é preciso entender o papel e a função social de cada integrante da escola no interior da gestão democrática, que pressupõe participação política no ambiente escolar.

Desta forma, a escola e sua gestão ao realizar reuniões ou assembleias, devem chamar os pais para participar de forma mais efetiva. Por outro lado, é preciso deixar claro no Projeto Político Pedagógico da instituição escolar, como os pais podem participar e contribuir com a gestão na escola. Para tanto, esses pais devem conhecer o que é a escola, seus objetivos e funções na formação dos seus filhos, bem como a importância dessa instituição para a vida tanto escolar ou acadêmica para o aluno e como pode contribuir com o processo de inserção social desta criança ou jovem na sociedade em que vive.

Paro (2001; 2016), analisa que a possibilidade de uma gestão democrática no sentido de sua articulação, na forma e no conteúdo, com os interesses da sociedade como um todo, tem a ver com os fins e a natureza da coisa administrada, ou seja, da gestão democrática da escola e suas especificidades. Sendo assim, no caso da gestão e da administração escolar, sua especificidade deriva, pois, de: a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca. Esses dois aspectos não estão de modo nenhum desvinculados um do outro. Desse modo, podemos dizer que a gestão democrática é uma totalidade e não um fragmento interno da escola, pois esta envolve um conjunto de pessoas e grupos sociais que se apropriam do espaço e o ambiente organizado da escola.

Ainda segundo as ideias de Paro (2016), nessa relação, entretanto, é necessária uma visão crítica do processo da administração e da gestão escolar, a qual exige um conhecimento mais ou menos preciso da estrutura socioeconômico da sociedade capitalista que vivemos. A gestão escolar precisa ser entendida no âmbito da sociedade política comprometida com a própria transformação social. Esse conhecimento é complexo como também é a escola e as relações sociais que são estabelecidas dentro desta, pois é um tipo de instituição social que se relaciona diretamente com a sociedade, onde uma escola bem organizada e com uma gestão coletiva e participativa, vem contribuir diretamente com uma sociedade democrática e uma cidadania ativa dos jovens que atende. Sendo assim, a escola é uma instituição que vem contribuir com o desenvolvimento humano da sociedade, dos seus integrantes que durante sua formação escolar, acabam fazendo avançar formas de conhecimento e a partir daí passam a ter uma autonomia social, intelectual e política.

Podemos dizer que uma escola em termos de sua gestão e organização é feita a partir da participação política de todos os seus integrantes na vida da escola, principalmente os alunos e suas famílias. Em relação a participação na vida da escola, esta deve

criar condições para que as famílias possam estar cada vez mais presentes nesse espaço e a partir daí acompanhar de forma mais próxima a vida do seu filho (a). Sendo assim, segundo Botler (2011), é importante reconhecer na prática cotidiana o exemplo vivo da realização de um projeto de cidadania social, não apenas de direito, mas de reconhecimento de um trabalho feito, que tem sentido na própria existência pessoal e profissional. De fato, todos devem estar inseridos nesse modelo de organização, tendo consciência coletiva de sua função nessa estrutura, pois a escola democrática do século XXI tem que buscar cada vez mais a participação dos seus integrantes. No que diz respeito a cidadania, é preciso pensar no interior da escola de forma coletiva, onde todos os atores possam agir e de alguma forma contribuir com o desenvolvimento da escola e de seus integrantes.

A escola, como instituição social (COÊLHO, 2012), deve buscar o diálogo com os seus integrantes, principalmente as famílias e os alunos, onde esse diálogo pode gerar uma respostas positiva para o que a escola propõe, pode ser uma rápida aproximação em uma reunião até aquela pessoa ter uma consciência que deve estar dentro da escola para acompanhar seu filho, mas também poder contribuir coletivamente com essa instituição social. Botler (2011), avança nesses questões ao perceber a possibilidade de conscientização para a cidadania ativa como um processo gradual que deve partir de alunos e pais, como movimento distinto do movimento social mais amplo, associa-se a organização escolar a uma construção endógena, induzida internamente por parceria dos sujeitos que fazem a organização, a partir das exigências da vida prática, chegando a desmistificar a exigência da intelectualidade, visto que se observa uma crítica direcionada ao segmento que é pensante por natureza.

Essa é uma lógica em que é analisada a participação de alunos, de pais e da comunidade em geral em uma escola pública de gestão democrática. Por outro lado, Paro (2016) vai apontar alguns limites no que diz respeito a essa participação, pois muitas vezes não basta ter uma forma de organização democrática da escola, mas sim colocar em prática. Mas o autor aponta que alguns são liberais, mas não democráticos. Vejamos então, como o autor explicita essas relações:

Na escola pública há que se considerar, também, que sua prática está tão perpassada pelo autoritarismo, que o discurso liberalizante mal consegue escamoteá-lo. Há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são “liberais” com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes “dão abertura” ou “permitem” que tomem parte desta ou daquela decisão. Mas o que esse discurso parece não conseguir encobrir totalmente é que, se a participação depende de alguém que dá abertura ou que permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar

essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir “ditador democrático”. Se a democratização das relações na escola pública ficar na dependência deste ou daquele diretor magnânimo, que “concede” democracia, poucas esperanças podem haver de se contar, um dia, com um sistema de ensino democrático, pois diretores magnânimos e bem-intencionados – alguns que até se prejudicam por amor à causa da democracia – sempre tivemos, mas nem por isso vimos generalizar-se a democracia na rede pública de ensino (PARO, 2016, p. 25-26).

A construção de práticas democráticas e participativas é tarefa complexa e exige, de todos os segmentos que constituem a comunidade escolar, envolvimento e responsabilização quanto ao projeto de sociedade e escola que se quer construir.

Culturalmente, não temos ainda no Brasil, o hábito da participação, seja em espaços públicos seja em espaços privados. Faz parte de nossa recente história política e social, o autoritarismo, o centralismo, o patriarcado, o coronelismo, a ditadura. Toda essa construção histórica mediou nossas posturas no campo social, ou seja, ainda desconfiamos sobre como proceder ou, ainda, não sabemos como. É possível afirmar que a democracia ou os processos de democratização no nosso país ainda estão em fase de construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se chega ao final de uma pesquisa e se faz a exposição desta, é importante retornar ao que se estabeleceu como tema e problema, as questões que nortearam os estudos, os objetivos, bem como verificar se a metodologia adotada refletiu as intenções iniciais e de todo o percurso da pesquisa. De modo geral, ao concluirmos esse estudo, passamos a ter outras concepções e percepções sobre o objeto, principalmente as implicações sobre a sua prática direta no ambiente da instituição escolar, dos limites e desenvolvimentos da gestão democrática em termos de visão de mundo.

Para construirmos este estudo, partimos de um conjunto de referenciais teóricos, mas também da experiência pessoal com o objeto a ser investigado, ao longo de mais de 4 anos ou mais, onde esses referenciais foram sendo ampliados e as concepções teóricas começaram a ficar mais claras e ao mesmo tempo o conhecimento foi avançando em termo de compreensão pessoal desta realidade.

Sendo assim, essa pesquisa tem um caráter de estudo bibliográfico, mas em fontes distintas, pois em obras, artigos temos muitas vezes uma perspectiva teórica e conceitual, nos materiais encontrados nas teses e dissertações, temos um conjunto variado de pesquisas de realidades distintas, pois encontramos desde a análise de leis e legislações em geral, bem como trabalhos que realizaram investigações de campo em escolas e demais instituições, entrevistas e estudos de caso, trabalhos de cunho teórico e prático, mas também de cunho qualitativo e quantitativo.

Por isso, o nosso ponto de partida foi iniciar por um levantamento bibliográfico e logo depois ampliamos nossas leituras com o objetivo de ter uma sistemática mais organizada para começar a pesquisa. Com o passar dos semestres, fomos direcionando para o banco de dissertações e teses e a partir deste, nosso objeto passou a ter um direcionamento maior e com uma qualidade adequada para poder delinear e dar continuidade ao processo de investigação do objeto.

Nesse sentido, o trabalho aqui empreendido investigou a produção da pesquisa sobre a gestão democrática na escola básica no período compreendido entre (2018-2021) a partir do estudo de teses e dissertações da BDTD, pois se compreendeu ser uma fonte de referência e recorte importante para o que se queria verificar como objetivo geral, qual seja, procurar evidenciar o impacto na produção de pesquisas sobre gestão democrática em período de embates ideológicos, institucionais e políticos.

Para esse objetivo, foi necessário realizar um movimento mais amplo sobre o objeto da gestão democrática na escola básica, ou seja, procurar compreendê-lo a partir das relações que se estabelecem entre sistema capitalista e Estado, questionar a constituição do Estado Democrático de Direito, usar a lente teórica para trazer elementos sobre democracia e sociedade democrática, sociedade civil, representação política.

No que se refere ao nosso objetivo principal, conseguimos, ainda, demonstrar teoricamente e com os estudos das teses e dissertações que a gestão democrática na educação básica no Brasil tem avançado para a defesa de uma escola pública, gratuita e democrática, mas ainda com limites, pois existem contradições no interior tanto da sociedade como da escola e sua forma de organização democrática. Neste sentido, é preciso fazer avançar, em termos de participação democrática, no âmbito da escola, bem como da inserção social, a participação em termos de cidadania ativa. Sendo assim, trata-se de pontos importantes e que tensionam mudanças no que se refere a organização e a gestão democrática na escola básica.

Diante dos nossos objetivos específicos em termos de organização de pesquisa, buscamos ao longo da nossa investigação demonstrar como o objeto estudado é caracterizado a partir de teorias, conceitos e concepções, mas sempre associado a outros elementos como às outras instituições, neste caso, o Estado brasileiro. No que diz respeito a relação entre o Estado e a sociedade civil, percebemos que algumas mudanças significativas aconteceram a partir dos anos de 1990 com a implementação de políticas públicas e reformas que ampliaram as formas de investimento em educação no Brasil, principalmente por conta de lutas de movimentos sociais voltados para a defesa da educação pública e da escola básica brasileira. Foi possível observar pelos estudos realizados, que há o embate presente entre a perspectiva da gestão democrática na escola e a apropriação de princípios fundantes dessa forma de gestão, pela denominada gestão gerencial, presente no campo educacional mais fortemente desde a Reforma do Estado empreendida no governo FHC.

Para construirmos essas reflexões finais, podemos fazer alguns questionamentos importantes sobre o tema e que retomam nosso problema de pesquisa, que buscou questões importantes sobre a gestão democrática, suas implicações e perspectivas teóricas sobre a escola, sua gestão, organização, participação da comunidade no sentido da defesa da democracia social e política, bem como sua manifestação no interior das escolas. Neste sentido, podemos explicitar algumas dessas questões para orientar nossas reflexões finais.

Foi possível evidenciar a efetivação da gestão democrática escolar, bem como percepção de políticas públicas e de assistência do Estado para essa efetivação? No âmbito da gestão democrática da educação básica, as pesquisas apontam elementos organizacionais e pedagógicos que podem evidenciar a efetividade da gestão democrática na escola pública básica? A escola, no âmbito de sua organização institucional e pedagógica apresenta limites à gestão democrática?

Podemos afirmar que ao longo da nossa investigação foi possível perceber que historicamente o Estado brasileiro vem possibilitando investimentos no campo da educação, com recursos para os governos estaduais e municipais a partir de financiamentos que estão previstos em leis, como é caso da Constituição de 1988, uma legislação que legitima a gestão democrática, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. De fato, nesses últimos 30 anos estamos constatando em termos teóricos, na legislação educacional e na prática das instituições escolares, que a gestão democrática vem sendo efetivada a partir da realização das eleições, da busca pela formação de conselhos escolares, de participação no Projeto Político Pedagógico da escola e também na participação de alunos e as famílias nas ações das instituições de ensino. Por outro lado, é preciso refletir também que ao longo da nossa pesquisa constatamos que falta ainda ser trilhado parte do caminho para uma efetiva e real realização da gestão democrática na escola básica, especialmente no que se refere à dimensão da participação. Esse elemento ficou evidenciado nas teses e dissertações relacionadas e que refletem também os estudos dos autores que fundamentam esse trabalho. A participação com envolvimento coletivo, por meio de representações de segmentos da comunidade escolar, de forma efetiva na escola e em outras instâncias colegiadas ainda carece de atenção e insistência por parte das práticas gestoras.

Para tanto, na exposição dos estudos e pesquisas realizadas sobre essas questões fundamentais, o Capítulo 1 e 2 foram organizados com o intuito de proceder a uma exposição que partisse de análises contextuais, com o intuito de trabalhar com a totalidade, as contradições existentes no âmbito social, das políticas e representações, das lutas empreendidas pela democracia em nosso país.

Procurando um caminho metodológico para exposição, partimos, mais especificamente no Capítulo 2, de um conjunto de obras e autores que desenvolvem estudos teóricos e conceituais em relação a gestão democrática e outras implicações que envolvem a participação no âmbito da escola pública brasileira, pois esse termo enquanto uma concepção teórica e prática se instituiu na agenda das políticas, bem como em

documentos legais, a partir do final da década de 1980 e na continuidade da década de 1990, ao tempo em que foi oficializada como uma forma de gestão e de organização das escolas públicas de todo o país.

Para o Capítulo 3, buscamos organizar a pesquisa realizada para seleção das teses e dissertações a partir da BDTD e, ao mesmo tempo, na análise das mesmas, não perdendo de vista as questões teóricas que envolvem o tema. Sendo assim, começamos a fazer aproximações dos autores que estão presentes nessa dissertação (e que verificamos que são, em boa medida, trabalhados nas pesquisas encontradas da BDTD), no que se refere às categorias que emergiram das teses e dissertações selecionadas e que envolvem a sociedade, a escola, sua forma de organização gestão e outras possibilidades de análise. A partir de análises mais pontuais apresentadas no Capítulo 3, compreendemos que a escola expressa valores e perspectivas de sujeitos coletivos que integram toda sua estrutura, então, essa é uma instituição social que visa a formação de crianças, adolescentes e jovens no sentido da sua intelectualização, socialização, integração e ao mesmo tempo uma educação cidadã para a vida. Compreendemos, também, que está imersa no campo social, político, cultural, econômico, portanto, sujeita aos embates, movimentos desses campos na estrutura social.

Dentro de possibilidades de compreensão do que vem a ser a organização e gestão da escola pública no Brasil, foi possível perceber também que em termos de organização institucional, a escola básica brasileira saiu de um modelo de ensino e institucional baseada no autoritarismo dos anos de 1960 e 1970 para outro que vem construindo formas de gestão, de organização que incentivam a participação dos alunos, das famílias e daqueles que integram a escola no sentido da construção de uma escola democrática. Ainda com limites, as pesquisas selecionadas para o recorte de análise, apontam que a participação da comunidade escolar no âmbito da gestão colegiada, seja em Conselhos Escolares, Conselhos Gestores, Conselho Municipal ainda é tímida e há necessidade de maior intervenção nesse sentido. Porém, é possível analisar que a escola reflete a sociedade que temos e que, em boa medida, ainda precisamos avançar em termos de participação popular na sociedade. Obviamente que ainda existem limites nesta inserção e participação coletiva dos atores que integram a escola, mas o caminho está sendo trilhado, onde cada um deve cumprir o seu papel e a escola cada vez mais cumprir suas funções sociais, políticas e culturais. Por outro lado, as pesquisas nas quais investigamos a gestão democrática na escola na BDTD, nos apontam que já acontecem bons exemplos em todo o Brasil de práticas gestoras democráticas, em que a gestão democrática vem

sendo consolidada e ao mesmo tempo, estimulando a participação de alunos, a comunidade local, servidores administrativos, professores e todos aqueles que vivem e integram a instituição escolar.

Encontramos, também, alguns dados importantes associadas às teses e dissertações selecionadas, no recorte definido, quais sejam: a incidência da pesquisa majoritariamente em Universidades públicas federais com Programas de Pós graduação em Educação de longa data, ou seja, já institucionalizados; concentração de pesquisas com o tema aqui definido em Universidades da Região Nordeste; uma tendência a maior produção de dissertações que teses; uma maior publicação de pesquisas no ano de 2018, talvez pela própria possibilidade de publicação da BDTD.

Um ponto relevante observado e que se refere ao objetivo geral desse trabalho, remete à observação do impacto da produção de pesquisas no período apontado, de entrada de um novo governo na esfera federal. O que pode ser constatado pelos resumos de pesquisas de 2021 e 2022, em especial, é que os pesquisadores não se referem ali às questões impeditivas desenvolvidas pelo governo Bolsonaro ao campo da produção de ciência ou pesquisas, especialmente, descontinuidade de programas governamentais, financiamento; de ataques à democracia, em especial aos desmontes de organizações colegiadas no campo da educação; não se referem aos ataques à educação pública, à escola básica, aos professores. As pesquisas de 2018 e 2019, em boa medida, referem-se a períodos de estudos anteriores à entrada de Jair Bolsonaro na esfera presidencial, mas, de todo modo, os resumos não revelam o movimento da política na incidência da educação escolar e da gestão democrática de forma mais evidente.

Assim, a gestão democrática em seus caminhos desde a origem e a formação, são meios e formas que a escola básica no Brasil encontrou para poder realizar uma educação pública e gratuita que possa atender os interesses e demandas da sociedade civil e seus grupos que de fato exigem das autoridades e do Estado, uma educação que possa ter uma excelência em termos de gestão, organização e na qualidade do atendimento dos alunos como seres sociais.

Desta maneira, para podermos ter condições de garantir direitos dos grupos sociais existentes no âmbito da sociedade civil, temos que ter um modelo de sociedade que possa se organizar a partir de uma democracia representativa no âmbito do Estado na sua relação com a sociedade civil. Por isso, ao apresentar os fundamentos e a historicidade da democracia enquanto uma forma de organização e um modelo para o Estado e a sociedade civil, temos percebido também que a participação coletiva em termos de inserção

democrática tem avançado também, mas não da forma que muitas vezes se manifesta em acirramentos políticos autoritários e na defesa de práticas ditatoriais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Introdução à Sociologia**. São Paulo, Editora da Unesp, 2008.

ADRIÃO, Theresa, CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: ADRIÃO, Theresa e DE OLIVEIRA, Romualdo Portela (Orgs) **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo, Xamã, 2002.

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas e gestão da educação: resistência ativa para uma agenda democrática com justiça social. **RBPAAE** - v. 36, n. 2, p. 403 - 428, mai./ago. 2020

AGUIAR, Márcia Ângela. Desenvolvimento com igualdade social, educação e gestão escolar notas para um debate. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília, Liber Livro Editora, 2011.

AMARAL, Nelson Cardoso e OLIVEIRA, João Ferreira de. **As transições políticas no Brasil e seu efeito na educação brasileira**. UDUAL, Universidades, 2020, núm. 85. DOI: <https://doi.org/10.36888/udual.universidades.2020>.

ANDRADE, Maria Edgleuma de. Gestão democrática na escola pública. In: GOMES, Alfredo Macedo (org.) **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas, Editora Mercado das Letras, 2011.

ANTUNES, Daniela; BOSON, Vitor Hugo. **Representações e disputas em torno da história do direito do trabalho brasileiro**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 42, nº 90, 2022 <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-15>.

ARISTÓTELES, **Política**. Lisboa, Editora Veja, 1998.

ARROYO. M.G. Os Educandos, seus Direitos e o Currículo. In: MEC. **Indagações sobre Currículo** (versão preliminar). Brasília: MEC, 2006.

AVILA Carlos Dominguez e DUARTE, Aldira Guimarães. **Qualidade da democracia no Brasil desde 2014: Instituições, justiça social e subjetividades**. In: AVILA, Carlos Dominguez, FONSECA, Vicente e XAVIER, Lúcia Oliveira. **A qualidade da democracia no Brasil: questões teóricas e metodológicas da pesquisa**. Curitiba, Editora CRV, 2019. Vol. 03.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: Da autonomia a interdependência política**. Revista Opinião Pública. Campinas, vol. 18, n. 02, 2012.

BALL, S. J. **Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade**. Cad. Pesquisa, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.

BAUMAN, Zygmunt, BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2016.

BERGER; BERGER, B. O que é uma instituição social? In: FORACHI, Marialice e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade** (leituras de introdução à Sociologia). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora LTDA, 1988b, p. 193-199.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: Para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2000.

BOSCHI, Renato Raul, CERQUEIRA, Eli Diniz. **Estado e sociedade no Brasil: Uma visão crítica**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 01, 1976.

BOTLER, Alice Mirian Happ. **Diálogo como estratégia da gestão escolar participativa**. In: GOMES, Alfredo Macedo (org.) **políticas públicas e gestão da educação**. Campinas, Editora Mercado das Letras, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 39 a 64.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no collège de France**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2014.

BRASIL, **Constituição de 1988**. Brasília, Editora do Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília, Vol. 01, Mare, 1997.

BRITO, Rose Dayane. **Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra**. Revista Katál, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 220-227, jan./abr. 2021.

BRUNO, Lúcia. **Poder e administração no capitalismo contemporâneo**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: Desafios contemporâneos**. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.

CASTILHO, Daniela; LEMOS, Esther. **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira**. Revista Katál, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021

CARNOY, Martin. **Educação, economia e Estado: Base e superestrutura, relações e mediações**. São Paulo, Editora Autores Associados, 1984.

CEREIJIDO, Juliano Henrique da Cruz. **A democracia antiga não reconhece direitos humanos, a moderna não pode abrir mãos deles**. Revista Jurídica, 2002.

COÊLHO, Ildeu Moreira (Org.). **Escritos sobre os sentidos da escola**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2012.

COSTA, Maria Cristina. **Democracia**. São Paulo, Editora Global, 2001.

COSTA, Ana Maria; RIZZOTO, Maria Lúcia; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. **Lula Presidente: a herança e os desafios para o campo democrático**. Revista Saúde Debate, Rio de Janeiro, V. 46, N. 135, P. 921-925, Out-Dez 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Breve histórico da democracia**. In: Democracia em Colapso? São Paulo, Boitempo e Senac, 2019.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Política, gestão e direito à educação superior: Novos modos de regulação e tendência em construção**. Revista Brasileira de Política, Administração e Educação, n. 01, vol, 38, 2022. (et al).

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo, Editora Cortez, 2009.

CURY, Carlos Alberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. SP: Cortez: Editores Associados, 1986.

CURY, Carlos Alberto Jamil. **Educação e direito à educação no Brasil: Um histórico pelas constituições**. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2014.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: Limites e possibilidades**. In: DAGNINO, Evelina (org) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2002.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **A história política da gestão democrática da educação pública no Brasil**, Anpae, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Estado, educação e democracia no Brasil: Retrocessos e resistências**. Campinas, Revista Educação e Sociedade, 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: Avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília, Liber Livro Editora, 2011.

DRABACH, Nadia Pedrotti. **Gestão escolar democrática e gestão gerencial: a confluência perversa**. Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Curso de Especialização em Gestão Educacional, EaD, RS, 2010.

DUARTE, Ana Lúcia Cunha. **Nova gestão pública, qualidade da educação superior e o novo perfil dos estudantes**. Revista Brasileira de Política, Administração e Educação, n. 01, vol, 38, 2022. (et al).

FARIA, Cláudia Feres. **Estado e organizações da sociedade civil no Brasil contemporâneo: Construindo uma sinergia positiva**. Curitiba, Revista de Sociologia v. 18, n. 36, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2019.

FERREIRA, José Ribeiro. **Participação e poder na democracia grega**. Editora da Faculdade de Coimbra, 1990.

FONSECA, P. C. D. AREND, M. GUERRERO, G. A. Política econômica, instituições e classes sociais: os governos do partido dos trabalhadores no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 29, n. 3, p. 779–809, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8663623>. Acesso em: 6 mar. 2023.

FONTES, Virgínia. **A sociedade civil no Brasil contemporâneo: Lutas sociais e luta teórica na década de 1980**. Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz, 2006.

FONTES, Virgínia. **Democracia e Revolução**. In: *Democracia em Colapso?* São Paulo, Boitempo e Senac, 2019.

FREITAS, L.C. **Ciclos, Seriação e Avaliação – Confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: Nova direita, velhas ideias**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2018.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social – ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2007.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2018.

LEHER, Roberto. **Movimentos sociais, democracia e educação**. In: FÁVERO, Osmar e SEMERARO, Giovanni (orgs) **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

LEHER, Roberto. **Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais**. Salvador, Germinal: Marxismo e Educação em Debate, n. 13, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Porto Alegre: Editora Alternativa, 2004, 5ª edição.

LIMA, Licínio. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo, Editora Cortez, 2000.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. **A expansão do neoconservadismo na educação brasileira**. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 45.

- LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo, Editora Centauro, 2005.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista de 1848**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1998.
- MAZZEO, Antônio Carlos. **Características sócio históricas da democracia na América Latina**. In: Democracia em Colapso? São Paulo, Boitempo e Senac, 2019.
- MELLO, Guiomar N. de. **Social democracia e educação**. Editora Cortez, 1993.
- MICHELS, Robert. **A sociologia dos partidos políticos**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Formas de organização política: partidos, sindicatos, movimentos sociais**. In: Democracia em Colapso? São Paulo, Boitempo e Senac, 2019.
- MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: Da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2019.
- MORAES, R. C. **Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações estado-sociedade**. Educação e Sociedade, Campinas, 2004, v.23, n.80, p. 13-24.
- MORRIS, Christopher W. **Um ensaio sobre o Estado Moderno**. São Paulo: Landy Editora, 2005.
- NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi. **O Estado gerencial como indutor da lógica de mercado às universidades públicas**. Maringá, Anais do XXIV Seminário Nacional Universitas, 2016.
- NOLETO, Sylvana de Oliveira Bernardi. **A Universidade Estadual de Goiás: processos de constituição do habitus institucional acadêmico e da gestão universitária**. 2018. 328 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. **Gestão democrática e participativa: Em busca da ação coletiva**. São Paulo, Unesp, 2014.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação e planejamento: A escola como núcleo da gestão**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: Desafios contemporâneos**. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.
- OLIVEIRA, Valdirene A. **A Educação no Governo Bolsonaro: o dito e o feito no primeiro ano de mandato**. *Confluenze. Rivista Di Studi Iberoamericani*, 13(1), 195–225, 2021.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo, Editora Outras Expressões, 2014.

PARO, V.H. Gestão da escola pública: alguns fundamentos e uma proposta, n. 107 a 114. In: **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo, Editora Cortez, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo, Editora Cortez, 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo, Editora Intermeios, 2018.

PLATÃO, **A república**. Porto, Editora da Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

ROCHAMONTE, Catarina. **Da democracia grega a democracia universal**. Revista Lampejo, n. 07, 2015. P. 208-218.

RODRIGUES, Carlos H. L. e JURGENFELD, Vanessa F. **Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC)**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 393-420, maio-agosto 2019.

SAES, Décio. **Uma interpretação marxista da evolução do Estado no Brasil**. In: COSTA, Sílvio (Org). **Concepções e formação do Estado brasileiro**. São Paulo Editora Anita Garibaldi e Universidade Católica de Goiás, 2004.

SANDER, Benno. **Administração da educação no Brasil: aportes para sua formação histórica**. Revista Administração Educacional nº 9 – 2016 (p.75-86)

SAVIANI, Dermeval. **Escola de democracia**. São Paulo, Editora Autores Associados, 2007.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **A pesquisa em política e gestão da educação no Brasil (1988-2015): Atualizando o estado do conhecimento**. Campinas, Revista Educação e Sociedade, vol. 40, 2019.

TOLEDO, Caio Navarro. **Estado nacional e desenvolvimento capitalista no Brasil**. In: COSTA, Sílvio (Org). **Concepções e formação do Estado brasileiro**. São Paulo Editora Anita Garibaldi e Universidade Católica de Goiás, 2004.

TORRENS, Antônio Carlos. **Representação política, inovações institucionais e novas subjetividades**. Brasília, Revista de Informação Legislativa, n. 196, out/dez, 2012. P. 149-163.

VIANA, Nildo. **Estado, democracia e cidadania: A dinâmica da política institucional no capitalismo**. Brasília, Editora Kíron, 2013.

VIANA, Nildo. **O que são partidos políticos?** Goiânia, Edições Germinal, 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** Brasília, Editora da UnB e Imprensa Nacional, 2004. Vol. I.

WEBER, Max. **Ciência e política duas vocações.** São Paulo, Editora Cutrix, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: A renovação do materialismo histórico.** São Paulo, Boitempo, 2011.

YANAGUITA, A. I. **As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990.** In: XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Íbero-Americano de Política de Administração da Educação, 2011, São Paulo. Cadernos ANPAE. Niterói - RJ: ANPAE, 2011. v. 10. p. 1-13.

TESES E DISSERTAÇÕES UTILIZADAS

1- FRANÇA, Aurilene Alves de. **A gestão das escolas do Ceará: paradoxo entre gestão democrática e o circuito de gestão orientada por resultados** - UFC. 2018. 93f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2018.

2- Vargas, Ana Lucia Silva. **A gestão democrática na escola municipal o conselho escolar em questão.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, RS Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Santa Maria – RS, 2018

3- SOUZA, Patrícia Silva. **A gestão democrática na escola pública: do discurso à prática do gestor.** 2019. 83 f. il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

4- ALBUQUERQUE, Cíndia Maria Braga. **A gestão democrática na rede estadual de ensino de Arapiraca/AL: a atuação do conselho escolar.** 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

5- Falavinha, Karina. **Política da participação estudantil em defesa da gestão democrática da educação** / Karina Falavinha Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. – Curitiba, 2020.

6- Larceda, Silvana Marcia Batista de. **A prática da gestão democrática em escolas públicas: Um estudo comparativo entre uma e escola pública militarizada e outra não militarizada de uma capital do Nordeste.** 2018, Dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Administração Universidade Federal da Paraíba-João Pessoa, PB. 2018.

7- NASCIMENTO, Luiz Carlos Ferreira do. **Conselho escolar como estratégia de gestão democrática: discutindo as experiências dos conselhos escolares nos centros municipais de educação infantil em Natal/RN.** 2018. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

- 8- Arce, Priscila Damasceno. **É possível a gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de São Paulo?**. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Formação de Formadores) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- 9- Veiga, Edicléa. **Gestão democrática da educação: o pedagogo nas escolas municipais da Lapa – PR (2014-2017)**. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.
- 10- Alves, Gilsilene Rony Pereira. **Gestão democrática e eleição de diretores em escolas de educação infantil: estudo de caso na rede municipal de Santa Maria/RS**. Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2018.
- 11- Silva, Kátia Valéria Ataíde e. **Gestão democrática escolar: uma experiência em duas escolas públicas na rede municipal de João Pessoa-Paraíba**. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Paraíba – 2018
- 12- Trindade, Rosaria da Paixão. **Gestão democrática na escola: percursos e percalços para a sua difusão**. Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Educação de Salvador- 2018.
- 13- RAMOS, Melcka Yulle Conceição. **O princípio da gestão democrática na implementação do projeto político-pedagógico (PPP): um estudo em uma escola da rede pública estadual de São Luís- MA**. 2018. 167f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação /CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- 14- Santos, Leonardo Moraes dos. **O provimento ao cargo de direção escolar e suas implicações nos processos de gestão democrática da escola pública**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia- Faculdade de Educação Salvador- 2018.
- 15- Rodrigues, Aline Ferreira. **Os colegiados escolares e o discurso da gestão democrática: a situação da participação em uma escola estadual de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Educação de juiz de Fora. MG - 2018.
- 16- Guedes, Marcia Lustosa Felix. **Gestão democrática e projeto político-pedagógico: aproximações nas escolas públicas no município de João Pessoa – PB**. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba. Faculdade de Educação de João Pessoa- PB- 2218.
- 17- TEIXEIRA, Antônio Braz. **Escolas do campo no Município de São Luis do Curu: limites e desafios da gestão democrática**. 2019. 109f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019.
- 18- Palú, Janete. **Planos de gestão escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó- SC, 2019.
- 19- SILVA, Sonia de Oliveira da. **Gestão democrática do ensino público: um paradoxo da democracia liberal burguesa? - o caso do Ceará**. Orientadora: Clarice Zientarski. 2021. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em

Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

20- SILVEIRA, Viviane da Silva. **O conselho municipal de educação de São Roque/SP: a gestão democrática em debate** / Viviane da Silva SILVEIRA -- 2021. 168f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos.

21- Bressan, Édio Luís. **Gestão democrática na escola pública municipal**. 2021. 193 fl. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2021

APÊNDICES

APÊNDICE – 1: resultado de 56 trabalhos encontrados na BDTD, período 2018-2021

TÍTULO	PROGRAMA	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	TIPO	ANO/DEFES	LINK
Gestão democrática e participação das juventudes	EDUCAÇÃO	UFJF	SUDESTE	Mestrado	2018	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10950
A gestão democrática na escola pública: do discurso à prática do gestor	EDUCAÇÃO	UNB	CENTRO-OESTE	Mestrado	2019	https://repositorio.unb.br/handle/10482/37504
É possível a gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de São Paulo?	EDUCAÇÃO	PUC_SP	SUDESTE	Mestrado	2018	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21616
A política da participação estudantil em defesa da gestão democrática da educação	EDUCAÇÃO	UPPR	SUL	Doutorado	2020	https://hdl.handle.net/1884/68872
O conselho municipal de educação de São Roque/SP: a gestão democrática em debate	EDUCAÇÃO	UFSCAR	SUL	Mestrado	2021	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14049
A pedagogia de Jesus: uma visão ética para a gestão democrática	EDUCAÇÃO	EST	SUL	Mestrado	2018	http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/handle/IBR-SIFE/906
A gestão democrática na escola municipal: o conselho escolar em questão	EDUCAÇÃO	UFMS	SUL	Mestrado	2018	http://repositorio.ufms.br/handle/1/16223
Gestão democrática e direito a educação em unidades socioeducativas de internação.	EDUCAÇÃO	UFBA	NORDESTE	Mestrado	2020	http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31529
Gestão democrática na escola: percursos e percalços para a sua difusão.	EDUCAÇÃO	UFBA	NORDESTE	Doutorado	2018	http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26647
A gestão democrática escolar e a contribuição do movimento estudantil	EDUCAÇÃO	IFPE	NORDESTE	Mestrado	2019	https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/127
Planos de gestão escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão	EDUCAÇÃO	UFFS	SUL	Mestrado	2019	https://rd.ufrs.edu.br/handle/prefix/3322
Gestão democrática da educação: o pedagogo nas escolas municipais da Lapa – PR (2014-2017)	EDUCAÇÃO	UTP	SUL	Mestrado	2018	http://ede.utp.br:8080/jspui/handle/tede/1453
O Conselho Municipal de Educação de Sorocaba/SP: a gestão democrática e a busca pela qualidade socialmente referenciada	EDUCAÇÃO	UFSCAR	SUL	Mestrado	2018	https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10552
A gestão democrática na rede estadual de ensino de Arapiraca/AL: a atuação do conselho escolar	EDUCAÇÃO	UFAL	NORDESTE	Mestrado	2018	http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3215
A gestão das escolas do Ceará: paradoxo entre gestão democrática e o circuito de gestão orientada por resultados	EDUCAÇÃO	UFC	SUL	Mestrado	2018	http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/39279
Escolas do campo no Município de São Luís do Curu: limites e desafios da gestão democrática	EDUCAÇÃO	UFC	NORDESTE	Mestrado	2019	http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42954
Gestão democrática do ensino público: um paradoxo da democracia liberal burguesa? - o caso do Ceará	EDUCAÇÃO	UFC	NORDESTE	Mestrado	2021	http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/62871
O provimento ao cargo de direção escolar e suas implicações nos processos de gestão democrática da escola pública.	EDUCAÇÃO	UFBA	NORDESTE	Mestrado	2018	http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28654
Gestão democrática e infância: o orçamento participativo criança em Santo André	EDUCAÇÃO	UNINOVE	SUDESTE	Mestrado	2021	http://bibliotecadigital.uninove.br/handle/tede/2814
Orçamento participativo como instrumento de gestão democrática: um estudo no Instituto Federal da Paraíba	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	Mestrado	2021	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21451
Uma releitura da política de desenvolvimento urbano pelo uso judicial da gestão democrática da cidade	EDUCAÇÃO	UEL	SUL	Mestrado	2021	http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000235420
Gestão democrática escolar: uma experiência em duas escolas públicas na rede municipal de João Pessoa-Paraíba	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	Doutorado	2018	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13051
Gestão democrática e projeto político-pedagógico: aproximações nas escolas públicas no município de João Pessoa – PB	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	Doutorado	2018	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13052
Conselho escolar como estratégia de gestão democrática: discutindo as experiências dos conselhos escolares nos centros municipais de educação infantil em Natal/RN	EDUCAÇÃO	UFRN	NORDESTE	Mestrado	2018	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26986
A prática da gestão democrática em escolas públicas: um estudo comparativo entre uma escola pública militarizada e outra não militarizada de uma capital do nordeste	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	Mestrado	2018	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15879
Gestão democrática em escolas públicas de um município catarinense: análise dos planos de gestão da eleição 2017/2018	EDUCAÇÃO	UNESC	SUL	Mestrado	2019	http://repositorio.unesc.net/handle/1/7452
Gestão democrática escolar: fundamentos, princípios e experiência na escola estadual São Miguel de Pontal do Araguaia/MT	EDUCAÇÃO	PUC_GO	CENTRO-OESTE	Mestrado	2020	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4516
A percepção do diretor escolar sobre a política de gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de Curitiba	EDUCAÇÃO	UPPR	SUL	Mestrado	2019	https://hdl.handle.net/1884/67174
O princípio da gestão democrática na implementação do projeto político-pedagógico (PPP): um estudo em uma escola da rede pública estadual de São Luís-MA	EDUCAÇÃO	UFMA	NORDESTE	Mestrado	2018	https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/2417
Gestão democrática da Educação: análise da sua materialidade nos sistemas municipais de educação da mesorregião sul do Maranhão	EDUCAÇÃO	UFMA	NORDESTE	Mestrado	2019	https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/3166
O trabalho do Orientador Educacional na Rede Municipal de Duque de Caxias: limites e possibilidades de atuação na Equipe Diretiva para uma Gestão Democrática	EDUCAÇÃO	UERJ	SUDESTE	Mestrado	2018	http://www.bdtu.uerj.br/handle/1/10059
O projeto político pedagógico e a gestão democrática na educação infantil: uma proposta de construção dialógica na rede municipal de ensino de Toropi-RS	EDUCAÇÃO	UFMS	SUL	Mestrado	2018	http://repositorio.ufms.br/handle/1/16595
Atuação dos conselhos escolares na rede municipal de ensino de Santa Maria – RS: em pauta o fortalecimento da gestão democrática	EDUCAÇÃO	UFMS	SUL	Mestrado	2018	http://repositorio.ufms.br/handle/1/19162
[Re] articulação do sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul/RS: gestão democrática no cenário da política educacional	EDUCAÇÃO	UFMS	SUL	Mestrado	2019	http://repositorio.ufms.br/handle/1/19165
Gestão democrática e eleição de diretores em escolas de educação infantil: estudo de caso na rede municipal de Santa Maria/RS	EDUCAÇÃO	UFMS	SUL	Mestrado	2018	http://repositorio.ufms.br/handle/1/15605
Teoria e prática da gestão democrática na escola pública: um estudo com egressos de um curso de pós-graduação lato sensu da universidade estadual do Ceará	EDUCAÇÃO	UFC	SUL	Mestrado	2020	http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/53473
DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO À GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO DE MUNICÍPIOS SUL-MATO-GROSSENSES	EDUCAÇÃO	UFMS	CENTRO-OESTE	Doutorado	2020	https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4373
Registro de classe on-line (RCO): uma análise a partir da concepção de gestão democrática da escola pública	EDUCAÇÃO	UNINTER	SUL	Mestrado	2020	https://repositorio.uninter.com/handle/1/480
A escola não cabe numa planilha: implicações do programa jovem de futuro para a gestão Democrática da educação numa escola da rede estadual do Rio Grande do Sul	EDUCAÇÃO	UFRGS	SUL	Mestrado	2020	http://hdl.handle.net/10183/210252
A implementação do projeto político-pedagógico no âmbito do sistema municipal de ensino de Viçosa: desafios da gestão democrática	EDUCAÇÃO	UFRGS	SUL	Mestrado	2018	http://hdl.handle.net/10183/183215
As luzes da cidade acesas e o apagamento da Gestão Democrática: uma análise da revisão do Plano Diretor Municipal de Guarapuava, PR 2016/2026	EDUCAÇÃO	UNICENTRO	CENTRO-OESTE	Mestrado	2021	http://tede.unicentro.br:8080/jspui/handle/jspui/1810
O Plano Municipal de Educação de Dourados, MS: 2015-2025: desafios e perspectivas à implementação da gestão democrática da educação	EDUCAÇÃO	UFGD	SUL	Mestrado	2019	http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1618
A participação social como elemento da gestão democrática no âmbito das atividades complementares curriculares em contrarumo na microrregião de Ivaiporã, Paraná	EDUCAÇÃO	UNICAMP	SUDESTE	Doutorado	2020	https://hdl.handle.net/20.500.12733/1639883
GESTÃO DEMOCRÁTICA: AS IMPLICAÇÕES DA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO EM JI-PARANÁ - RONDÔNIA (2015-2019)	EDUCAÇÃO	UFMS	CENTRO-OESTE	Doutorado	2021	https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4096
Gestão democrática escolar: uma experiência em duas escolas públicas na rede municipal de João Pessoa-Paraíba	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	Doutorado	2018	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13051
Gestão democrática e projeto político-pedagógico: aproximações nas escolas públicas no município de João Pessoa – PB	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	Doutorado	2018	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13052
A prática da gestão democrática em escolas públicas: um estudo comparativo entre uma escola pública militarizada e outra não militarizada de uma capital do nordeste	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	Mestrado	2018	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15879
Crítica da racionalidade ambiental ao regime de exploração do petróleo no Brasil a partir da carência de gestão democrática participativa	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	Mestrado	2020	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18189
Gestão democrática e participativa: um estudo do Instituto Federal da Paraíba/Campus João Pessoa, a partir do período de redemocratização do Estado brasileiro	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	Mestrado	2020	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18234
O Plano Municipal de Educação de Dourados, MS: 2015-2025: desafios e perspectivas à implementação da gestão democrática da educação	EDUCAÇÃO	UFGD	NORDESTE	Mestrado	2019	http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1618
Gestão democrática nos sistemas municipais de ensino dos estados do Piauí, Maranhão, Santa Catarina e Tocantins: entre tensionamentos e desdobramentos	EDUCAÇÃO	UFT	NORTE	Mestrado	2020	http://hdl.handle.net/11612/2389
Os colegiados escolares e o discurso da gestão democrática: a situação da participação em uma escola estadual de Minas Gerais	EDUCAÇÃO	UFJF	SUDESTE	Mestrado	2018	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10850
Os desafios na construção da gestão democrática em uma Universidade pública: a experiência da Universidade do Estado de Minas Gerais	EDUCAÇÃO	UFJF	SUDESTE	Doutorado	2021	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13538
Desafios e propostas para a implementação de uma gestão democrática dos recursos financeiros em uma escola estadual do município de Pentecoste – CE	EDUCAÇÃO	UFJF	SUDESTE	Mestrado	2019	https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11249
A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO ESTADO DO AMAPÁ: O PROCESSO DE ESCOLHA DE GESTORES ESCOLARES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS N	EDUCAÇÃO	UECE	NORDESTE	Mestrado	2019	https://sidade.uece.br/sidade/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=90634

APAÊNDICE – 2: resultados finais da pesquisa booleana

TÍTULO	ORIENTADOR(A)	REFERÊNCIA/AUTOR	PROGRAMAS	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	TIPO	ANO/DEFESA	LINK
Gestão democrática da educação: o pedagogo nas escolas municipais da Lapa	Gonçalves, Rita de Cássia	Veiga, Ediléia	EDUCAÇÃO	UTP	SUL	MESTRADO	2018	http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/39261
Conselho escolar como estratégia de gestão democrática: discutindo as experiências	Guedes, Gilmar Barbosa	Nascimento, Luiz Carlos Ferreira	EDUCAÇÃO	UFRN	NORDESTE	MESTRADO	2018	http://repositorio.ufsm.br/handle/riufal/16223
A escola não cabe numa planilha : implicações do programa jovem de futuro para a gestão democrática da educação	Peroni, Vera Maria Vidal	Carvalho, Scheiler Fagundes	EDUCAÇÃO	URGS	SUL	MESTRADO	2020	http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3215
Gestão democrática e eleição de diretores em escolas de educação infantil em Santa Maria/RS	Mello, Débora Teixeira de	Alves, Gislene Rony Pereira	EDUCAÇÃO	UFSC	SUL	MESTRADO	2018	https://repositorio.ufsm.br/riufal/handle/123456789
Gestão democrática na escola pública municipal	Inia Brzezinski	BRESSAN, Edio Luis	EDUCAÇÃO	PUC-GO	CENTRO-OESTE	MESTRADO	2021	http://tede2.pucgoias.edu.br/8080/handle/tede/46

APÊNDICE- 3: 21 – Trabalhos analisados

TÍTULO	ORIENTADOR(A)	REFERÊNCIA/AUTOR	PROGRAMAS	INSTITUIÇÃO	REGIÃO	TIPO	ANO/DEFESA
A gestão das escolas do Ceará: paradoxo entre gestão democrática e o circuito de gestão orientado por resultados	Zientarski, Clarice	França, Aurilene Alves de	EDUCAÇÃO	UFC	NORDESTE	MESTRADO	2018
A gestão democrática na escola municipal: o conselho escolar em questão	Pereira, Sueli Menezes	Vargas, Ana Lucia Silva	EDUCAÇÃO	UFSC	SUL	MESTRADO	2018
A gestão democrática na rede estadual de ensino de Arapiraca/AL: a atuação do conselho escolar	Santos, Inelida Maria dos	Albuquerque, Cintia Maria Braga	EDUCAÇÃO	UFAL	NORDESTE	MESTRADO	2018
Conselho escolar como estratégia de gestão democrática: discutindo as experiências dos conselhos escolares nos centros municipais de educação infantil em Natal/RN	Guedes, Gilmar Barbosa	Nascimento, Luiz Carlos Ferreira do	EDUCAÇÃO	UFRN	NORDESTE	MESTRADO	2018
É possível a gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de São Paulo?	Possarelli, Lílian Maria Giviano	Arce, Priscila Damasceno	EDUCAÇÃO	PUC_SP	SUDESTE	MESTRADO	2018
Gestão democrática da educação: o pedagogo nas escolas municipais de Lapa – PR (2014-2017)	Gonçalves, Rita de Cássia	Veiga, Ediléia	EDUCAÇÃO	UTP	SUL	MESTRADO	2018
Gestão democrática e eleição de diretores em escolas de educação infantil: estudo de caso na rede municipal de Santa Maria/RS	Mello, Débora Teixeira de	Alves, Gislene Rony Pereira	EDUCAÇÃO	UFSC	SUL	MESTRADO	2018
Gestão democrática escolar: uma experiência em duas escolas públicas na rede municipal de João Pessoa-Paraíba	Aragão, Wilson Honorato	Silva, Nádia Valéria Ataíde e	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	DOCTORADO	2018
Gestão democrática na escola: pressões e percepções para a sua difusão.	Trizbulo Henrique Pardo Casas	Trindade, Rosania da Paiva	EDUCAÇÃO	UFPA	NORDESTE	DOCTORADO	2018
O princípio da gestão democrática na implementação do projeto político-pedagógico (PPP): um estudo em uma escola da rede pública estadual de São Luís-MA	CARDOSO, Maria José Pires Barros	RAMOS, Melchior Conceição	EDUCAÇÃO	UFMA	NORDESTE	MESTRADO	2018
O crescimento ao cargo de direção escolar e suas implicações nos processos de gestão democrática da escola pública.	Rodrigo da Silva Pereira	Santos, Leonardo Moraes dos	EDUCAÇÃO	UFPA	NORDESTE	MESTRADO	2018
Os colegiados escolares e o discurso da gestão democrática: a situação de participação em uma escola estadual de Minas Gerais	Zanetti, Alexandra	Rodrigues, Aline Ferreira	EDUCAÇÃO	UFV	SUDESTE	MESTRADO	2018
Gestão democrática e projeto político-pedagógico: aproximações nas escolas públicas no município de João Pessoa – PB	Rodrigues, Janine Maria Coelho	Guedes, Marcia Lúcia Felis	EDUCAÇÃO	UFPB	NORDESTE	DOCTORADO	2018
A gestão democrática na escola pública: do discurso à prática do gestor	Délia Maria Alves da Nobrega Alberto Damasceno	Souza, Patrícia Silva	EDUCAÇÃO	UNB	CENTRO-OESTE	MESTRADO	2019
Escolas de campo no Município de São Luís do Sul: limites e desafios da gestão democrática	Zientarski, Clarice	Teixeira, Antônio Braz	EDUCAÇÃO	UFC	NORDESTE	MESTRADO	2019
Planos de gestão escolar em Santa Catarina: a gestão democrática em questão	Petry, Otto Jesu	Felix, Janete	EDUCAÇÃO	UFPE	SUL	MESTRADO	2019
Conselho escolar como estratégia de gestão democrática: discutindo as experiências dos conselhos escolares nos centros municipais de educação infantil em Natal/RN	Angelo Ricardo de Souza	Falavinha, Karina	EDUCAÇÃO	UFRN	SUL	DOCTORADO	2020
Gestão democrática do ensino público: um paradoxo da democracia liberal burguesa? - o caso do Ceará	Zientarski, Clarice	Silva, Sonia de Oliveira da	EDUCAÇÃO	UFC	NORDESTE	MESTRADO	2021
O conselho municipal de educação de São Roque/SP: a gestão democrática em debate	Paulo Gomes Lima	Silveira, Viviane da Silva	EDUCAÇÃO	UFSCAR	SUL	MESTRADO	2021
Gestão democrática na escola pública municipal	Inia Brzezinski	BRESSAN, Edio Luis	EDUCAÇÃO	PUCGO	CENTRO-OESTE	MESTRADO	2021
A escola não cabe numa planilha : implicações do programa jovem de futuro para a gestão Democrática da educação numa escola da rede estadual do Rio Grande do Sul	Peroni, Vera Maria Vidal	Carvalho, Scheiler Fagundes	EDUCAÇÃO	URGS	SUL	MESTRADO	2021